

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax:

5517844 / 5525830

Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sessão Ordinária

23 – 27 de Janeiro de 2012

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/688 (XX)

Original: Inglês/Francês

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE SOBRE AS ACTIVIDADES DA
COMISSÃO DURANTE O PERÍODO DE JULHO À DEZEMBRO DE 2011**

ÍNDICE

	<u>Página</u>
PREFÁCIO	i
I. RESUMO	1
II. PAZ E SEGURANÇA	13
II.1 Campanha Acção para a Paz	13
II.2 Operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA)	14
II.3 Implementação do Programa de Fronteiras da UA	17
II.4 Prevenção de Conflitos	18
II.5 Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (PCRD)	19
II.6 Reformas no Sector de Segurança (SSR)	20
II.7 Proliferação de Armas nas Regiões do Sahel e da África do Norte	20
II.8 Esforços de Desarmamento e de Não-Proliferação	21
II.9 Acompanhamento do Relatório PRODI sobre a Parceria UA-ONU	22
II.10 Evolução das Situações no Terreno	23
II.11 Combate ao Terrorismo e Luta contra o Crime Transnacional	44
III. INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO	45
III.1 Integração e Desenvolvimento do Capital Humano	45
1. Educação	45
2. Ciência & Tecnologia e TIC	48
3. Saúde e Saneamento	49
4. Bem-estar Humano e Social	51
5. Criança, Juventude e Desporto	53
III.2 Integração e Desenvolvimento da Interconectividade	55

1.	Transportes e Turismo	55
2.	Energia	58
3.	Telecomunicações, Correios e TICs	59
4.	Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA)	61
5.	Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (IAIDA)	61
III.3	Integração e Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	62
1.	Progressos na Implementação dos Projectos Emblemáticos na Agricultura, Criação de Gado e Desenvolvimento Rural	62
2.	Gestão Sustentável do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	66
3.	Desafios/Problemas enfrentados e Medidas de Mitigação levadas a cabo	69
III.4	Integração e Desenvolvimento de Mercados e Activos Financeiros	70
1.	Acompanhamento da G8 e G20	70
III.5	Integração e Desenvolvimento das capacidades de produção	71
1.	Agricultura (CAADP, Crise Alimentar)	71
III.6	Integração e Capacitação para o Comércio	73
1.	Comércio Intra-africano	73
2.	Alfândegas	74
3.	Negociações Comerciais Multilaterais	74
III.7	Papel de todos os Actores no reforço do processo de integração (Sector Público, Sector Privado, Sociedade Civil, Diáspora)	75
1.	Cidadãos e Diáspora Africana	75
2.	Segundo Congresso dos Economistas Africanos	78
III.8	Parcerias e Relações com o Mundo	79
1.	Parcerias em Curso	79
2.	Escritórios de Representação	85

IV.	VALORES COMUNS	102
	IV. 1 Democracia, Eleições e Governação	102
	IV. 2 Direitos Humanos	105
	IV. 3 Questões Humanitárias, Refugiados e Pessoas Deslocadas	106
	IV. 4 Género e Desenvolvimento	107
	IV. 5 Cultura	111
	IV. 6 Questões Jurídicas (Arquitectura Jurídica da União)	111
V.	REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES	119
	V.1 A Comissão – Capacitação e Melhoria da Prestação de Serviço	119
	1. Gestão de Recursos Humanos	119
	2. Programação, Orçamento, Contabilidade e Finanças	122
	3. Outros Serviços Administrativos	124
	4. Gestão de Conferências e Publicações	127
	5. Serviços de Saúde	128
	6. Estabelecimento de Parcerias	128
	7. Coordenação Interdepartamental	129
	8. Planeamento de Políticas Estratégicas, Monitorização, Avaliação, Cooperação Internacional e Mobilização de Recursos	131
	9. Actividades de Auditoria	133
V.	CONCLUSÃO	136

PREFÁCIO

Este Relatório é o oitavo que tenho o privilégio de apresentar à Vossa augusta Assembleia. É igualmente o último que Vos apresento em nome da Comissão eleita pela Conferência em Janeiro de 2008 e que foi empossada em 28 de Abril de 2008. É, por conseguinte, com prazer que apresento o presente Relatório e com sentimento de legítima confiança, de grande satisfação bem como de profundo reconhecimento.

Uma grande confiança e satisfação pelo facto do mandato que ora termina ter dado a Comissão cessante uma oportunidade de prestar a sua modesta contribuição à edificação de uma África nova que se constrói de forma determinada em volta da visão: Uma África integrada, próspera e em paz, promovida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica no cenário mundial. Confiança e satisfação igualmente porque durante os últimos quatro anos nós nos aplicamos plenamente para a realização dos principais objectivos da nossa Missão e do Plano Estratégico 2009-2012 que havíamos proposto à Conferência apenas seis meses após termos assumido as nossas funções. Com efeito, estamos confiantes do balanço das realizações sobre as quais nos esforçamos comunicar a cada Cimeira da União, depois do nosso primeiro Relatório de Junho de 2008, em Sharm El Sheikh, Egipto. No conjunto, os 8 Relatórios reflectem de maneira exaustiva o conjunto dos esforços e as acções empreendidas com determinação para nos aproximarmos a cada dia da concretização da Visão e da Missão que a Conferência da União nos acomete.

Enfim, um profundo reconhecimento que nós exprimimos de maneira particular a todos Estados-membros pelo apoio multiforme e constante, sem reservas, prestado à Comissão que dirijo, não apenas através das suas contribuições financeiras mas igualmente através da sua disponibilidade e do seu apoio sem implicações para o aprofundamento dos programas e nas actividades da União, o que permitiu à Comissão apresentar este balanço. Com efeito, após termos sido empossados, a nossa palavra de ordem foi a de trabalhar estreitamente e em perfeita sinergia e simbiose com os Estados-membros, muito particularmente através dos seus Representantes Permanentes em Adis Abeba, aos quais, a propósito, agradeço muito sinceramente, tendo plena consciência que nenhuma acção duradoura poderá ser empreendida no seio da União sem a adesão plena, inteira e o consenso de todos os Estados-membros, e dentro do mais amplo consenso possível. Além disto, nós beneficiamos em grande medida do apoio do Conselho Executivo e das preciosas directivas e encorajamentos da Conferência da União, bem como dos pertinentes aconselhamentos individualizados de todos os Chefes de Estado e de Governo e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, com os quais estabelecemos o ponto de honra em trocar opiniões sobre todas as questões importantes da actualidade para fazer avançar em conjunto a abordagem comum do seu tratamento. O nosso reconhecimento vai igualmente aos outros Órgãos da União, às Comunidades Económicas Regionais (CERs), à CEA e ao BAD com os quais estabelecemos relações de interacção e de consultas regulares para garantir que, nas diferentes acções para elevar os múltiplos desafios do continente, agimos em sinergia com todos os nossos Estados-membros, no quadro dos princípios de subsidiariedade, complementaridade, vantagens comparativas, evitando assim uma dispersão e/ou duplicação de esforços na resolução dos problemas que nos são comuns. Finalmente, gostaria de exprimir o nosso

reconhecimento aos Parceiros Internacionais de África com os quais estabelecemos relações de respeito e de confiança mútuos e de intercâmbios enriquecedores. As parcerias prestaram-nos o seu precioso concurso nas diferentes acções de realização do nosso Plano Estratégico 2009 – 2012 nos seus quatro pilares.

Tal como o destacado no presente Relatório, a Comissão registou avanços significativos na implementação dos programas constantes no Plano Estratégico 2009-2012 nos seus 4 pilares que são: i) Paz e Segurança; ii) Integração, Desenvolvimento e Cooperação; iii) Valores Comuns; e iv) Reforço das Instituições.

No domínio da consolidação da paz e segurança no continente, trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho de Paz e Segurança que sempre foi proactivo para fazer face, em tempo oportuno, às questões da prevenção, gestão e resolução dos conflitos e crises. Com o Conselho de Paz e Segurança, fomos confrontados durante 2011 com uma situação particular, a dos levantamentos populares na África do Norte. Foi necessário darmos prova de uma maior imaginação para abordar tais situações, visto que a nossa doutrina relativa às mudanças anticonstitucionais de governos não previa situações prejudiciais à legalidade constitucional em contradição com a necessária legitimidade popular. Será necessário rever os nossos instrumentos sobre a matéria para que a legalidade constitucional esteja sempre em conformidade com a legitimidade popular e vice-versa de maneira que o povo soberano possa em qualquer circunstância ser a fonte e o detentor do poder através de uma constituição legalmente aprovada e de representantes que sejam por eles designados.

Gostaria de felicitar os avanços notáveis registados na implementação progressiva da Arquitectura Africana para a Paz e Segurança, tanto no que concerne às conquistas do CPS, Conselho de Sábios e do Sistema Continental de Alerta Prévio, reforço da coordenação entre a UA e as CER através dos mecanismos regionais de prevenção e alerta prévio, programa de demarcação/delimitação de fronteiras, apoio aos programas de reconstrução e de desenvolvimento nas zonas pós-conflito, assim como a reforma do sector de segurança. De igual modo, saúdo as acções concertadas desenvolvidas activamente com todos os Estados-membros e outras partes envolvidas na luta contra o terrorismo, proliferação de armas nas regiões do Sahel e da África do Norte e noutras regiões, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, particularmente de mulheres e crianças. A nossa acção no terreno continuou no sentido de mobilizar toda a nossa energia para ajudar os países em conflito a resolver os seus diferendos de maneira pacífica. Particularmente, consentimos esforços sustentados para levar a paz à Somália, Darfur-Sudão e às outras zonas de conflito. Importa aqui saudar, uma vez mais, os sacrifícios consentidos por certos países, tais como o Uganda e Burundi, aos quais se juntaram recentemente o Quénia e o Djibuti para oferecer à AMISOM meios para ajudar no terreno às instituições do Governo de Transição da Somália, a reconstruir esse país destruído pela guerra de 20 anos. Esta solidariedade será escrita com letras de ouro pela glória da África e deve ser apoiada pelo conjunto da Comunidade internacional.

Os elementos indispensáveis para o estabelecimento de uma paz duradoura no continente, Valores Comuns, os quais a Conferência da União consagrou como guia do continente para o ano 2012, retiveram igualmente a atenção da Comissão. Gostaríamos de sublinhar que durante os últimos quatro anos concebemos e adoptamos instrumentos

e mecanismos pertinentes para promover a governação democrática, o respeito pelos direitos humanos e o estado de direito. Basta citarmos, entre outros, a Carta Africana sobre a Democracia, Governação e Direitos Humanos, a Carta Africana da Juventude, Carta Africana sobre os Princípios e os Valores da Função Pública e a Década da Mulher Africana 2010-2012. Lanço um apelo a todos os Estados-membros que ainda não o fizeram para assinarem, ratificarem e implementem esses importantes instrumentos para que a África no seu conjunto possa se dotar especialmente durante 2012, consagrado aos Valores Comuns de leis que protejam o cidadão africano e todas as componentes da sociedade na sua integridade física e social e garantam plenamente o gozo dos seus direitos fundamentais nos seus Países. Isto fará consolidar a coesão nacional, o estado de direito e por esta via prevenirá toda natureza de conflitos decorrentes do não respeito desses direitos.

Por outro lado, a Comissão continuou prestando sua assistência técnica às instituições nacionais de organização de eleições para que elas possam garantir eleições honestas, credíveis, livres e transparentes e evitar contestação dos resultados saídos das urnas, tanto mais ser verdade que hoje, as eleições desembocam infelizmente em violência. Isto não é aceitável na medida em que o objectivo de tais eleições é o de garantir a devolução pacífica e democrática do poder cuja legalidade e legitimidade devem ser conferidos pelo Povo soberano como já havia acima referido. Enviamos igualmente missões de observação para muitos Países que organizaram eleições durante os últimos meses e trabalhamos com as missões de observação de outras organizações internacionais, regionais e locais para assegurar a sinceridade dos escrutínios e degenerar conselhos apropriados.

Relativamente à integração, desenvolvimento e cooperação internacional, os esforços da Comissão se focalizaram nos projectos-piloto da União tais como figurados no Plano Estratégico 2009-2012. A minha satisfação é enorme, relativamente às mais marcantes realizações das quais citarei especialmente: o lançamento da Universidade Pan-africana, iniciado em 2009 e cujas três primeiras faculdades abrirão as suas portas no ano académico 2012-2013; apoio aos Centros de excelência para formação profissional; conclusão dos estudos sobre o Programa de desenvolvimento de infra-estruturas em África (PIDA), incluindo os relativos aos corredores de transporte rodoviário Dacar-Djibuti, Djibuti-Libreville, implementação da Decisão de Yamoussokro sobre o transporte aéreo, projectos de desenvolvimento aeroportuário, ferroviário, marítimo e fluvial interligados, projectos de integração das redes energéticas e de telecomunicações bem como das TIC. Neste capítulo, o Programa CAADP constitui uma fonte de confiança para a União porque gradualmente os Estados-membros adoptaram medidas necessárias para implementar o programa conforme os compromissos assumidos na Cimeira de Maputo, em Julho de 2003. 25 Estados-membros, os quais aqui saúdo, assinaram o Compacto CAADP o que os permitirá beneficiar das oportunidades oferecidas pelo Programa e assim desenvolver a sua agricultura de forma sustentada e garantir a auto-suficiência alimentar. Relativamente ao ambiente, a Comissão está satisfeita por ter prestado todo o concurso necessário aos negociadores africanos na condução das conversações sobre Alterações Climáticas. A África foi unida para as negociações graças ao enquadramento da União e a assinalável liderança de S. E. o Primeiro-ministro da Etiópia Meles Zenawi. Este exemplo de unidade numa acção inspirar África aquando de outras negociações internacionais de interesse estratégico para o nosso continente.

Nesse sentido, saúdo igualmente o facto de África se apresentar unida à Conferência do Rio+20 sobre o desenvolvimento durável, prevista para Rio de Janeiro em Junho de 2012 sob a tutela de S. E. Presidente Denis Sassou Nguesso da República do Congo. No domínio social, sanitário, cultural, científico e tecnológico, foram atingidas numerosas metas, tal como mencionado no Relatório, nomeadamente o Programa CARMMA sobre a Redução Acelerada da Mortalidade Materna, Implementação da Estratégia Regional Africana para a Nutrição, Programas de Apoio à Implementação do Apelo de Abuja sobre a Luta contra o VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e Outras Doenças Infecciosas, População e Saúde Reprodutiva, Desenvolvimento do Desporto e Enquadramento da Juventude, Promoção dos Direitos das Pessoas Vulneráveis, etc.

No domínio da cooperação internacional, a Comissão alegra-se pelo facto de, cada vez mais, a voz da União se fazer ouvir e pelo facto do seu lugar no concerto das nações estar, cada vez mais, reconhecido. Gostaria simplesmente de assinalar que além de termos tido a oportunidade de nos fazer ouvir no seio do G8 e G20, a Comissão tornou-se, a partir deste ano, membro do FOCAC e a bem pouco tempo co-organizadora da TICAD. A União é igualmente consultada, cada vez mais, pelos órgãos das Nações Unidas em tudo o que toca o continente. Contudo, revela-se necessário que a União Africana prossiga activamente a sua acção para se fazer ouvir no seio de todas as instâncias onde se decidam assuntos do mundo e muito particularmente dos que se relacionam com o destino do nosso continente.

Em função de todas estas missões sempre majestosas conferidas à União Africana, da qual a Comissão é órgão de execução, revela-se necessário consentir esforços sustentados para tornar esta Comissão capaz de responder ao tal desafio. É assim que nos últimos quatro anos foi colocada ênfase sobre a introdução de novas ferramentas modernas de gestão para, não apenas garantir uma gestão rigorosa, racional e transparente dos parcos recursos humanos, financeiros e materiais colocados à disposição, mas igualmente equipá-la de novos conhecimentos que permitam assumir eficazmente as tarefas conferidas ao seu pessoal, tendo em conta as novas evoluções tecnológicas, novas práticas e experiências. Os princípios motores para uma tal transformação institucional emergem da: liderança, boa gestão interna, obrigação de prestação de contas, cultura dos resultados, luta contra o desperdício e as duplicações, coordenação interdepartamental, espírito de excelência.

Ainda existem muitos desafios. Com efeito, o ano de 2011 foi, de diversas formas, um ano extremamente difícil: as dificuldades criadas pela contestação dos resultados na Côte d'Ivoire, da crise económica e financeira mundial, dos movimentos de contestação, das catástrofes naturais, da seca e da fome no Corno de África e das deslocações forçadas. Na abordagem às referidas dificuldades, a Comissão sempre se mostrou proactiva e mobilizou todos os Estados-membros e outras partes envolvidas a fim de permitir à África desempenhar o seu papel e defender a sua posição legítima na busca de soluções para todos estes desafios. Por isso, a Comissão deve estar dotada de recursos previsíveis, fiáveis e sólidos, compatíveis com a dimensão das suas numerosas missões sempre majestosas. Espero vivamente que o *dossier* sobre as fontes inovadoras de financiamento das actividades de integração continental e de consolidação da paz tenha um desfecho feliz, tendo em conta que as contribuições estatutárias ao Orçamento da União demonstraram as suas limitações, sobretudo em relação à crise económica e

financeira que afectou a maior parte dos Estados-membros e o facto que cerca de 75% do orçamento pesar sobre 5 grandes contribuintes. Além disso, batalhamos para que os Parceiros possam aceitar o princípio de prestação de apoio ao orçamento em substituição das contribuições atribuídas à actividades específicas que não estejam necessariamente inseridas nos programas prioritários identificados pela União.

Para concluir, gostaria, uma vez mais, de reiterar o engajamento constante da Comissão em promover sempre a boa gestão interna e melhoria do desempenho numa cultura de busca permanente de resultados a todos os níveis de responsabilidade no seu seio, a fim de dar resposta às legítimas perspectivas dos Estados-membros. De igual modo, estamos determinados a dar sequência e a reforçar a nossa estreita colaboração com todos os Estados-membros, Órgãos da União, CERs, todas outras Partes envolvidas para que os objectivos da União possam se concretizar em tempo oportuno e nas melhores condições possíveis. Sei que poderemos contar com o habitual apoio de todos os nossos Estados-membros nos nossos esforços e gostaria de agradecer, uma vez mais, pelas Vossas contribuições multiformes, que nos permitiram concretizar muitos dos objectivos consignados à Comissão.

Jean Ping
Presidente da Comissão da União Africana

RELATÓRIO DO PRESIDENTE SOBRE AS ACTIVIDADES DA COMISSÃO DURANTE O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2011

I. RESUMO

INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório cobre as actividades desenvolvidas pela Comissão durante o período de Julho a Dezembro de 2011. Neste contexto, o Relatório destina-se igualmente a dar uma breve percepção genérica sobre o balanço dos últimos quatro anos do mandato da actual Comissão, eleita em Janeiro de 2008.

2. Durante o período sob análise, a Comissão prosseguiu activamente a implementação das decisões da Conferência e do Conselho Executivo sobre os programas de integração regional e continental e da consolidação da paz e da segurança no continente, norteado pelo Plano Estratégico 2009-2012 da Comissão, tal como adoptado pela Conferência da União. Convém lembrar que este Plano se articula à volta dos seguintes 4 pilares estratégicos: i) paz e segurança; ii) integração, desenvolvimento e cooperação; iii) Valores Comuns; e iv) Reforço das instituições. Gostaria, entretanto, exprimir os nossos profundos agradecimentos a todos os Estados-membros e aos nossos parceiros internacionais pelo precioso apoio à realização dos objectivos fixados. Neste contexto, gostaria, uma vez mais, sublinhar a importância dos Estados-membros tirarem vantagem dos programas da União e, para tal, apoiar fortemente as diligências que visam garantir a Organização de recursos seguros, previsíveis e permanentes para financiamento contínuo dos projectos chaves para a integração acelerada do continente e permitir a este último colocar plenamente disponível os seus imensos recursos, humanos e naturais, sair rapidamente do subdesenvolvimento actual e ocupar o papel e lugar que merece no concerto das Nações num mundo globalizado.

3. O ano que termina conheceu uma série de eventos, evolução política e socioeconómica importantes nos nossos Países, o que levou a União Africana a consentir novos esforços e reflectir sobre as novas abordagens face aos desafios que se levantaram. É assim que com o que comumente denominamos Primavera árabe, a situação na África do Norte levou a União a tomar iniciativas novas e a ajustar a sua doutrina no que concerne a devolução do poder constitucional, integrando, em particular, a dimensão da legitimidade das revoluções populares na nossa arquitectura institucional para se opor às mudanças anticonstitucionais de governo.

4. A presente Cimeira tem como tema uma matéria crucial para o desenvolvimento integral do continente, a saber, a promoção do comércio inter-africano. No quadro da sua preparação, a Comissão se propôs recolher todas as contribuições dos actores chaves através nomeadamente do Fórum dos homens e mulheres de negócios e de outras reuniões de peritos sobre a matéria, o que mereceu menção da Conferência dos Ministros do comércio da União Africana, realizada em Acra, Gana, em Novembro último. Importa sublinhar que os resultados obtidos devem orientar a reflexão dos

nossos decisores políticos para fazer do comércio inter-africano uma lança de ferro do crescimento económico sustentado do continente bem como do aumento da parte da África no comércio mundial. Convém igualmente sublinhar que este tema dominará os debates e as reflexões durante todo o ano de 2012 pois, conforme a Decisão da Conferência de Malabo de Julho último, a partir de agora apenas um tema será debatido por ano contrariamente a de um tema por cada uma das Cimeiras anuais, o que permitirá a todos os responsáveis concernentes do continente aprofundar a questão, conferindo-a um conteúdo concreto durante o ano. Prevê-se, portanto, que a próxima Cimeira de Lilongwe, de Junho de 2012 incida novamente sobre este tema, procedendo, em particular, a uma avaliação preliminar do impacto e das acções desenvolvidas ou preconizadas pelos Estados-membros e outros actores não estatais para a implementação da Declaração a ser adoptada pela presente Cimeira.

5. Este Relatório oferece um panorama geral das actividades desenvolvidas, dos resultados obtidos e dos desafios encontrados circunscritos aos quatro pilares do Plano abaixo mencionados, a saber:

- Paz e segurança;
- Integração, desenvolvimento e cooperação;
- Valores Comuns;
- Reforço das instituições da União.

Paz e Segurança

6. Após a Cimeira de Malabo, de Julho de 2011, a Comissão intensificou os seus esforços para implementar as decisões da Conferência e do Conselho de Paz e Segurança (CPS). Tal como mencionado em detalhe pelo Relatório, as actividades da Comissão se focalizaram na Campanha “Acção para a Paz”, na criação da Arquitectura Africana da Paz e Segurança (APSA), implementação do Programa Fronteira da UA (PFUA) e Documento quadro sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós conflito, reforma do sector da segurança, luta contra o terrorismo, flagelo que parece conhecer recrudescimento na sequência da proliferação de armas provenientes particularmente dos depósitos militares líbios, desarmamento e questões conexas, bem como o reforço da parceria com as Nações Unidas no domínio da paz e segurança, se for o caso, parceria estratégica e sobre o qual um Relatório sobre a visão africana foi submetido ao CPS para análise e directivas sobre acções futuras. Saúdo o facto destas todas actividades terem sido empreendidas em estreita colaboração e com inteiro apoio de todos os actores concernentes, entre os quais o CPS, Conselho dos Sábios, Estados-membros e todos outros parceiros envolvidos e muito particularmente com as Nações Unidas. De igual modo, as situações no terreno continuaram mobilizando toda a atenção da Comissão a qual se dedicou a facilitar a resolução dos conflitos e crises e a consolidar a paz nas zonas pós conflito. Durante estes últimos meses, a Comissão, em estreita coordenação com todos os outros actores concernentes, se dedicou ao acompanhamento das transições provocadas pelos levantamentos populares na África do Norte.

7. Como suficientemente demonstra o Relatório, não obstante alguns avanços atingidos no terreno, inúmeros desafios restam enfrentar, entre os quais o impasse constatado em certos destes conflitos, as dificuldades encontradas na aplicação efectiva dos Acordos de Paz assinados bem como os problemas ligados à consolidação da paz.

8. No quadro da intensificação da Campanha “*Acção para a Paz*”, os esforços incidiram sobre uma estratégia que visa forjar novas relações de parceria com os actores no terreno, incluindo a mobilização das Organizações da sociedade civil e do sector privado bem como os profissionais da comunicação social em apoio à Agenda da Paz no continente. Numerosas consultas e retiros com esses actores tiveram lugar para afinar esta estratégia. Gostaria, a este propósito, sublinhar a importância de uma das resoluções adoptadas no quadro destas consultas que é o projecto para erguer na sede da Organização um Memorial permanente para as vítimas das violações dos direitos do Homem, incluindo as vítimas do genocídio. Felicito o facto da presente Sessão da Conferência ser uma feliz ocasião para lançar a primeira pedra desse Memorial, à margem da inauguração do novo Complexo de Conferências da União.

9. No respeitante à operacionalização da Arquitectura da paz e segurança, o presente Relatório descreve amplamente as actividades empreendidas pelos diferentes Órgãos entre os quais o Conselho de Paz e Segurança e o Conselho dos Sábios. De igual modo, o Relatório reporta sobre os progressos atingidos na implementação da Força Africana de Alerta e do Sistema continental de alerta da União bem como o reforço das capacidades dos mecanismos regionais das CERs e sua interacção com o Sistema da União na base do Memorando de Entendimento assinado entre a UA e estas Instituições em Janeiro de 2008.

10. No respeitante ao Programa das fronteiras (AUBP), a Comissão prosseguiu os contactos com os Estados-membros a fim de recolher todas as informações necessárias através de respostas ao questionário sobre o estado das fronteiras africanas, o que a permitirá elaborar um sistema de informação de referência sobre a matéria. Apelo à cooperação de todos os Estados-membros para fornecerem as informações solicitadas e assim permitir a criação de um tal banco de dados fiáveis que vai facilitar as acções de demarcação/delimitação de fronteiras no continente. Este Relatório dá uma visão das acções de demarcação e delimitação já conduzidas com sucesso em certas Regiões do continente. A Comissão concluiu igualmente o Projecto da Convenção africana sobre a cooperação interfronteiriça e espera que este importante instrumento poderá ser aprovado pelos Ministros responsáveis pelo dossier para submissão aos Órgãos competentes da União em 2012.

11. Através deste Relatório, a Comissão presta igualmente conta dos esforços consentidos no domínio da prevenção dos conflitos, implicando uma reflexão profunda sobre a prevenção estrutural destes conflitos. Nesse sentido, a Comissão elaborou um Projecto do Quadro de Política de prevenção de conflitos que será submetido aos Órgãos competentes em tempo oportuno. De igual modo, a Comissão segue activamente as acções relativas à reconstrução e desenvolvimento pós conflito de acordo com as decisões da Conferência e das recomendações feitas pelas missões

multidisciplinares que se deslocaram aos diferentes Países concernentes entre os quais: República Centro-africana, Libéria, Sierra Leone, República Democrática do Congo, Burundi, Sudão do Sul e Sudão. Em Novembro, uma missão igualmente se deslocou ao Côte d'Ivoire para avaliar as necessidades deste País. Os resultados destas visitas servirão de base para lançamento da Iniciativa de Solidariedade Africana que a Comissão se propõe organizar em Junho de 2012 à margem da Cimeira de Lilongwe no Malawi.

12. O Relatório trata igualmente das actividades desenvolvidas no quadro da reforma do sistema de segurança, prevenção e luta contra o terrorismo, desarmamento bem como a proliferação de armas nas regiões do Sahel e da África do Norte, assuntos que levaram a Comissão a proceder, durante os últimos meses, numerosas consultas com os Estados-membros e outros Parceiros, sob tutela das Nações Unidas, à luz dos novos desafios com os quais o continente é confrontado nestes domínios.

13. A Comissão prosseguiu as suas actividades de seguimento do Relatório Prodi sobre o apoio das Nações Unidas às operações de manutenção da paz conduzidas sob a égide da União Africana bem como a parceria entre a União e as Nações Unidas no seu conjunto e as relações que ela entende sempre reforçar com todos outros Parceiros internacionais neste domínio. A este propósito, importa de novo sublinhar a necessidade de se ir além das acções de apoio logístico e de assistência para cobrir plenamente a visão proposta de uma verdadeira parceria política e estratégica ONU-UA sobre todas matérias de interesse mútuo nos domínios da paz e segurança.

14. Relativamente às actividades de apoio ao processo de paz e das zonas de conflito em África, a Comissão prosseguiu os seus esforços em estreita colaboração com os actores dos diferentes Estados-membros em causa.

15. O Relatório, à data da sua redacção, retrata de maneira detalhada a evolução da situação nos Comores, Madagáscar, Somália, a evolução no Corno de África, incluindo o processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, por um lado e entre Djibuti e a Eritreia por outro, questões relativas às relações entre o Sudão e Sudão do Sul, Darfur e os esforços consentidos pela UA nestes dossiers. De igual modo, o Relatório trata da evolução da situação na República Democrática do Congo, República Centro-africana, Iniciativa de cooperação regional contra o Exército de Resistência do Senhor (LRA), as relações Chade-Sudão, Côte d'Ivoire, Libéria, República da Guiné e a Guiné-Bissau. O Relatório faz igualmente o ponto de evolução dos levantamentos populares na África do Norte e a evolução da situação na Tunísia, no Egipto e na Líbia. Finalmente, o Relatório reporta sobre a evolução da situação no Saara Ocidental.

16. De maneira geral, a União Africana, através dos seus múltiplos esforços, tentou encontrar soluções para os conflitos e crises existentes no continente. Importa que estes esforços sejam apoiados por todos os Estados-membros e pelos Parceiros internacionais de maneira a realizar o slogan “soluções africanas para os problemas africanos”. Nós devemos continuar trabalhando com os Estados-membros e com os Parceiros internacionais neste quadro e para isto, fazer tudo ao nosso alcance para responder a estes desafios em nome da África com soluções assumidas e não impostas do exterior a fim de estabelecer uma base duradoura para a paz e segurança de todos

os nossos Países. As nossas doutrinas para prevenir e resolver conflitos são, na ausência do melhor, pertinentes e apropriadas. E como o Seminário de peritos do Cairo relevou, nós temos mais necessidade de aplicar efectivamente os nossos instrumentos e decisões do que criar novos. É com efeito através da implementação efectiva do Acto Constitutivo, da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e seus Protocolos, Carta Africana sobre a Democracia, Governação e Direitos do Homem, Convenção sobre a Prevenção e a Luta contra a Corrupção, Carta Africana sobre Valores e Princípios da Função Pública, Declaração sobre mudanças anticonstitucionais de Governo, incluindo luta contra o ressurgimento dos golpes de Estado e muitos outros instrumentos adoptados pela União ligados aos Valores Comuns que a África poderá sair de forma duradoura de conflitos e de crises que amputam os seus esforços de desenvolvimento.

Integração, desenvolvimento e cooperação

17. Como habitualmente, este Relatório faz o ponto da situação sobre as actividades desenvolvidas nos três importantes aspectos deste segundo pilar do Plano Estratégico: integração, desenvolvimento e cooperação. Durante o período em revista, a Comissão intensificou os seus esforços para implementar os diferentes Planos de acção em todos os sectores estratégicos de interesse continental, acentuando particularmente o desenvolvimento do capital humano através da educação, formação dos recursos humanos, cultura, promoção da ciência e da tecnologia em estreita colaboração com os Estados-membros, as CER e os Parceiros de desenvolvimento. O Relatório reporta o lançamento das três primeiras Faculdades da Universidade Pan-africana que se realizou em Adis Abeba, na sede da UA em 14 de Dezembro último. Felicito-me pelo facto deste projecto, lançado por iniciativa e sob o impulso da actual Comissão em 2009, ter conhecido materialização com a abertura a partir do ano académico 2012/2013 de três Faculdades (a de Ciências da Terra e da Vida, sediada na Nigéria, a das Ciências Fundamentais, Tecnologia e Inovação, sediada no Quénia e a de Governação, Ciências Humanas e Sociais, sediada nos Camarões). Quanto à Faculdade das Ciências da Água e Energia, incluindo Alterações Climáticas, atribuída a Argélia, em representação da África do Norte, esta tomará as medidas necessárias para o seu rápido arranque. Por outro lado, a África Austral é instada a comunicar os resultados das consultas sobre o país da Região que acolherá a Faculdade das Ciências do Espaço para que ela possa iniciar as suas actividades o mais rapidamente possível. Convém assinalar que antes do lançamento, peritos provenientes de diferentes partes do continente e da Diáspora bem como de outros Parceiros definiram os programas de ensino com vista a obtenção de diplomas de Mestrado e de Doutoramento destas diferentes Faculdades.

18. No quadro do prosseguimento da implementação do Plano de Acção da Segunda Década da Educação em África (2006-2015), a Comissão colocou tónica sobre os programas de harmonização do ensino superior em África, programa de bolsas de estudo da União Africana denominado Mwalimu Nyerere, a qual envolve 28 Universidades africanas e visa promover a mobilidade académica dos estudantes no quadro do ensino para Mestrado e Doutoramento. Gostaria sobre a matéria, exprimir a nossa gratidão à União Europeia pelo seu apoio a este programa que conheceu

sucesso real ao atrair cada vez mais o interesse dos nossos jovens universitários. Além disto, a UE através do 10º FED, presta igualmente o seu apoio financeiro, muito apreciado, para as bolsas de investigação nos domínios da agricultura, novas energias e energias renováveis, clima e saneamento do meio. Gostaria igualmente de agradecer o Governo indiano que, no quadro da Parceria África-Índia, não só concede bolsas para pós graduação em Ciências agrícolas mas igualmente presta seu apoio à operacionalização de 10 Centros de Formação Profissional (TVET) para cada uma das 5 Regiões africanas.

19. A Comissão intensificou os seus esforços nos sectores da saúde e da higiene onde uma tónica particular foi colocada sobre a operacionalização da Estratégia regional africana para a nutrição, o seguimento da implementação nos Estados-membros do Apelo de Abuja sobre o controlo do VIH-SIDA, da tuberculose, malária e de outras doenças infecciosas, aspectos ligados à população e à saúde reprodutiva. Sobre este assunto, convém sublinhar o acrescido interesse pela Campanha de redução acelerada da mortalidade materna e infantil em África (CARMMA) ao qual foi consagrado o Tema da Cimeira de Campala, de Julho de 2010. Os 25 Estados-membros que já lançaram o CARMMA ao nível nacional prepararam, além disto, roteiros de apoio a esta Campanha pelo que nos regozijamos. Felicitando estes Estados, gostaria de aproveitar a ocasião para lançar um apelo a todos os Estados-membros que todavia não o fizeram para o fazerem para que se ponha em prática as acções previstas na Cimeira de Campala e inúmeras vezes reafirmadas pelas Conferências da União desde então. Neste capítulo ligado à saúde, o Relatório indica as acções desenvolvidas pela Comissão africana da População, que realizou a sua 8ª sessão em Adis Abeba em Setembro último, durante a qual adoptou o Relatório sobre o estado da População em África em 2010. Além disto, a Comissão tratou questões ligadas ao Plano para produção de medicamentos em África, harmonização dos programas de saúde e a telemedicina, criando redes de peritos sobre a matéria no quadro da implementação da Estratégia sobre a Saúde em África 2007-2015. Ela iniciou igualmente acções no quadro da implementação da Década da UA sobre a medicina tradicional (2011-2020).

20. Tratando do bem-estar humano e social, este Relatório dá uma visão das actividades desenvolvidas para promover a implementação da Carta Africana dos Direitos e do Bem-estar das Crianças, em estreita colaboração com o Comité Africano de Peritos encarregue de assegurar o seguimento desta Carta, a promoção dos direitos e do bem-estar dos grupos mais vulneráveis, entre as quais pessoas idosas e portadoras de deficiências, os esforços de reestruturação do Instituto Africano de Reabilitação (ARI), a implementação do Plano de Acção sobre pessoas idosas, a vulgarização e a popularização da política quadro de desenvolvimento social em África, a implementação do Plano de Acção da luta e do controlo das drogas e da criminalidade transfronteiriça, a promoção das políticas de trabalho e de emprego e a campanha de luta contra o tráfico de seres humanos com tónica particular na protecção das mulheres e das crianças. No que concerne particularmente à gestão do dossier da migração, a Comissão submete à presente sessão um Relatório sobre o Instituto Africano das Transferências de Fundos da Diáspora a fim de que o Conselho possa dar orientações necessárias sobre esta importante iniciativa que pode não

apenas gerar recursos suplementares em benefício dos países de origem e das famílias africanas mas igualmente envolver a Diáspora africana nos esforços de desenvolvimento do continente. No quadro da implementação da Carta da Juventude e do Plano de Acção da Década da Juventude 2009-2018, foram propostas acções para redução do subemprego dos jovens e das mulheres em particular. Em particular, a criação do Corpo da UA para os Jovens Voluntários e a revitalização e o reforço de capacidades da União Pan-africana da Juventude.

21. Nos domínios das infra-estruturas e de energia, o Relatório faz o balanço das acções desenvolvidas pela Comissão para a aplicação das políticas e estratégias definidas pelos órgãos competentes da União, mas igualmente a implementação dos programas e projectos em carteira tais como adoptados por estes mesmos órgãos. Uma tónica particular foi dada durante os últimos meses à implementação do PIDA, bem como a criação da Arquitectura Institucional para o desenvolvimento de infra-estruturas em África. É assim que este Relatório dá conta do estado dos projectos definidos como por exemplo os estudos de pré-viabilidade dos restantes troços do corredor Dacar-N'Djamena-Djibuti bem como o de Djibuti-Libreville. Informa igualmente sobre 6 projectos assinados em 20 de Dezembro último no quadro da Parceria África-UE que abarca projectos como a operacionalização da Agência de execução responsável pela implementação da Decisão de Yamoussoukro sobre a liberalização do transportes aéreo, os estudos de viabilidade sobre: o Corredor Beira-Lobito, a ponte sobre o Rio Gâmbia, o Caminho-de-ferro Cotonou-Niamey-Abjidan e o projecto de transportes terrestre regional na África Central.

22. No domínio da energia, o Relatório dá uma visão das actividades relativas ao programa Geotérmico Regional e a criação do Mecanismo para Redução do Risco ligado ao Desenvolvimento da Energia Geotérmica na África Oriental, a elaboração e a validação dos Relatórios dos Estudos e *Workshops* de Formação no quadro da assistência técnica financiada da União Europeia (UE) e, de maneira geral, as discussões no seio da Parceria África-UE sobre a energia.

23. No tocante ao domínio das telecomunicações, correios, tecnologias de comunicação e de informação, o Relatório indica as acções empreendidas no quadro da harmonização de políticas e regras nestes domínios bem como o estado de implementação da Rede pan-africana para telemedicina e a tele-ensino.

24. O Relatório faz em seguida o ponto da situação sobre a implementação de projectos chaves no domínio da agricultura, pecuária e desenvolvimento rural. Neste quadro, as acções dos nossos escritórios especializados abarcam os seguintes aspectos: os programas africanos para o desenvolvimento de sementes e a biotecnologia, os adubos e o sistema do seu financiamento, as actividades nos domínios da protecção de plantas, a iniciativa sobre a política de gestão das terras, a promoção da pecuária e o reforço das capacidades dos criadores de animais, a luta contra a mosca tsé-tsé e a produção de vacinas veterinárias.

25. No que concerne à protecção do ambiente e dos recursos naturais, as acções da Comissão incidiram essencialmente sobre os preparativos da Conferência COP 17 que realizou-se em Durban na África do Sul, de 28 a 10 de Dezembro de 2011. Sobre esta

matéria, a Comissão prestou todo seu apoio aos negociadores africanos e os resultados da COP 17 serão apresentados à Conferência da União por Sua Excelência Sr. Meles Zenawi, Primeiro-ministro da Etiópia e Coordenador de África nas negociações. Outras acções foram empreendidas pela Comissão tal como é referido no Relatório nos domínios de redução dos riscos em casos de catástrofes, projecto de seguimento do ambiente para um desenvolvimento duradouro (AMESD), gestão das florestas transfronteiriças, muralha verde para a zona saharo-sahaliana bem como o reforço das capacidades no quadro das negociações de acordos multilaterais sobre o ambiente.

26. Através deste Relatório a Comissão presta igualmente conta das acções de seguimento das Cimeiras dos G8 e dos G20. Em particular, na Cimeira de Deauville, França, em Maio de 2011, foram adoptados compromissos por este Grupo em vários domínios entre os quais a paz, segurança e governação; questões de desenvolvimento, incluindo o crescimento económico, integração regional, Alterações Climáticas, acesso à energia, obrigação de responsabilização mútua, etc... Continua que as promessas não são sempre seguidas com efeito. Mais uma vez, é de se proceder a uma avaliação exaustiva do acompanhamento reservado aos inúmeros compromissos aceites no passado e a obrigação tradicional mútua no que concerne nomeadamente aos apoios financeiros aos sectores identificados pelas Cimeiras precedentes, o nível de ajuda pública ao desenvolvimento, o desenvolvimento dos recursos humanos nos sectores prioritários como a saúde, educação e a luta contra a SIDA. É igualmente necessário que um mecanismo credível de avaliação da implementação destes compromissos seja criado para análise nas próximas reuniões dos G8. Além disto, persiste que a representação equitativa e efectiva da África na Cimeira dos G20 seja uma preocupação prioritária da União a fim de defender os interesses fundamentais do continente no seio deste importante Fórum e assim permitir que a África jogue o papel que merece na gestão dos assuntos do mundo.

27. No que concerne à agricultura, o Relatório focaliza principalmente a implementação do programa-piloto CAADP e os progressos atingidos na sua implementação. Felicito o facto de, desde a última Cimeira de Malabo, em Junho último, 5 outros Estados-membros se tenham juntado aos 25 já assinantes e assinaram os Acordos do Compacto CAADP, o que os colocará em posição de poder beneficiar das vantagens que daí advêm. Saúdo igualmente o facto de, 21 dos 30 Estados mencionados no Relatório, terem concluído a elaboração dos planos de investimento no quadro do CAADP e que 15 de entre eles já iniciaram a fase de negociações das modalidades de financiamento dos seus planos de investimento.

28. Como acima assinalado, no quadro do reforço das capacidades no domínio do comércio, a Comissão concluiu todos os preparativos para o Tema da presente Cimeira sobre o comércio intra-africano. O projecto de Declaração apresentado pela Conferência dos Ministros do comércio, realizada em Acra, Gana, em Novembro último, poderá, uma vez adoptado, guiar a Comissão no seguimento deste crucial dossier para o desenvolvimento do continente. No domínio da cooperação aduaneira, a Comissão, se inspirando nas práticas e experiências das CER, elaborou um projecto de Protocolo sobre o Trânsito, o qual será submetido em tempo oportuno aos Órgãos competentes

[para facilitar o comércio entre os Estados-membros].Convém igualmente assinalar que a Comissão contribuiu na preparação para uma participação eficiente da África nos trabalhos da 8ª Conferência ministerial da OMC, realizada em Genebra, em Dezembro de 2011.

29. Relativamente ao papel dos actores da sociedade civil, da Diáspora e de todos os actores chamados a desempenhar um papel na aceleração do processo de integração, gostaria de assinalar que a Comissão prosseguiu com as suas iniciativas para envolver todos estes actores nos programas da União. Tratando-se particularmente da Diáspora, a Comissão organizou em Nova Iorque, a 24 de Setembro de 2011, uma reunião ministerial no quadro da preparação da próxima Cimeira da Diáspora prevista para 25 de Maio de 2012 na África do Sul. Organizou mesmo uma consulta de alto nível com certos membros da Diáspora em 26 de Novembro para definir as vias a seguir para um maior envolvimento da Diáspora nos programas da União. Convém igualmente assinalar que a Comissão continua a facilitar a participação da sociedade civil africana nas actividades da União e presta todo o seu apoio ao ECOSOCC. Gostaria igualmente de assinalar que para um maior envolvimento dos intelectuais africanos nos trabalhos da União, a Comissão organizou o 2º Congresso dos Economistas Africanos em Abidjan a fim de discutir em conjunto as vias e meios para acelerar o desenvolvimento e a integração do continente.

30. No que concerne às parcerias, a Comissão se dedicou ao prosseguimento do reforço das parcerias existentes com o resto do mundo na base das decisões pertinentes da Conferência. O Relatório presta assim conta das actividades empreendidas durante os meses passados em particular o segundo encontro do Fórum Comissão da UA- Organização dos Estados Americanos (OAS) sobre a promoção e a defesa da democracia e dos Direitos Humanos em África e nas Américas (Adis Abeba, 12-13 de Outubro de 2011), a 8ª Reunião de altos Funcionários do Fórum África-China (FOCAC), realizada em Hangzhou, China, de 25 – 29 de Outubro de 2011 e a 13ª Reunião do Grupo de trabalho conjunto África-UE, realizada em 19 de Outubro de 2011 em Adis Abeba, bem como a 7ª Reunião do Conselho de Administração da Coligação para o Diálogo em África CoDA), realizada em Tunis, Tunísia, de 11 a 12 de Novembro de 2011.

31. Neste mesmo Relatório, é apresentado o estado das principais actividades desenvolvidas pelas nossas representações externas durante os meses passados.

Valores Comuns

32. A Comissão intensificou os seus esforços no quadro da promoção da arquitectura da União sobre a governação democrática. Assim, ela continuou a advogar junto dos Estados-membros e de outras partes envolvidas com vista a viabilizar a assinatura e a ratificação da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e a Governação. Relativamente à Cimeira de Malabo, de Julho último, o número de ratificações cresceu de 8 para 12 quando actualmente 38 Estados-membros já ratificaram a Carta. Aproveito esta oportunidade para, uma vez mais, lançar um veemente apelo a todos os Estados-membros que todavia não o fizeram para assinarem e ratificarem esta importante Carta, em defesa do espírito da proclamação

pela Conferência da União do Ano de 2012 como “Ano dos Valores Comuns”. Com efeito, este ano oferece a todos africanos a ocasião de partilhar os valores que colocam o ser humano no centro do saber viver em liberdade, respeito integral dos seus direitos mais fundamentais, da fraternidade e da concórdia entre os povos.

33. Ao mesmo tempo, a Comissão lançou uma campanha de sensibilização junto dos Estados-membros e de outras Partes envolvidas com vista a facilitar e acelerar a assinatura e a ratificação da Carta africana sobre os Valores Comuns e os Princípios da Função e Administração Públicas, adoptada pela Conferência aquando da sessão de Janeiro de 2011. Aproveito igualmente esta ocasião para lançar um apelo aos Estados-membros para que assinem e ratifiquem este importante instrumento. Por outro, o Conselho Executivo analisou durante a presente sessão as conclusões da Conferência da UA dos Ministros da Função pública, realizada em Nairobi em Maio de 2011 e que adoptou importantes documentos de política e em particular um quadro de estratégia de longo prazo para a implementação do programa sobre a governação e a administração pública africana. A Comissão iniciou uma reflexão aprofundada sobre o quadro e as sinergias necessários para facilitar a aplicação dos instrumentos legais e implementação das decisões relativas à consolidação da cultura e da governação democráticas. A este propósito, como sublinhado no Relatório, importa criar sinergias necessárias entre a Arquitectura da Governação Africana (AGA) e a Arquitectura da Paz e de Segurança da União Africana (APSA). O Relatório conclui sobre a necessidade de proceder a uma avaliação regular das medidas tomadas pelos Estados-membros para se apropriarem e incorporarem nas legislações nacionais os valores comuns, tais como consignados na Carta.

34. No domínio da governação local, convém registar que o Conselho analisou na presente sessão um Relatório da Conferência ministerial dos Ministros responsáveis pela Descentralização e a Governação local, realizada em Maputo, Moçambique, de 8 a 11 de Agosto de 2011. Esta Conferência procura, por outro, ser integrada nas estruturas e no processo da União Africana.

35. Relativamente à observação e seguimento das eleições, o Relatório dá uma visão das actividades de observação desenvolvidas pela União nos seguintes Estados-membros: Zâmbia, Libéria, Cabo Verde, Camarões, Tunísia, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Cote d’Ivoire, Guiné e Gâmbia. Convém registar que de maneira geral registaram-se melhorias notáveis na organização dos escrutínios necessárias entretanto a serem consolidadas face aos numerosos desafios de ordem logística e estrutural e os esforços que restam consentir para criar um clima propício para levar todos os actores políticos a participar plenamente em todo o processo eleitoral e a aceitar com toda a confiança os resultados das urnas. Com efeito, é inadmissível que eleições organizadas com o objectivo de assegurar a legalidade constitucional e a legitimidade popular do poder conquistado nas urnas desemboquem em conflitos fratricidas, como por vezes é o caso. Por seu lado, a Comissão continua prestando uma assistência às instituições nacionais organizadoras das eleições, na medida dos seus meios, a fim de melhorar as normas e estandartes neste domínio, se inspirando nas fraquezas constatadas aquando da observação das diferentes eleições.

36. Relativamente aos Direitos Humanos, a Comissão continua apoiando a acção das instituições nacionais de protecção dos Direitos Humanos em estreita coordenação com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). A Estratégia africana para os direitos Humanos foi amplamente divulgada junto das outras Partes envolvidas a fim de que elas possam contribuir para a sua implementação. Para o efeito foi elaborado um guião para facilitar a incorporação desta Estratégia por todos os actores neste domínio.

37. No domínio dos assuntos humanitários, o Relatório faz o ponto da situação dos refugiados e das pessoas deslocadas nas diferentes Regiões e dos esforços consentidos pela Comissão e pelo Subcomité do CRP responsável por estas questões para prestar assistência ainda que modesta a estas pessoas nas suas necessidades. A Comissão deu continuidade aos seus esforços para promover a assinatura e a ratificação da Convenção da União Africana sobre a protecção e a assistência às pessoas deslocadas. Gostaria, uma vez mais, lançar um apelo a todos os Estados-membros que ainda não o fizeram para assinarem e ratificarem esta importante Convenção.

38. No mês de Agosto de 2011, assistimos a um acto de solidariedade que gostaríamos de felicitar de maneira muito especial. Por iniciativa da Comissão foi convocada uma Conferência de Anúncio de Contribuições em favor das vítimas da dura seca e da fome no Corno de África. Mobilizou muito os Estados-membros, Estados não-membros, Organizações Internacionais e particulares, que contribuíram generosamente com 350 milhões de dólares e 28 milhões em espécie. Este é um gesto de solidariedade que assinalou o espírito da parte do Mundo e que merece alimentar no futuro.

39. Gostaria igualmente de assinalar que durante o período considerado, a Comissão continuou implementando as pertinentes decisões da Conferência entre as quais a criação de mecanismos para a implementação dos Programas da Década da Mulher Africana 2010-2020. A Comissão promoveu igualmente a sensibilização junto dos Estados-membros e dos Parceiros de desenvolvimento para apoiarem o Fundo criado com o apoio inicial de 1% do Orçamento da União. Gostaria igualmente de indicar que a Comissão prosseguiu as suas actividades de sensibilização junto dos Estados-membros e de todas as partes envolvidas com vista a implementar a Declaração solene sobre a Igualdade dos Homens e das Mulheres em África.

40. No respeitante à cultura, duas actividades marcaram o período em revista, a saber: o início de um estudo de viabilidade para a criação da Comissão Africana de Cinematografia e o lançamento da Campanha para o renascimento cultural africano no seio dos Estados-membros da SADC.

41. Este Relatório reporta, por outro, sobre o estado actualizado das assinaturas e ratificações de 42 Tratados adoptados pela OUA/UA, sublinhando que apenas 25 destes Tratados entraram, até à presente data, em vigor. Gostaria, portanto, de aproveitar a ocasião para lançar um apelo aos Estados-membros no sentido de tomarem as medidas necessárias para implementar os compromissos assumidos relativamente aos instrumentos jurídicos adoptados pela Conferência da União. A

necessidade de harmonizar os procedimentos de ratificação permanece actual para permitir que os Tratados adoptados pela Conferência possam ser ratificados num prazo razoável e incorporados efectivamente ao nível nacional, o que fará reforçar a credibilidade da União.

Reforço das Instituições da União

42. Este Relatório presta conta dos esforços consentidos pela Comissão para reforçar as suas capacidades com vista a fazer face às suas missões cada vez mais grandiosas. Depois de assumir as suas funções, a Comissão se esforçou para promover uma direcção norteada pelos objectivos precisos e mensuráveis que exigem das suas estruturas resultados concretos de igual modo mensuráveis em função das acções empreendidas e os recursos despendidos. Para o efeito, ela procedeu a reformas consequentes no seu sistema de funcionamento, reforçando as capacidades em todos os seus serviços. Os resultados sobre os quais este Relatório se reporta cobrem diversos domínios, tais como: uma melhor coordenação interdepartamental, gestão e desenvolvimento dos recursos humanos, serviços administrativos de apoio, gestão financeira e processo orçamental, planificação estratégica, seguimento e avaliação dos programas, uma melhor gestão dos serviços de conferência, auditoria bem como a introdução da cultura organizacional apropriada ao melhor desempenho e rendimento.

43. O objectivo de todas estas reformas é o de promover uma boa governação interna e assegurar uma gestão transparente dos escassos recursos humanos e financeiros a sua disposição, garantindo seguramente a obrigação tradicional esperada de todos Estados-membros da UA. A Comissão refinou os seus instrumentos e seus métodos de trabalho, permitindo-a assim avaliar de forma regular o nível de execução dos Programas aprovados e as actividades empreendidas pela União aquando das suas reuniões semanais das terças –feiras. Durante essas reuniões, são baixadas orientações coerentes sobre a via a seguir por todas as sus estruturas internas.

44. As reformas no quadro dos programas de melhoria dos sistemas de gestão e de auditoria, tais como os projectos IMIS e AMERT, podem hoje permitir a Comissão de se aperceber do nível de desempenho das diferentes estruturas o que, sem dúvidas, contribuirá para dar garantias a todos os Estados-membros e aos Parceiros da União e a levar estes últimos a prestar apoio financeiro directo aos nossos programas, contrariamente aos actuais apoios pontuais aos projectos ou às actividades específicas que os mesmos decidirem dar. As negociações com vista à criação de um Fundo comum dos Parceiros prosseguem e temos a esperança que este esperado instrumento poderá ser assinado o mais brevemente possível. Gostaria, neste momento, de exprimir o nosso apreço a todos os Estados-membros e a todos os Parceiros que sempre nos apoiaram na execução dos numerosos programas ligados à implementação do Plano estratégico. Por sua vez, a Comissão continua determinada a promover sempre uma gestão transparente dos recursos colocados à sua disposição.

II. PAZ E SEGURANÇA

45. A promoção da paz e da segurança continua ocupando um lugar central nos esforços da Comissão e dos outros órgãos competentes da UA. Neste quadro e na sequência das Decisões pertinentes da Conferência da União e do Conselho de Paz e Segurança (CPS), a Comissão prosseguiu os esforços iniciados no que concerne à Campanha “Acção para a Paz”, a operacionalização da Arquitectura continental da paz e segurança (APSA) bem como a implementação do Programa fronteira da UA (PFUA), do Documento quadro sobre a reconstrução e desenvolvimento pós conflito e acções relativas às reformas no sector de segurança. A luta antiterrorismo, no contexto caracterizado pela recrudescência desse flagelo e as preocupações ligadas à proliferação de armas provenientes dos depósitos militares líbios continuou, ela igualmente, sendo objecto de uma atenção cuidada. De igual modo, inúmeras iniciativas foram tomadas no domínio do desarmamento. Finalmente, a Comissão continuou seguindo a questão da parceria entre a UA e as Nações Unidas no domínio da paz e segurança, tendo articulado num Relatório submetido ao CPS a sua visão estratégica da referida parceria.

46. As situações no terreno dominaram evidentemente a acção da Comissão. Tratou-se tanto de facilitar a solução das crises e conflitos que o continente conhece como de consolidar a paz lá onde ela foi atingida. A acção empreendida igualmente incidiu sobre o acompanhamento das transições resultantes das sublevações populares que tiveram lugar no Norte de África. Se é verdade que avanços foram registados no caminho para a paz, segurança e estabilidade, inúmeros são os desafios ainda a ultrapassar, tratando-se do impasse persistente em certas situações de conflito, das dificuldades encontradas na implementação dos acordos de paz ou de problemas ligados à consolidação da paz.

II.1. CAMPANHA ACÇÃO PARA A PAZ

47. Na sequência da decisão Assembly/AU/Dec.339.(XVI) de Janeiro de 2011, sobre o programa de sustentabilidade do Ano de Paz e Segurança (YoPS) em África, a Comissão realizou a *Campanha Acção para a Paz*. A este respeito foi elaborada, uma estratégia destinada a construir uma parceria inovadora com a sociedade civil e o sector privado para a mobilização de recursos em apoio à agenda de paz e segurança da UA. Esta será submetida para validação à reunião dos intervenientes no início de 2012. Além disso, a Comissão, em cooperação com o Governo do Egipto, o Centro Africano para Formação em Resolução Construtiva de Conflitos (ACCORD), o Centro Regional de Cairo para Formação em Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz em África (CCCPA) e o Centro para o Diálogo Humanitário (HD), reuniram-se no Segundo Retiro de Alto Nível da UA sobre a Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África, no Cairo, de 04 a 05 de Setembro de 2011. O Retiro, que foi dedicado ao tema “Reforço da Governação Política para a Paz, Segurança e Estabilidade em África”, concordou que a incidência não deverá continuar a ser na adopção de instrumentos adicionais de governação, a menos que circunstâncias excepcionais assim o exijam, mas sim na implementação dos instrumentos já existentes.

48. No dia 21 de Setembro, a Comissão celebrou o Dia Internacional da Paz, “ Dia da Paz”. Nessa ocasião, a Comissão, a OXFAM, organizaram conjuntamente uma acção de formação de dois dias para as organizações da sociedade civil sobre os processos de tomada de decisão da UA e APSA. Esta acção de formação foi seguida por um *workshop* de Alto nível da Comunicação Social sobre os esforços da paz da UA, de 02 a 04 de Novembro de 2011, em Adis Abeba, na qual participaram uma série de jornalistas e Peritos em Comunicação. O *Workshop* teve como resultado a criação de uma Rede da Comunicação Social para a Paz (NetPeace). Esforços estão em curso visando a criação de um Sítio na Internet dedicado às questões de Paz e Segurança, a fim de aumentar os Programas educativos.

49. No meu relatório de Janeiro de 2010 para o Assembleia sobre o YoPS, referi que, entre outras actividades planificadas para comemorar a YoPS, a Comissão iria “*iniciar medidas para construir um Memorial permanente para as vítimas de violações dos direitos humanos, incluindo o genocídio, na sede da AU*”. Como seguimento, a Comissão realizou uma reunião consultiva em Adis Abeba, de 04 a 05 de Novembro de 2011, para debater as modalidades para a construção do proposto Memorial. Organizado em parceria com a *Justice Africa* e com base num encontro anterior, realizado em Novembro de 2010, a reunião consultiva, que juntou uma série de partes interessadas, concordou em medidas concretas a tomar. Tenho o prazer de informar que a primeira pedra do Memorial será descerrada durante a presente Sessão da Conferência por ocasião da entrada ao serviço do novo Complexo de Conferências da UA.

50. O local do Complexo de Conferências tem um significado histórico singular. Entre 1935 e 2005, foi o local da Cadeia Central de Adis Abeba, conhecida como *Alem Bekagn*, “Adeus ao Mundo”. Em 1937, foi o principal local de “Massacre Graziani” no qual o governador fascista italiano cercou e matou a *nata* da elite etíope como vingança por um atentado à sua vida. Sob o regime do Imperador Haile Selassie, *Alem Bekagn* foi a prisão em que criminosos comuns e presos políticos foram encarcerados conjuntamente. Imediatamente após a Revolução de 1974, a prisão foi o local da execução e enterro de sessenta Ministros do Governo Imperial. Ganhou notoriedade pelo encarceramento em grande escala, tortura e execução de milhares de etíopes durante o Regime Derg, especialmente as atrocidades do Terror Vermelho entre 1977 e 1978. Quando as forças da Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF) assumiu o controlo de Addis Abeba, em 1991, libertou os prisioneiros e o terreno foi posteriormente entregue à UA em 2005 para a expansão da sua sede.

II.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA (APSA)

51. Como é do conhecimento do Conselho, de Julho a Outubro de 2010, a UA, em conjunto com as Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para a Prevenção Gestão e Resolução de Conflitos, (CERs/MRs) e a União Europeia (UE), realizou um estudo para avaliar os progressos alcançados na operacionalização da APSA e os desafios futuros, a fim de identificar novas prioridades e as necessidades de capacidade, tanto na UA como dentro das CERs/MRs. Na sua reunião realizada em

Zanzibar a 08 de Novembro de 2010, os Directores Executivos da UA e das CERs/ MRs adoptaram os elementos indicativos do Roteiro para a Operacionalização da APSA para o período 2011-2013. A reunião de altos funcionários da UA e CERS/MRs realizada em Nairobi, de 02 a 04 de Agosto de 2011, concluiu o Roteiro, um documento abrangente que adopta uma visão holística da APSA, reflectindo ao mesmo tempo os desafios de paz e segurança que têm vindo a surgir no continente. Este Roteiro é acompanhado por um Plano de Acção, que traduz os elementos contidos no Roteiro em actividades concretas, com os respectivos custos orçamentais.

52. Durante o período em análise, a operacionalização da APSA continuou a ser uma das principais prioridades da Comissão. Foram registados progressos relativamente aos seus diversos componentes.

a) Conselho de Paz e Segurança (CPS)

53. O CPS tem cumprido com o seu mandato proactivamente. Na altura da conclusão do presente relatório, o CPS reuniu-se por 305 vezes. Como o mandato dos membros do CPS, eleitos para um período de dois anos, chegará ao fim em Abril de 2012, prevê-se que a presente sessão do Conselho Executivo eleja dez novos membros. Um relatório separado sobre as actividades do CPS e a situação de paz e segurança em África é apresentado à Assembleia.

b) Força em Estado de Alerta (ASF)

54. Os esforços para operacionalizar o ASF continuaram no âmbito da Declaração da IV reunião ordinária do Comité Técnico Especializado para a Defesa, Segurança e Protecção (STCDSS), que teve lugar em Adis Abeba a 07 de Dezembro de 2010. O período em análise foi marcado pela realização da 5ª reunião ordinária da STCDSS em Addis Abeba, a 26 de Outubro de 2011. Particularmente, a reunião endossou o Roteiro III para a ASF, que prevê que a Força atinja a sua capacidade operacional plena até 2015. Os Ministros aproveitaram a sua reunião para assistir à cerimónia de lançamento do AMANI África II, que teve lugar na tarde de 26 de Outubro de 2011. Este novo ciclo irá tirar partido da capacidade já construída e dos ensinamentos do primeiro ciclo AMANI África, tanto para contribuir como para validar a prontidão operacional do ASF até 2015. Considerando que o Primeiro Ciclo AMANI África culminou numa simulação de Comando Pós Exercício (CPE), o novo ciclo de formação irá mais longe, realizando um Exercício de Treinamento em Todo o Terreno (FTE), no final do ciclo.

55. Hoje, mais do que nunca, existe a necessidade do continente intensificar os seus esforços para garantir a operacionalização plena do ASF até 2015. O Roteiro III descreve as medidas necessárias a serem tomadas para o efeito. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para louvar o Mecanismo de Coordenação da Força em Estado de Alerta da África Oriental (EASFCOM), por ter implantado oficiais das Forças Armadas na AMISOM, em Mogadíscio, após a assinatura de um Memorando de Entendimento com a Comissão. Esta medida é altamente simbólica na medida em que marcou a primeira implantação da componente Regional da Força em Estado de Alerta da ASF.

c) Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS)

56. A Comissão continuou a envidar esforços no sentido de alcançar a operacionalização plena do CEWS, conforme previsto no Protocolo do CPS e o Quadro para a Operacionalização de CEWS, que foi endossado pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2007. Estes esforços centraram-se em três áreas, designadamente a recolha de dados, a análise de dados e a coordenação e colaboração com as CERs/MRs e outros intervenientes. De 21 a 23 de Setembro de 2011, a Comissão realizou a 9ª Reunião Técnica sobre Alerta Prévio com as CERs/MRs em Acra, acolhida pela CEDEAO. Uma formação conjunta em recolha de dados e instrumentos de análise foi igualmente realizada, sucessivamente com a reunião. A Comissão também prestou assistência técnica para o estabelecimento de sistemas de alerta prévio da EAC e COMESA durante as visitas realizadas em Outubro e Novembro de 2011.

d) Painel de Sábios

57. Durante o período em análise, o Painel de Sábios levou a cabo uma série de actividades no cumprimento do seu mandato, conforme estipulado no Protocolo do CPS. De 06 a 08 de Outubro de 2011, uma delegação do Painel, incluindo representantes das CERs e de outras organizações das quais a República Democrática do Congo (RDC) é membro visitou Kinshasa. A visita, que foi realizada na véspera das eleições presidenciais e legislativas de 28 de Novembro de 2011, foi efectuada na sequência do seguimento do relatório do painel sobre violência e conflito. Relacionada com a eleição de 06 a 08 de Novembro de 2011, os membros do Painel juntaram-se a mim durante a visita que eu realizei à RDC, para salientar a importância que UA atribui ao bom desenrolar das eleições.

58. Nos dias 06 e 07 de Dezembro de 2011, o Painel de Sábios realizou sua 11ª reunião em Zanzibar, durante a qual analisou a situação de paz e segurança em África. De 05 a 06 de Dezembro de 2011, a reunião foi precedida, por um *workshop* subordinado ao tema: "*Reforçar a governação política para a paz, segurança e estabilidade em África*", tendo esta sido aberta pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação internacional, Bernard Membe da Tanzânia. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para manifestar o meu mais sincero apreço e gratidão ao Governo e povo da Tanzânia, bem como às autoridades de Zanzibar, pela sua calorosa recepção e por todas as instalações disponibilizadas para a realização bem-sucedida destes dois eventos. O *workshop* foi realizado como acompanhamento da declaração da 275ª reunião do CPS realizada em Adis Abeba, a 26 de Abril de 2011, na qual foi solicitado que o Painel realizasse uma revisão completa dos mecanismos existentes relativos à democratização e governação em África, a fim de formular recomendações concretas para o CPS, no contexto das revoltas populares no Norte de África.

e) Memorando de Entendimento entre a UA e as Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais (CERS/MRs) para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

59. Progressos continuaram a ser registados na implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre cooperação na área de Paz e Segurança entre a UA e as

CERs/MRs que foi assinado a 28 de Janeiro de 2008. O Memorando de Entendimento prevê o estabelecimento de escritórios de ligação para facilitar a coordenação e a cooperação entre as partes. Com excepção da Comunidade dos Estados do Sahel e do Sahara (CEN-SAD) e a União Árabe do Magrebe (AMU), todas as CERs/MRs enviaram seus agentes de ligação a Adis Abeba. Por sua vez, a Comissão está a concluir o processo de recrutamento para os seus serviços de ligação para as CERs/ MRs, que se espera que estejam operacionais no primeiro trimestre de 2012.

60. De 03 a 04 de Dezembro de 2011, em Zanzibar, a UA e as CERs/MRs realizaram uma reunião de altos funcionários para debater a situação da operacionalização da APSA e chegar a acordo sobre as principais actividades a empreender a este respeito em 2012. A reunião preparou os documentos relevantes a serem debatidos pelos Directores Executivos durante sua reunião agendada para Janeiro de 2012, em Adis Abeba. Note-se que a operacionalização da APSA é em grande parte financiada pela UE no âmbito do Mecanismo Africano de Paz (APF). Para este efeito, a UA, CERs/MRs e a UE elaboraram o Programa de Apoio APSA, com uma dotação de 40 milhões de Euros retirados da componente de capacitação da segunda APF. O Programa teve início em 01 de Maio de 2011 e terá a duração de 44 meses.

II.3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE FRONTEIRAS DA UA

61. Na sua Cimeira de Malabo, informei à Assembleia sobre a implementação do Programa de Fronteiras da AU (AUBP). Por sua vez, a Assembleia, tendo congratulado os progressos significativos registados na implementação do AUBP, decidiu, com base na recomendação feita pela Comissão, adiar o prazo inicial para a conclusão da delimitação/demarcação de todas as fronteiras africanas, onde esse tipo de exercício ainda não foi concluído, de 2012 a 2017.

62. Durante o período em análise, a Comissão realizou diversas actividades na área de delimitação e demarcação. Como parte do estudo das fronteiras africanas, um lembrete foi enviado aos Estados-membros que ainda não apresentaram estas informações importantes necessárias para determinar os recursos que seriam necessários para definir todos os limites africanos dentro do novo prazo de 2017. A Comissão avançou simultaneamente, no sentido de extrair dados das respostas recebidas até agora do questionário sobre a situação das fronteiras africanas com vista a estabelecer um Sistema de informações sobre Fronteiras (BIS), que servirá como um depósito de informações sobre todas as fronteiras africanas.

63. Desde Julho de 2011, registaram-se progressos significativos na área da delimitação e demarcação terrestre e marítima. Relativamente à demarcação de terras, os restantes 200 km dos 1303 Km da fronteira do Mali - Burkina Faso já foi concluída. Exercícios de reafirmação estão em curso entre Moçambique e alguns dos seus vizinhos, nomeadamente a Zâmbia (272 km de 330 km), Tanzânia (51 km de 51 km) e Malawi (268 Km de 888 km), bem como entre o Malawi e a Zâmbia (740 km de 805 km). Medidas estão a ser tomadas para apoiar os exercícios de demarcação entre o Mali e o Senegal e entre a Zâmbia, a RDC e a Tanzânia. Da mesma forma, progressos consideráveis foram registados na delimitação da fronteira marítima entre as ilhas Comores e Moçambique, Comores e Tanzânia, Comores e Seychelles e entre as

Seychelles e Ilhas Maurícias. Após a conclusão destes exercícios de delimitação, acordos bilaterais foram assinados em Maputo, a 05 de Dezembro de 2011 pelas Comores, Moçambique e Tanzânia, sob os auspícios do AUBP. Saudamos os três países e os seus líderes por esta realização. A Comissão está a planear auxiliar as Comores, as Seychelles e a Tanzânia a assinar acordos semelhantes para as suas fronteiras marítimas. A AUBP tomou igualmente parte na reunião de avaliação e planificação conjunta dos países pilotos (Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) que teve lugar em Chipata, Zâmbia nos princípios de Dezembro de 2011. Além disso, a AUBP em consulta com o Painel de Implementação Alto Nível da UA (AUHIP) está a desempenhar um papel importante na demarcação da fronteira entre a República do Sudão e do Sudão do Sul.

64. A Comissão concluiu a Convenção Africana sobre a Cooperação Transfronteiriça, que se esperava que fosse apresentada aos Ministros responsáveis pelas Questões Fronteiriças, em Dezembro de 2011. A reunião foi reagendada para o início de 2012. Além disso, o AUBP, em parceria com GIZ, apoiou financeiramente e materialmente a construção de um centro de saúde comunitário na fronteira entre o Mali e o Burkina Faso, cuja inauguração terá lugar no início de 2012. A Comissão também esteve envolvida na criação de uma rede de cooperação transfronteiriça entre os Estados-membros da África Ocidental para facilitar a mobilização de recursos para iniciativas transfronteiriças.

65. Na área da capacitação, o AUBP, organizou em Julho de 2011, em conjunto com o Projecto de Segurança Humana do PNUD, um *workshop* sobre o reforço da gestão de fronteiras em África. Como resultado foram elaboradas uma estratégia e um currículo sobre o reforço da gestão de fronteiras em África. Em Setembro de 2011, o AUBP realizou um *Workshop* sobre lições aprendidas e melhores práticas na área de delimitação e demarcação. Além da elaboração de um guia do usuário na área de delimitação e demarcação, um curso de formação será também projectado e oferecido aos Estados-membros. A Comissão também está a elaborar um guia do usuário relativamente ao estabelecimento e gestão de Comissões Nacionais de Fronteiras Nacionais, um mecanismo para Prevenir e Resolver Conflitos fronteiriços em África e um banco de dados de peritos em demarcação das fronteiras, gestão das fronteiras e resolução de disputas fronteiriças. Além disso, a Comissão entrou em acordos com a maioria das antigas potências coloniais de forma a facilitar o acesso a documentos coloniais relacionados às fronteiras Africanas.

66. Além do GIZ, que é o principal parceiro do AUBP, outras fontes de apoio para as actividades acima referidas vieram do Reino Unido no que diz respeito ao apoio ao Sudão e Sudão do Sul, bem como do PNUD que financiou os *workshops* de capacitação. A Comissão está presentemente a explorar as possibilidades de parcerias com a UE e outros doadores de forma a apoiar a crescente lista de actividades que a AUBP é chamada a realizar.

II.4. PREVENÇÃO DE CONFLITOS

67. A prevenção de conflitos é central no que diz respeito ao conceito e modelo da APSA, tanto institucionalmente como normativamente. A criação do CEWS e do Painel

de Sábios, bem como os aspectos preventivos do mandato do CPS e da Comissão, são testemunho disto. A UA esforça-se em seguir as melhores práticas internacionais em matéria de prevenção de conflitos, que vê como transcendendo o foco imediato de intervir antes que ocorra a escalada da violência ou esforços de reduzir conflitos violentos (prevenção directa ou operacional). Para UA, prevenção de conflitos também deve incluir um enfoque estrutural, estratégico para abordar as causas do conflito (prevenção estrutural). Sendo assim, a UA, ao longo dos anos, adoptou instrumentos em várias áreas destinadas a facilitar a prevenção estrutural dos conflitos.

68. Os acontecimentos do ano passado no Norte de África mostram que, apesar de apresentarem desafios significativos em termos de perspectiva política e operacional, combinar medidas de prevenção estrutural e directa numa estratégia coerente é chave para a prevenção eficaz e redução da violência. Para enfrentar esses desafios, a Comissão está presentemente envolvida na conclusão de um Quadro de Políticas de Prevenção de Conflitos (CPPF). Este quadro destina-se a servir como modelo e instrumento flexível para apoiar a Comissão na integração sistemática de prevenção de conflitos na formulação de políticas, áreas relevantes de interesse e através dos seus diversos departamentos, órgãos e programas. O CPPF visa estabelecer uma "cultura de prevenção" interna descrevendo os meios adequados e procedimentos que permitam a incorporação de uma abordagem sensível ao conflito no que respeita as políticas da UA. Na verdade, a prevenção de conflitos não deve ser vista como um sector de actividade específico ou um único método de intervenção, mas uma orientação que abrange uma vasta gama de sectores de actividade.

II.5. RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO (PCRD)

69. A Comissão prosseguiu os seus esforços relativamente à Reconstrução Pós-Conflito (PCRD), no âmbito da Política sobre esta questão e outras decisões relevantes da AU. Na sequência de uma reunião técnica realizada em Adis Abeba, de 02 a 03 de Junho de 2011, com o objectivo de se chegar a um acordo sobre as modalidades de implementação das recomendações das missões multidisciplinares à República Centro-Africana –CAR (2006), Libéria e Serra Leoa (2009), RDC e Burundi (2010), Sudão do Sul e Sudão (2011), a Comissão implantou equipas de apoio técnico nestes países de Agosto a Outubro de 2011. Em conformidade com as decisões do CPS, a Comissão também enviou uma missão de avaliação à Côte d'Ivoire, de 05 a 12 de Novembro de 2011, para avaliar as necessidades pós-conflito desse país.

70. Estas visitas irão preparar o terreno para o lançamento da iniciativa de solidariedade Africana (ASI), que irá iniciar com uma Conferência de Solidariedade. O objectivo é mobilizar compromissos e contribuições adicionais para apoiar os esforços pós-conflito em curso nos países africanos em causa. A abordagem conceitual e organizacional reflecte uma série de dimensões inovadoras. Enquanto a maioria das conferências de doadores tendem a concentrar-se principalmente em compromissos financeiros, a Conferência de Solidariedade, irá além disso mobilizar contribuições em espécie, partilhar conhecimentos, práticas recomendadas e apoiar na capacitação. Em segundo lugar, ela tem como objectivo incentivar, motivar e capacitar os países africanos a iniciarem de forma sistemática a prestação de apoio mútuo a países irmãos.

Finalmente, providenciará uma oportunidade ideal para gerar ideias inovadoras adicionais com vista a enfrentar os desafios pós-conflito, incluindo agir activamente de forma a envolver o sector privado.

71. A resposta global dos funcionários do governo e parceiros no que refere a ASI foi esmagadoramente positiva e muito estimulante. Foi vista como uma iniciativa oportuna que pode ajudar significativamente a impulsionar o continente para um nível mais alto de cooperação para o desenvolvimento e confiança. Foram apresentadas várias sugestões úteis sobre, em especial, a necessidade de preparação/sensibilização adequada, o desenvolvimento de dimensões que melhorem a sustentabilidade da iniciativa e uma articulação diferenciada do papel prioritário dos actores africanos e os esforços de apoio de parceiros interessados. A Comissão tenciona lançar o ASI em Junho de 2012, à margem da 19ª Sessão Ordinária da Conferência da União.

72. Por último, gostaria de informar que a Comissão fez o acompanhamento de forma activa da decisão Assembly/AU/Dec.351 (XVI) sobre a criação de um Centro da PCRD da UA, que foi aprovado em Janeiro de 2011. O Conselho recorda que a decisão solicitou à Comissão, em colaboração com o Egipto, para realizar um estudo sobre os objectivos, estrutura, implicações financeiras e localização do proposto Centro e para apresentar um relatório. Um relatório separado sobre o estudo será apresentado à Conferência.

II.6. REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA (SSR)

73. De 16 a 17 de Maio de 2011, a Comissão realizou uma reunião de peritos governamentais para analisar o Quadro de Política da UA sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR), preparada em cumprimento do parágrafo pertinente da decisão Assembly/AU/Dec.177(X), adoptada pela Assembleia da União em Janeiro de 2008. Em Agosto de 2011, a Comissão concluiu a revisão do projecto tendo em conta as observações dos Estados-membros após a reunião de peritos. O documento será apresentado ao Conselho Executivo, em Junho de 2012. Entretanto, a Comissão organizou um *workshop* de orientação da SSR para o Parlamento Pan-Africano em Midrand, de 22 a 24 de Novembro de 2011.

II.7. PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NAS REGIÕES DO SAHEL E NORTE DE ÁFRICA

74. Durante a crise na Líbia, a UA chamou a atenção especial para os desafios e riscos associados à proliferação de armas provenientes dos paióis da Líbia nas regiões do Sahel e do Norte de África. A preocupação da UA era que estas armas pudessem cair nas mãos de grupos armados, terroristas e entidades criminosas que operam na área, agravando assim ainda mais os desafios de segurança enfrentados pelos países em causa, com consequências graves para a sua estabilidade a longo prazo. Constatou com satisfação que há uma percepção crescente da comunidade internacional da gravidade da situação e a necessidade de se tomarem medidas concretas e uma acção coordenada para gerir essa situação.

75. Foi neste contexto que a UA e a ONU realizaram uma missão conjunta ao Mali, Níger, Chade, Mauritânia, Nigéria e Senegal, durante o mês de Dezembro de 2011, para avaliar a situação e formular recomendações sobre a via a seguir. O resultado da missão será apresentado durante uma reunião a nível ministerial dos países em causa, à margem da presente sessão do Conselho, convocada nos termos das decisões relevantes do CPS. Aproveito esta oportunidade para prestar homenagem aos países centrais (Argélia, Mali, Mauritânia e Níger) pelos seus esforços conjuntos a este respeito e na luta contra o terrorismo e espero que os outros Estados-membros da UA adiram a esse esforço necessário e promissor.

76. Saúdo igualmente a crescente concertação entre os Camarões, Níger, Nigéria e Chade para fazer face à ameaça adicional que a proliferação de armas no Sahel e na África do Norte representa para a segurança regional particularmente no que toca aos laços que parecem existir entre certos grupos terroristas. Neste sentido, a reunião, do mês de Novembro de 2011 em N'Djamena, da 12ª Sessão do Comité dos Responsáveis da Polícia dos Países da África Central permitiu enfatizar a necessidade de uma cooperação regional para a luta contra a insegurança e o grande banditismo na Região.

II.8. ESFORÇOS DE DESARMAMENTO E DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

77. Foram tomadas várias iniciativas durante o período em análise na área de desarmamento e não proliferação nuclear. Estas iniciativas abrangem armas ligeiras e de pequeno calibre, armas químicas e nucleares e a implementação de instrumentos afins.

a) Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre

78. Em cumprimento da decisão adoptada pela Conferência de Malabo, a Comissão convocou, em Lomé, Togo, de 26 a 29 de Setembro 2011, uma reunião de Peritos de Estados-membros para analisar o projecto da “Estratégia da UA sobre o Controlo da Proliferação, Circulação e Tráfico Ilícitos de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre e o Projecto do Plano de Acção da sua Implementação”. A reunião igualmente elaborou uma Posição Comum Africana sobre o Tratado de Comércio de Armas, antes da Conferência patrocinada pela ONU sobre a matéria, a ter lugar em Nova Iorque, em Julho de 2012, em cumprimento da Resolução 61/89, da Assembleia Geral, que pediu o desenvolvimento de um instrumento juridicamente vinculativo abrangente, que estabelece padrões internacionais comuns para importação, exportação e transferência de armas convencionais. Estes documentos, conforme aprovados, serão submetidos ao Conselho Executivo em Junho de 2012.

b) Não-proliferação Nuclear

79. Após a reunião da primeira sessão ordinária da Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) em Adis Abeba, em 4 de Maio de 2011, a Comissão tomou novas medidas para a operacionalização total da AFCONE. Neste sentido, a Comissão iniciou o processo de recrutamento do Secretário Executivo da AFCONE, bem como consultas

com o Governo da República da África do Sul para concluir um acordo de anfitrião e finalizar outras disposições relacionadas.

c) Armas Químicas

80. Na implementação da decisão AHG/Dec.182 (XXXVIII) adoptada pela 38ª Sessão Ordinária da Conferência da OUA Reunião dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Durban, em 2002, e do Memorando de Entendimento assinado em 2006 entre a Comissão e a Organização de Proibição de Armas Químicas (OPAQ), as duas Organizações continuaram a cooperar na promoção e implementação da Convenção de Armas Químicas. Para este fim, a OPCW falou na 5ª reunião ordinária do STCDSS e aproveitou a oportunidade para envolver Estados-membros individuais à margem. A Comissão participou igualmente em uma série de eventos organizados pela OPCW.

II.9. ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO PRODI SOBRE A PARCEIRA UA-ONU

81. O Conselho recorda que na sua 16ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, de 30 a 31 de Janeiro 2011, a Conferência da União me encorajou a preparar e submeter ao CPS um relatório sobre a visão estratégica da UA em relação à cooperação entre a União Africana e as Nações Unidas em matérias de paz e segurança, tendo em mente as decisões pertinentes da UA e a necessidade da interpretação flexível e criativa do Capítulo VIII da Carta da ONU [Assembly/AU/Dec. 338 (XVI)]. Este pedido deve ser entendido dentro do contexto da Declaração Presidencial adoptada pelo Conselho de Segurança da ONU (CSONU) em 22 de Outubro de 2010, na qual este órgão constatou a intenção do Secretário-Geral de submeter um relatório que definirá a visão estratégica do Secretariado das Nações Unidas para a cooperação ONU-UA em matéria de paz e segurança. Na sua 5ª reunião anual consultiva realizada em Adis Abeba no dia 21 de Maio de 2011, o CPS e o CSONU afirmaram que eles esperavam pelos relatórios que o Secretário-Geral da ONU e eu pretendemos submeter sobre as nossas respectivas visões estratégicas de cooperação entre a UA e a ONU.

82. É contra este pano de fundo que submeti ao CPS um relatório sobre a visão da Comissão sobre a parceria estratégica entre a UA e o sistema das Nações Unidas na área para paz e segurança. O relatório destina-se a uma vez mais para chamar a atenção na parceria, para além do apoio e ajuda actualmente dados pela ONU em questões mais amplas de interesse político-estratégico mútuo. Neste sentido, realcei a necessidade e a urgência de uma leitura criativa das disposições do Capítulo VIII, no contexto da segurança colectiva, especialmente numa era em que as Organizações Regionais se tornaram pilares indispensáveis do multilateralismo. No momento da conclusão deste relatório, decorriam preparativos para a convocação de uma reunião do CPS sobre a matéria, a ter lugar no dia 9 de Janeiro de 2012, antes do debate do Conselho de Segurança da ONU agendado para o dia 12 de Janeiro de 2012.

II.10. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NO TERRENO

83. Os parágrafos que se seguem fazem o ponto da evolução das diferentes situações no terreno bem como dos esforços consentidos pela UA para contribuir na sua Resolução ou na consolidação da paz lá onde ela foi restaurada.

a) Comores

84. Em Junho último, apercebi-me da conclusão do processo de implementação do Acordo de 16 de Junho de 2010, para a gestão do período provisório concluído entre as Partes comorianas. O período sob análise foi marcado pela consolidação dos progressos registados, nomeadamente através da acção conduzida pelo Presidente Ikililou Dhoinine e seu Governo. A este propósito, convém relevar a unificação da Polícia Nacional, realizada em 21 de Setembro último, pondo assim fim ao conflito sobre as prerrogativas das instâncias centrais e insulares em matéria de segurança interna e de gestão do corpo da Polícia.

85. Ao mesmo tempo, as Comores continuam se confrontando com inúmeros desafios. No plano económico, a situação permanece difícil. Uma assistência internacional adequada é, mais do que nunca, necessária. A este propósito, é crucial que os compromissos assumidos aquando da Conferência de Doha a favor das Comores, realizada a 23 de Fevereiro de 2011, sejam honrados com diligência. Para o efeito, trata-se igualmente de disponibilizar para as autoridades comorianas os recursos necessários para a implementação do Programa Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (PNDDR) em Anjouan com vista a concluir a recolha de armas individuais ainda em circulação na Ilha. Finalmente, importa sublinhar que o processo, a que se referiu diversas vezes, do antigo Chefe do Estado-maior do Exército Nacional de desenvolvimento (AND) Amir Salimou, acusado conjuntamente com outros três oficiais de assassinato em 13 de Junho de 2010, de um outro oficial superior, constitui uma fonte de preocupação face aos riscos de tensão insular no seio da AND.

86. Por outro lado, a questão da Ilha comoriana de Mayotte, passada para o estatuto de Departamento francês, desde 31 de Março de 2011, continua suscitando tensão com a França. Numa carta que me foi dirigida em 7 de Novembro de 2011, o Ministro comoriano dos Negócios Estrangeiros reiterou a recusa das Comores das decisões e iniciativas tomadas pela França. Solicitou nomeadamente a reactivação urgente do “Comité dos Sete” responsável pela questão da Mayotte ou, em alternativa, a criação de um mecanismo de mediação. A Comissão encoraja as consultas no quadro do Comité dos Sete com vista a uma coordenação acrescida dos esforços em relação com as posições e iniciativas do Governo das Comores sobre esta questão.

b) Madagáscar

87. O período sob análise foi caracterizado por avanços na Resolução da crise política conhecida pelo Madagáscar após a mudança anticonstitucional ocorrida em Março de 2009. Nesse sentido, o elemento notável foi a assinatura em Antananarivo em 16 de Setembro de 2011, sob a égide da SADC, do “Roteiro para a saída da crise em

Madagáscar". Oito Partidos/agrupamentos políticos e Facções políticas Zafy e Ravalomanana subscreveram o Roteiro enquanto a Facção Ratsiraka recusou assinar, exigindo a prévia anulação, pelas autoridades de facto, do seu pedido de solicitar às companhias aéreas para não embarcarem o antigo Presidente Didier Ratsiraka em todos os voos com destino a Madagáscar. Todavia, convém sublinhar que o antigo Presidente Ratsiraka, com o aval das Autoridades de facto, pôde regressar a Madagascar em 24 de Novembro de 2011. O antigo Presidente Marc Ravalomanana não pôde, na sua opinião, regressar a Madagáscar pois tendo as Autoridades locais lançado mandado de captura contra si, indica que será preso a chegada ao Aeroporto de Antananarivo.

88. O Roteiro se articula em volta de quatro pontos principais: a) Instituições de transição; b) Quadro eleitoral; c) Medidas de confiança e esforços de reconciliação nacional e d) Mecanismos de implementação e acompanhamento do Acordo. Em 14 de Outubro de 2011, as Partes signatárias do Roteiro concluíram o Quadro de implementação deste documento. Em seguida, Sr. Jean Omer Beriziky, candidato único apresentado pela Facção Zafy foi nomeado para o posto de Primeiro-ministro de consenso pelo Presidente da Transição. O novo Primeiro-ministro formou um Governo de união nacional. Convém registar que as Facções Ravalomanana e Ratsiraka contestaram esta escolha. Uma outra etapa importante foi atingida com a criação, em 1 de Dezembro de 2011, do Congresso de Transição (CT) e do Conselho Superior de Transição (CST). A Facção Zafy que havia decidido não integrar o novo Governo porque a distribuição dos ministérios não foi objecto de consenso, recusou igualmente ocupar os lugares que lhe são destinados no seio do CT e do CST.

89. No quadro do acompanhamento e do apoio aos esforços dos actores políticos malgaxes, o CPS, na sua 303ª reunião, realizada em 8 de Dezembro de 2011, tomou nota dos avanços significativos registados no processo de reconciliação nacional e de saída da crise. Manifestou a sua intenção de levantar a medida de suspensão de participação de Madagáscar nas actividades da UA bem como de outras sanções impostas em virtude da crise em Madagáscar, logo que a SADC confirmar que progressos satisfatórios foram registados na implementação do Roteiro, incluindo o seu artigo 20, bem como a criação da CENI e a fixação do calendário eleitoral. O CPS encorajou a SADC a prosseguir os esforços e a continuar acompanhando as Partes malgaxes. O mesmo dia, o Grupo Internacional de Contacto sobre Madagáscar (GI-M) encorajou as Partes malgaxes a preservar os seus esforços, reconhecendo a necessidade de um apoio e de acompanhamento cuidado da Comunidade internacional para facilitar o bom desenrolar e a conclusão exitosa da Transição. Subsequentemente, uma Delegação da SADC, à qual se juntaram os Representantes da Comissão e da Francofonia, se deslocou a Antananarivo, de 19 a 22 de Dezembro de 2011, com vista a avaliar a implementação do Roteiro, as vias e meios do seu acompanhamento pela Comunidade internacional.

90. Saúdo os avanços registados na busca de uma solução para a crise em Madagáscar. Encorajo as Partes malgaxes a não pouparem esforços para a conclusão do processo. Felicito a SADC pelo seu engajamento e pelos resultados significativos aos quais chegou. A Comissão, que manteve contacto regular com as Partes malgaxes,

se esforçará para mobilizar apoio da Comunidade internacional para o processo em curso. A este propósito, me proponho enviar a Antananarivo uma Missão de avaliação das necessidades de Madagascar bem como acelerar o processo de abertura do Escritório conjunto de Ligação UA-SADC responsável pelo apoio quotidiano a implementação do Roteiro.

c) Somália

91. A sessão ordinária da Conferência de Malabo realizou-se no contexto da assinatura, em 6 de Junho de 2011, do Acordo de Kampala entre o Presidente do Governo Federal de Transição (GFT) da Somália, Sr. Sheikh Sharif Sheikh Ahmed, e o Presidente do Parlamento Federal de Transição (PFT), Sr. Sharif Hassan Sheikh Aden. O Acordo, que pôs termo à longa separação política entre o Executivo e o Parlamento e foi aprovado pelo PFT em 11 de Julho de 2011, prorrogou o período de transição por um ano, até 20 de Agosto de 2012. Posteriormente, foram nomeados um novo Primeiro-Ministro e um Governo. O PFT aprovou a composição do novo Governo, bem como o programa político do Primeiro-Ministro. Durante a visita que fiz a Mogadíscio no dia 26 de Agosto de 2011, com o Comissário para a Paz e Segurança, o Embaixador Ramtane Lamamra, incentivei o Presidente, o Presidente do Parlamento e outros intervenientes a não poupar esforços rumo à implementação do Acordo de Kampala.

92. De 4 a 6 de Setembro 2011, o Representante Especial da ONU na Somália, em conjunto com o meu Representante Especial, o Facilitador do IGAD e outros membros do Grupo Principal de Parceiros na Somália, facilitou uma reunião consultiva inclusiva dos intervenientes somalis em Mogadíscio. Aquele fórum culminou com a adopção de um Roteiro de Transição que delinea as principais acções para a efectivação da transição, no âmbito dos quatro principais indicadores: (a) segurança (b) serviço comunitário e reconciliação, (c) boa governação, e (d), constituição, reformas parlamentares e eleições. O Roteiro proporcionou igualmente um Mecanismo de Implementação de quatro níveis. O CPS, na sua 293ª reunião realizada no dia 13 de Setembro de 2011, bem como outros membros da comunidade internacional, saudou a adopção do Roteiro e pediu a sua implementação em tempo útil. O Alto Representante da UA na Somália, o antigo Presidente Jerry John Rawlings, aproveitou igualmente a ocasião da sua visita a Mogadíscio em Outubro de 2011 para convidar os líderes somalis a assegurar o alcance dos objectivos do Roteiro.

93. Em meados de Novembro de 2011, o Gabinete do GFT tinha nomeado um comité composto por 21 membros para fiscalizar a implementação do Roteiro, cujos membros provêm das Instituições Federais de Transição (IFTs), administrações regionais de Puntland e Galmudug, Ahlu Sunna wal Jama'a (ASWJ), e incluem representantes da comunidade internacional. O GFT estabeleceu igualmente um Comité de Peritos com nove membros a fim de conduzir o processo de conclusão do projecto da Constituição, que estava a ser discutido numa conferência constitucional em Garowe, Puntland, na altura da conclusão do presente relatório; aprovou, após consultas com entidades regionais, o Plano Nacional de Estabilização e Segurança revisto (NSSP), que agora está no Parlamento para adopção; e ampliou o Comité Conjunto de Segurança (CCS) de modo a incluir as entidades regionais. Além disso, um

fórum consultivo de organizações da sociedade civil reuniu-se em Mogadíscio, de 26 a 28 de Novembro 2011, para dar o seu contributo ao processo de implementação do Roteiro.

94. Apesar de terem sido tomadas medidas dignas de louvor, muito mais deve ainda ser feito para se atingir as metas e os prazos do Roteiro. Por um lado, os intervenientes somalis devem continuar a demonstrar a vontade política necessária e a unidade do objectivo. A recente crise parlamentar, que se iniciou no dia 13 de Dezembro de 2011, com um grupo de parlamentares que pretensamente desalojaram o Presidente do PFT, aponta para divisões contínuas entre e dentro do PFTs. Por outro lado, a realização oportuna das metas do Roteiro está ligada à mobilização de recursos adequados pela comunidade internacional. Igualmente importante é a necessidade de expandir as actividades do Roteiro às áreas recentemente libertadas e neutralizar perturbadores.

95. Significativas melhorias registaram-se na situação de segurança global na Somália. No dia 6 de Agosto de 2011, a forte pressão exercida pelas forças do GFT e da AMISOM obrigou os extremistas de Al Shabaab a retirarem-se de quase toda a cidade de Mogadíscio. O GFT e a AMISOM agora controlam aproximadamente 98 por cento da capital, e as bolsas de extremistas de Al Shabaab ainda na cidade recorreram agora uma guerra assimétrica. A AMISOM está igualmente a trabalhar estreitamente com as autoridades de segurança do GFT a fim de estabilizar as áreas recém-libertadas que testemunharam um fluxo da população somaliana. Em certas partes do país, as forças do GFT e as milícias pro-GFT, inclusive ASWJ, aumentaram a pressão sobre Al Shabaab e insurrectos de Hizbul Islam. Em Outubro de 2011, depois de uma série de raptos de turistas e funcionários de ajuda humanitária no território queniano por suspeitos militantes de Al Shabaab fora da Somália, o Quênia desdobrou tropas na Somália, com base nas decisões do IGAD, bem como nas Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU. A operação queniana denominada “Linda Nchi” (Defenda a Pátria), conduzida juntamente com as forças do GFT, já contribuiu para o enfraquecimento dos extremistas do Al Shabaab nas regiões de Jubba Médio e Baixo e na região de Gedo.

96. No quadro destes acontecimentos, a Comissão convocou uma série de reuniões envolvendo o GFT, os Países que Contribuem com Tropas (TCCs) para AMISOM e outros países interessados, a saber, o Burundi, o Djibuti, a Etiópia, o Quênia, a Somália e o Uganda, bem como a ONU. Foi acordado que a retirada forçada de Al Shabaab de Mogadíscio e a operação lançada por Quênia abriram uma janela singular de oportunidade para promover a segurança e facilitar os esforços de reconciliação. Subsequentemente, o IGAD, na sua sessão extraordinária realizada em Adis Abeba no dia 25 de Novembro de 2011, acordaram uma série de medidas com vista a fortalecer a campanha militar contra Al Shabaab. Aproveito esta oportunidade para, uma vez mais, prestar homenagem ao IGAD e à sua Presidência, o Primeiro-ministro Meles Zenawi, pela sua liderança e compromisso constantes.

97. Como seguimento, uma equipa conjunta da UA-ONU está a desenvolver um Conceito Estratégico sobre a fase seguinte da implementação do mandato da AMISOM. No momento da conclusão deste relatório, esforços estavam em curso para concluir as

consultas entre os TCCs e outros países interessados, a fim de permitir ao PSC analisar e adoptar o Conceito Estratégico nos princípios de Janeiro de 2012, para posterior comunicação ao Conselho de Segurança da ONU. O Conceito Estratégico incluirá um aumento quanto ao poderio das forças, com a fúria das tropas quenianas – uma medida já aceite pelo Quênia depois do apelo feito pelo IGAD e o subsequente pedido formulado pelo CPS. Irá igualmente incluir a disponibilização de factores e multiplicadores da força adequada para permitir que AMISOM aumente sua área de operações em apoio às forças do GFT, cuja estrutura de comando e controlo e equipamento requerem um aumento significativo.

98. Entretanto, o efectivo das forças da AMISOM aumentou com o desdobramento de tropas adicionais do Burundi e do Uganda, bem como a chegada no teatro das operações dos primeiros elementos do batalhão prometido por Djibuti. Vale a pena observar ainda que, depois da 293^a reunião do CPS, que aprovou um CONOPS revisto, inclusive um aumento do efectivo das forças da AMISOM, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou, em 30 de Setembro de 2011, a Resolução 2010 (2011), exprimindo a sua intenção de rever e analisar completamente a possibilidade de ajustar os níveis das tropas mandatadas da AMISOM quando a Missão atingir o seu nível mandatado pela ONU de 12,000 tropas. O CSNU solicitou de igual modo ao Secretário-Geral para continuar a dar um pacote de apoio logístico a AMISOM conforme o apelo da Resolução 1863 (2009) para um máximo de 12,000 efectivos uniformizados da AMISOM. No terreno, a AMISOM continuar a dar um apoio valioso ao GFT e às suas instituições de segurança, para além da facilitação da distribuição da ajuda humanitária.

99. A Comissão continuou igualmente a fazer o acompanhamento da situação humanitária na Somália, que foi agravada pela seca que afectou o país neste ano, a pior na memória recente. Além do apoio limitado dado pela AMISOM no terreno, os projectos executados dentro da Somália pelo Escritório Inter-africano da UA sobre Recursos Animais (AU-IBAR) no sector da pecuária, que é o esteio da economia somali e a base do sustento da população basicamente pastoral e agro-pastoril do país, e a sensibilização da comunidade internacional, a Comissão organizou uma conferência de doadores em Adis Abeba, no dia 25 de Agosto de 2011. Foram mobilizados mais do que 350 milhões de dólares e 28 milhões de dólares americanos adicionais em espécie para as vítimas de seca e da fome na Somália e noutras partes do Corno de África. Aproveito esta oportunidade para saudar os Estados-membros e parceiros, especialmente o Banco de Desenvolvimento Africano (BAD), que fizeram promessas para resolver a situação humanitária no Corno. Exorto igualmente a comunidade internacional a acelerar esforços para preencher a lacuna de financiamento no Processo Consolidado de Apelo (CAP) para a Somália, e a renovar o seu compromisso e apoio de estratégias a meio e longo prazo para a segurança alimentar no continente.

100. Hoje, estamos numa encruzilhada na questão de paz, segurança e reconciliação na Somália. A assinatura do Acordo de Kampala e a posterior adopção do Roteiro Político, bem como as conquistas de segurança registados no terreno, cria uma oportunidade única de abrir um novo capítulo na história problemática da Somália. Apesar de muito depender do compromisso dos intervenientes somalis e da capacidade de fazer face aos actuais desafios, a comunidade internacional, as Nações Unidas e o

Conselho de Segurança, em especial têm um importante papel a desempenhar para ajudar o povo somali a pôr termo à violência e sofrimento indiscrimináveis que grassam há longas décadas de conflito no seu país. Por sua vez, a UA, cuja decisão de desdobrar AMISOM foi impulsionada por um forte sentido de solidariedade para com a Somália e o seu povo, permanecerá firme nos seus esforços.

d) Outros acontecimentos no Corno de África

101. A Comissão continuou a acompanhar de perto outras situações relevantes no Corno de África. Não houve nenhum progresso no **processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia**. Durante anos, a Conferência da União exprimiu preocupação em relação a este impasse, realçando a necessidade de esforços africanos renovados para ajudar os dois países a resolver pacificamente o seu litígio fronteiriço, normalizar as suas relações e pôr os alicerces para uma paz e segurança duradouras no Corno de África.

102. Em relação ao **Djibuti e Eritreia**, a Comissão continuou a acompanhar as questões relacionadas com a implementação do Acordo celebrado pelos dois países em 6 de Junho de 2010, sob os auspícios do Estado do Qatar. A 4 de Outubro de 2011, recebi uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Djibuti, Sr. Mahmoud Ali Youssouf, na qual o Ministro indicava que dois prisioneiros de guerra djibutianos, dos 19 detidos pela Eritreia, escaparam-se recentemente daquele país para o Sudão antes de serem transferidos para o Djibuti, enquanto a Eritreia recusava consistentemente estar na posse de qualquer prisioneiro djibutiano. O Ministro, que indicou que o Djibuti tinha cumprido com todas as suas obrigações que se relacionam com a questão de presos de guerra e que a questão tinha sido levada à atenção da Mediação do Qatar, solicitou-me usar os meus bons ofícios para ajudar a libertar os soldados djibutianos ainda detidos na Eritreia. Em resposta, informei o Ministro djibutiano que levaria formalmente o assunto à atenção das autoridades da Eritreia, e o assegurei da prontidão da Comissão para facilitar uma solução urgente.

103. No dia 15 de Novembro de 2011, escrevi ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eritreia, o Sr. Osman Saleh Mohammed, levando este assunto à sua atenção e buscando os pontos de vista do seu país. Indiquei que a prontidão da Comissão para ajudar na Resolução desta questão humanitária, dentro do contexto da decisão da Sessão de Malabo da Conferência da União sobre as relações entre o Djibuti e a Eritreia, que pediu à Comissão para seguir de perto a situação e envidar esforços para facilitar o processo. Numa resposta datada de 29 de Novembro de 2011, o Ministro da Eritreia realçou o facto de a questão dos prisioneiros de guerra fazer parte do Acordo de 6 de Junho, sendo que todo o que é reclamação ou problema a ser levantado por qualquer das partes deve ser levado ao conhecimento do Emir do Qatar. Acrescentou que não deve haver nenhuma outra modalidade ou mecanismo de mediação paralelo. Acusou o Djibuti de repetidas provocações e campanhas diplomáticas hostis, da violação do Acordo, acrescentando que o seu país estava total e fortemente cometido à letra e ao espírito do Acordo.

104. A Comissão tem planos de estabelecer ligação com a Mediação do Qatar para mais actualização do ponto da situação da implementação do Acordo de 6 de Junho bem como para troca de opiniões sobre como é que a Comissão pode contribuir da

melhor forma para a implementação dos compromissos nele contidos. Entretanto, gostaria, uma vez mais, reiterar o apelo feito pela Sessão de Malabo, da Conferência para que o Djibuti e a Eritreia cumpram, de boa-fé, a implementação escrupulosa do Acordo que eles assinaram.

105. A Comissão tenciona intensificar os seus esforços para o desenvolvimento de uma **abordagem regional aos desafios da paz, segurança e estabilidade no Corno de África**, uma necessidade que foi realçada pela Conferência da União. As consultas, que devem ser empreendidas com todos os intervenientes, destinam-se a facilitar a convocação de uma conferência regional da paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento no Corno de África, conforme previsto no Plano da Acção adoptado pela Sessão Especial da Conferência da União sobre Análise e Resolução de Conflitos, realizada em 31 de Agosto de 2009.

106. Finalmente, o período em revista foi marcado pela adopção, no dia 5 de Dezembro de 2011, pelo Conselho de Segurança de ONU, da Resolução 2023 (2011). Nessa Resolução, o Conselho de Segurança, tendo expressamente manifestado a sua profunda preocupação perante as constatações feitas no relatório do Grupo de Monitorização da Somália/Eritreia de 18 de Julho de 2011, fez uma série de declarações oficiais sobre matéria, inclusive o uso “do imposto da Diáspora” e o potencial uso do sector mineiro eritreu pelo Governo da Eritreia como uma fonte de financiamento para desestabilizar a região do Corno de África ou de violação das Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança de ONU. Realçou a necessidade de total observância do embargo de armas imposto pela Resolução 733 (1992), conforme elaborada e posteriormente alterada, bem como a necessidade de assegurar a rigorosa implementação do embargo de armas estabelecido pela Resolução 1907 (2009), inclusive a inspecção, em certas condições, de toda a carga com destino ou proveniente da Eritreia. Expressou a sua intenção de aplicar sanções dirigidas contra indivíduos e entidades, ao abrigo das suas Resoluções pertinentes. O Conselho de Segurança decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Monitorização para acompanhar e informar sobre medidas impostas pela Resolução 2023 (2011). Por seu lado, a Eritreia rejeitou fortemente as conclusões do relatório do Grupo de Monitorização e denominou a Resolução como totalmente infundada e como carecendo de qualquer base legal. A este respeito, a Eritreia enviou várias comunicações às Nações Unidas, e à Comissão, bem como uma carta dirigida a mim pelo Presidente Isaias Afewerki, no dia 31 de Julho de 2011.

e) **Questões pendentes do CPA, negociação após separação entre o Sudão e Sudão do Sul, Darfur e esforços afins da UA**

107. A Cimeira de Malabo realizou-se num contexto de significativo progresso na implementação das questões pendentes do Acordo Geral de Paz (CPA). De facto, alguns dias antes da Cimeira, o Governo do Sudão (GoS) e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM) assinaram um Acordo sobre Disposições Provisórias para Administração e Segurança de Abyei, ao mesmo tempo que o Governo do Sudão e o SPLM-Norte assinavam o Acordo Quadro sobre as Disposições de Segurança e Parceria Política no Nilo Azul e Kordofan Sul. Consequentemente, a Conferência da

União saudou estes desenvolvimentos e incentivou as partes sudanesas a continuar a demonstrar o compromisso necessário para concluir a implementação do CPA e finalizar as negociações pós-referendo, com o apoio do Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP).

108. O Conselho deve igualmente recordar que na altura o Primeiro Vice-Presidente, Salva Kiir Mayardit, do Sudão foi convidado a participar na Cimeira, após o referendo de autodeterminação de Janeiro de 2011, durante o qual o Sudão do Sul escolheu esmagadoramente a independência. A Reunião reconheceu a escolha assim feita, e realçou que esperava receber a República do Sudão do Sul como o Estado Membro da UA mais novo imediatamente depois da sua independência, em 9 de Julho de 2011.

109. O Comissário para a Paz e Segurança, outros membros da Comissão e eu próprio assistimos à cerimónia que assinalou a declaração da independência do Sudão do Sul, em Juba, no dia 9 de Julho de 2011. Posteriormente, a República do Sudão do Sul foi calorosamente recebida como membro da UA. O hasteamento oficial da bandeira do Sudão do Sul na Sede da UA teve lugar no dia 15 de Agosto de 2011 numa cerimónia na qual participou o Presidente Salva Kiir Mayardit. Desde a declaração da independência, o Governo do Sudão do Sul tem estado envolvido num processo de construção da nação e de reconciliação política com outros partidos políticos e grupos de milícias. Enquanto os desafios presentes são assustadores, tenho grande confiança na capacidade de liderança e do povo do Sudão do Sul para superá-los. Ao felicitar-mos o povo e o Governo do Sudão do Sul nesta conquista, estendo igualmente o meu sincero apreço ao povo e ao Governo da República do Sudão pela sua aceitação extraordinariamente admirável da decisão do Sudão do Sul de optar pela cessação. Para o Sudão, a separação do Sudão do Sul acarreta implicações políticas e económicas muito sérias.

110. Durante o período em revista, a Comissão, continuou de forma activa e notável a trabalhar, através do AUHIP, com os partidos para a Resolução das questões pendentes do CPA, bem como nas disposições pós-separação, com base no princípio primordial e acordado de dois estados viáveis, vivendo em paz e apoiando-se mutuamente. O cumprimento destas obrigações não só é importante nas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul, mas igualmente para a governação interna nos dois países. Reitero o meu apreço aos antigos Presidentes Thabo Mbeki, Abdulsalami Abubakar e Pierre Buyoya pelo seu notável empenho no exercício do mandato que lhes foi incumbido. Tanto o Comissário para a Paz e Segurança como eu mantivemos contactos regulares com as partes a fim de incentivá-las a resolver as questões pendentes e estabelecer a cooperação necessária com a UA.

111. Durante o mês de Novembro de 2011, o AUHIP iniciou uma nova ronda de negociações sobre as questões pendentes, dentre as quais: (i) o acesso do Sul aos oleodutos que atravessam o Norte; (ii) os acordos financeiros transitórios para amortecer o choque económico à economia sudanesa da perda de receita que acompanhou a separação do Sul; (iii) divisão do activo e do passivo; (iv) atrasos que se relacionam com petróleo e outras questões mais salientes; (v) serviços bancários e pagamentos internacionais; (vi) relações comerciais; (vii) demarcação da fronteira,

resolução de litígios e a gestão das migrações pastoris atravessando a fronteira comum; (viii) assuntos de segurança, incluindo a gestão de uma zona desmilitarizada entre os dois estados; (ix) gestão de recursos hídricos, incluindo as águas do Nilo; (x) estatuto de nacionalidade dos sudaneses sulistas no Sudão e dos sudaneses no Sudão do Sul; (xi) mecanismos de Resolução de litígios; e (xii) esforços para encontrar uma solução à questão de Abyei.

112. De 19 a 20 de Dezembro 2011, o AUHIP convocou uma reunião, em Adis Abeba, entre o Sudão e o Sudão do Sul, para analisar a situação das questões candentes nas negociações entre os dois Estados. Nessa ocasião, ambas as partes aceitaram continuar a negociar seriamente, a fim de chegar rapidamente a um acordo sobre questões pendentes. Prevê-se a retomada das negociações em princípios de Janeiro de 2012. Entretanto, não posso deixar de reiterar o apelo feito pelo CPS, na sua 302ª reunião, realizada em 30 de Novembro de 2011, no sentido de ambos os países demonstrar o espírito de compromisso e empenho por boa vizinhança, a fim de concluir rapidamente negociações sobre todas as questões pendentes, como a única forma de os dois países para poderem atingir os seus objectivos em matéria de segurança, democracia e desenvolvimento, e satisfazer as necessidades mais básicas dos seus povos.

113. Em relação ao Nilo Azul e aos Estados de Kordofan Sul do Sudão, as partes não observam o fixado no Acordo Quadro, e a luta intensificou-se desde então nestas áreas. É importante que ambas as partes cessem imediatamente as hostilidades e voltem às negociações a fim de chegar a uma solução pacífica. Igualmente importante é a necessidade de permitir o acesso humanitário sem impedimento e o regresso de pessoas deslocadas às suas casas. Claramente, a criação de uma “Frente Revolucionária do Sudão” (SRF), composto por três grupos armados de Darfur e o SPLM-Norte, complicará ainda mais a busca de uma solução, tendo o SRF deixado bem claro que o seu objectivo é derrubar o regime actual no Sudão, recorrendo a todos os meios disponíveis. A recente morte do Dr. Khalil Ibrahim, o líder fundador do Movimento da Justiça e Igualdade (JEM) constitui ainda outro factor na perseguição dos esforços de paz.

114. A Comissão continua a seguir de perto a situação em Darfur, no Sudão. Um dos principais desenvolvimentos ocorridos durante o período em revista foi a adopção, no dia 14 de Julho de 2011, do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD) e a assinatura de um Acordo pelo Governo do Sudão e o Movimento da Justiça e Libertação (LJM). Isto representou um importante passo em frente no processo da paz. Esforços firmes estão em curso, em prol da implementação do DDPD. Presto homenagem às partes pelo seu compromisso e incentivo-os a persistirem nos seus esforços. Saúdo a UNAMID pelo apoio inestimável que está a dar neste sentido, e encorajo o Mediador Principal Conjunto, a.i., Ibrahim Gambari, para continuar os seus contactos com o Governo do Sudão, bem como com os movimentos armados não signatários do acordo, para incentivá-los a aderir o processo da paz. Gostaria de renovar o meu apreço ao antigo Mediador Principal Conjunto, Djibrill Bassolé, e ao Governo de Qatar pelos seus esforços e compromisso firmes que permitiram a conclusão do DDPD.

115. Ao mesmo tempo, e enquanto as tarefas imediatas consistem em divulgar o DDPD a fim de assegurar a sua aceitação pela população do Darfur no seu todo, e persuadir o resto dos grupos armados a assinar o Documento, esforços devem continuar rumo à promoção do Processo Político de Darfur (PPD), principalmente como um exercício doméstico a envolver todos os darfurianos na determinação do futuro do Darfur dentro do Sudão, tendo em mente a natureza profunda e complexa do conflito naquela zona. Na sua reunião supracitada, o CPS reiterou o seu apoio aos esforços que estão a ser feitos pelo AUHIP, com o apoio da UNAMID, para facilitar o primeiro lançamento do PPD. Neste contexto, o CPS saudou os esforços referidos e apelou aos parceiros da UA, em especial o Conselho de Segurança da ONU e os seus membros, bem como a comunidade internacional em geral para apoiar totalmente este Processo e tomar as medidas que deles se esperam a fim de facilitar o trabalho do AUHIP e da UNAMID a este respeito. Como foi realçado pelo AUHIP, no novo contexto que surgiu após a independência do Sudão do Sul, o processo de paz de Darfur estará, inevitavelmente, ligado a um processo nacional de reforma constitucional que envolva todos os cidadãos da República do Sudão no desenvolvimento de um novo acordo político nacional. De facto, uma solução duradoira do conflito sudanês no Darfur requer que um acordo holístico entre darfurianos seja uma parte integrante de um processo nacional.

116. Como justamente indicado pelo AUHIP no seu último relatório apresentado ao CPS, embora os desafios que o Sudão e o Sudão do Sul enfrentam não sejam comuns, quanto aos aspectos essenciais são excepcionais. Há poucos países neste continente que têm histórias tão amargas de divisão e conflito. O recém-independente Sudão do Sul tem instituições muito modestas e os indicadores do desenvolvimento humano extremamente baixos. O Sudão enfrenta um choque económico extremamente grave numa altura em que sofre exclusão das fontes da ajuda financeira internacional que estaria normalmente disponível para amortecer tal adversidade. A natureza excepcional desses desafios, por sua vez, incumbem ao continente africano, aos doadores internacionais e credores, exercer esforços proporcionais para assegurar que as duas nações saiam do actual período difícil como membros plenos e valorizados da comunidade africana de nações e da comunidade internacional no seu todo.

117. O Sudão e o Sudão do Sul vieram de um caminho longo para a sua luta pela paz, justiça e reconciliação. As lideranças dos dois países e o seu povo devem ser, uma vez mais, saudados pela sua firmeza e resistência. Incentivo-os a continuarem comprometidos na Resolução dos actuais desafios urgentes. A UA continuará a dar todo o apoio possível aos esforços contínuos para promover a paz, segurança e estabilidade no Sudão e no Sudão do Sul, bem como a resolver as questões resultantes da separação. A UA, através do Painel, continuará igualmente a apoiar os esforços dos dois Governos na democratização, como condição *sine quanon* para a estabilidade e governação equitativa, tendo em mente a diversidade que caracteriza ambos os países.

f) República Democrática do Congo

118. O período sob revista foi marcado pela realização das eleições presidenciais e legislativas de uma volta, em 28 de Novembro de 2011. Organizadas nos prazos

constitucionais, estas eleições, que envolveram 11 candidatos para as presidenciais e cerca de 19000 para as legislativas, num País com mais de 2 milhões de quilómetros quadrados quase desprovidos de infra-estruturas, levantaram imensos desafios. A vontade política das autoridades, o apoio da MONUSCO e da Comunidade internacional bem como a solidariedade de certos Países da Região permitiram a realização do escrutínio não obstante as numerosas dificuldades encontradas.

119. A fim de criar um clima político favorável a realização pacífica das eleições, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) criou uma série de dispositivos entre os quais o respeito por todos os actores que poderia ter permitido evitar ou pelo menos minimizar as tensões e incidentes que marcaram o processo eleitoral. É assim que a CENI criou um Comité Nacional de mediação do processo eleitoral (CNMPE) de 7 membros, saídos das confissões religiosas e da sociedade civil, encarregue de velar pela boa conduta dos actores políticos e de constituir um quadro de apaziguamento das tensões. O mesmo espírito de apaziguamento inspirou a criação, com o apoio da Comunidade internacional, de um Código de boa conduta destinado aos candidatos as eleições presidenciais. O Código foi assinado por 10 dos 11 candidatos às presidenciais.

120. No quadro do seu mandato de apoio aos esforços de prevenção de conflitos da UA assim como das recomendações contidas no seu Relatório sobre os conflitos e a violência nas eleições, o Grupo dos Sábios efectuou uma Missão a RDC, de 6 a 8 de Outubro de 2011. Na sequência desta Missão, desloquei-me à Kinshasa e a Uvira onde o Presidente da República fazia campanha para me encontrar com as autoridades congoleesas e os diferentes actores políticos do País. Aproveitei esta ocasião para sublinhar o imperativo para todos os actores concernentes trabalharem para a realização pacífica das eleições e de inscreverem as suas acções no quadro da Constituição e das instituições da República. Reiterei estes apelos em vários comunicados de imprensa que fiz publicar em seguida. Aquando da sua 298ª reunião, realizada em 17 de Novembro de 2011, o CPS exortou todas as Partes congoleesas envolvidas a fazerem prova de responsabilidade bem como nos actos e propósitos e a criarem um clima favorável a realização de eleições livres, democráticas e pacíficas. O CPS insistiu sobre o imperativo do respeito do quadro constitucional e das instituições do País.

121. Não obstante os esforços consentidos, os escrutínios de 28 de Novembro se desenrolaram num clima de tensão, marcado por inúmeros incidentes. Tanto nos comunicados de imprensa que fiz publicar no período que se seguiu à realização das eleições como nos contactos com os actores congoleeses, não cessei de sublinhar, ao mesmo tempo, o dever e a obrigação que recai sobre todos os candidatos que contestarão os resultados dos escrutínios para o fazerem pelas vias exclusivamente pacíficas, recorrendo aos mecanismos e procedimentos previstos para o efeito e a necessidade das forças de segurança agirem com retenção e profissionalismo na sua missão de manutenção da ordem pública de maneira a evitar qualquer incidente susceptível de agravar a tensão e de complicar a gestão do período pós eleitoral. No terreno, a missão de observação da UA, conduzida por SR. Moctar Ouane, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali, renovou os meus apelos.

122. Em 9 de Dezembro de 2011, a CENI publicou os resultados provisórios das eleições presidenciais, estando o candidato Joseph Kabila Kabange à cabeça, seguido por Etienne Tshisekedi. Em 16 de Dezembro, o Tribunal Supremo publicou os resultados definitivos e proclamou Sr. Kabila Presidente eleito da República com 48,95% dos sufrágios exprimidos enquanto o Sr. Tshisekedi recolheu 32,33% dos votos. Prestou juramento em 20 de Dezembro. Estes resultados e a decisão subsequente do Supremo Tribunal, a qual o Sr. Tshisekedi havia recusado obedecer por não ter sido imparcial, foram rejeitados por este último e por outros candidatos da oposição. Sr. Tshisekedi foi proclamado Presidente eleito e prestou juramento em 26 de Dezembro de 2011, por ocasião de uma cerimónia organizada na sua residência.

123. Em conclusão, gostaria de felicitar pela realização das duas eleições pós conflitos na RDC. Neste momento, os actores congolese devem tirar lições dos escrutínios decorridos para aprofundar o processo democrático no seu País, incluindo na base das conclusões das equipas de observação eleitoral da UA, CEEAC, COMESA, Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e a SADC. Importa igualmente, face aos numerosos desafios com que se confronta a República Democrática do Congo, que os actores envolvidos façam prevalecer o interesse superior do País, se abstendo de qualquer acto susceptível de comprometer a paz e a estabilidade. A este propósito, saúdo pela declaração feita pelo Presidente Kabila por ocasião do seu juramento quanto a sua determinação em ser Presidente de todos os congolese, a responder às suas aspirações ao bem-estar e a trabalhar num espírito de abertura com o conjunto dos actores políticos do País.

g) República Centro-africana (RCA)

124. Entre os maiores acontecimentos ocorridos na RCA depois da Cimeira de Malabo, convém relevar a realização, em 4 de Setembro de 2011, de eleições legislativas parciais em 14 circunscrições cujos resultados foram invalidados pelo Tribunal Constitucional. Estas eleições se inscrevem na sequência das eleições presidenciais e legislativas realizadas em 23 de Janeiro de 2011. Tirando as lições destes diferentes escrutínios, as autoridades centro-africanas criaram um Comité de concertação sobre a revisão do Código eleitoral que integra diferentes actores concernentes bem como a UA, as Nações Unidas e a UE na qualidade de Observadores.

125. No plano económico a situação permanece difícil. O Governo centro-africano tomou inúmeras iniciativas, incluindo a organização dos Estados gerais das Finanças, em Bangui, a 8 de Setembro de 2011. Pretende apresentar a versão final do Documento Estratégico para Redução da Pobreza (DSRP2) aquando da Mesa Redonda dos Parceiros técnicos e financeiros no início de 2012. A situação de segurança é caracterizada, quanto a ele, por actividades de elementos de certos grupos armados locais bem como pelo prosseguimento das actividades do Exército de Resistência do Senhor (LRA). A presença de tropas do Chefe rebelde Baba Laddé é igualmente um factor de complicação. De facto, a RCA continua fazendo face a uma situação humanitária preocupante.

126. Gostaria, uma vez mais, lançar um veemente apelo à comunidade internacional para que acompanhe mais efectivamente a RCA nos seus esforços de consolidação da paz. Exorto as Autoridades centro-africanas a prosseguir e a acelerar as reformas iniciadas, incluindo o processo de desarmamento, desmobilização e de reintegração bem como a reforma do sector da segurança e, a não poupar nenhum esforço para o aprofundamento e consolidação da democracia. A UA, que está activamente presente no terreno através do seu Escritório de Ligação e minha Representante Especial Sra. Hawa Ahmed Youssouf, continuará prestando todo o apoio possível à RCA. Neste quadro, a Comissão participou activamente na elaboração do programa de actividades bem como do orçamento, da MICOPAX para o ano 2012 e isto na perspectiva da retirada para finais de 2013 das tropas estacionadas na RCA. A Comissão deu o seu aval ao pedido de financiamento destas actividades pela APF e segue as respectivas actividades.

h) Iniciativa de Cooperação Regional contra o Exército de Resistência do Senhor (LRA)

127. Na sua sessão de Malabo, a Conferência da União saudou as medidas adoptadas para a operacionalização da Iniciativa de Cooperação Regional contra o LRA (RCI-LRA), manifestou o seu total apoio às Conclusões da reunião ministerial dos países afectados, realizada em Junho de 2011, em Adis Abeba, e solicitou ao Conselho de Paz e Segurança para que autorize a operação proposta em todas as suas componentes. É neste contexto que a Comissão informou à 295ª reunião do CPS sobre a iniciativa proposta. Seguidamente foi apresentado um relatório à 299ª reunião do CPS, realizada em 22 de Novembro de 2011.

128. Na sua 299ª reunião, o CPS autorizou o lançamento da Iniciativa de Cooperação Regional contra o LRA (RCI-LRA), como uma iniciativa da UA com o apoio da comunidade internacional, para um período inicial de seis meses. A iniciativa visa reforçar as capacidades operacionais dos países afectados pelas atrocidades do LRA; criar o ambiente favorável para a estabilização das zonas afectadas e facilitar o fornecimento da ajuda humanitária às zonas afectadas. O CPS aprovou o estabelecimento de diferentes componentes da iniciativa RCI-LRA, nomeadamente: o Mecanismo de Coordenação Conjunto (JCM), a Equipa de Trabalho Regional (RTF), e a Sede da RTF, incluindo o Centro para Operações Conjuntas.

129. Para manter a dinâmica gerada pelos esforços dos países da região e pela decisão do CPS, logo após a reunião do CPS, designei um Enviado Especial interino para a questão do LRA, na pessoa do Sr. Francisco Madeira, exercendo simultaneamente as suas actuais responsabilidades como Representante Especial da UA para a Cooperação na Luta Contra o Terrorismo. No momento da finalização do presente relatório, ainda estavam a ser criadas as condições para uma missão conjunta UA-NU aos países da região, a ser conduzida pelo Sr. Madeira e o Sr. Abou Moussa, o Representante Especial das Nações Unidas para África Central, que é responsável pela questão do LRA no sistema das Nações Unidas. Além disso, estão a ser tomadas medidas para operacionalizar o Mecanismo de Coordenação Conjunto e a Equipa de Trabalho Regional.

130. Aproveito esta oportunidade para saudar os países da região pela dedicação e determinação demonstrada, com vista a garantir o sucesso da Iniciativa. A iniciativa RCI-LRA oferece o quadro mais viável e eficaz para o esforço coordenado e definido no plano regional para pôr fim às actividades criminais do LRA. Gostaria de apelar a todos dos Estados-membros em condições de o fazer, bem como os parceiros da UA, a apoiarem esta iniciativa. A este respeito, gostaria de exprimir a minha gratidão a todos os parceiros que já forneceram apoio a esta iniciativa.

i) Relações Sudão-Chade e outros aspectos da cooperação regional para a paz e desenvolvimento

131. As relações de amizade e de confiança estabelecidas entre o Chade e o Sudão após a assinatura do Acordo bilateral de 15 de Janeiro de 2010 continuam a se reforçar. Avanços assinaláveis foram registados no respeitante à segurança da fronteira comum através da Força Mista, destacada ao longo da fronteira, permitindo assim a boa condução das operações das organizações humanitárias que trabalham na parte oriental do Chade bem como o reinício das actividades comerciais transfronteiriças. Assim, por ocasião da quarta cerimónia de transferência do Comando rotativo do Força Mista, em 15 de Outubro de 2011, em Abéché no Chade, os dois Países exprimiram a sua satisfação pelo trabalho realizado. Nesta data, a Força Mista havia efectuado 1.102 missões de diferente natureza.

132. O sucesso da cooperação Chade-Sudão incitou a RCA a se juntar ao processo de segurança da fronteira. O Conselho se recorda que para o efeito, um Acordo Tripartido havia sido assinado, em Cartum, em 23 de Maio de 2011 entre os Presidentes François Bozizé, Omar Hassan al Bashir e Idriss Déby Itno. A fim de concretizar esta vontade dos três Países, a RCA poderá enviar militares para completar a Força Mista de segurança das fronteiras. A longo prazo, a entrada da RCA no dispositivo misto deverá permitir assegurar a segurança da fronteira norte que forma um triângulo entre os três Países.

133. A cooperação entre o Chade e Sudão ultrapassa largamente o aspecto de segurança. Uma concertação permanente é assegurada ao nível político com troca regular de delegações e de personalidades. Por outro lado, o Chade e Sudão trabalham no reforço da cooperação económica entre ambos, incluindo o lançamento de projectos de infra-estruturas pesadas, nomeadamente um caminho-de-ferro que ligará N'Djamena a rede sudanesa a fim de dar ao Chade acesso ao Mar Vermelho através do Porto d Sudão.

134. Além disto, convém relevar que no quadro dos esforços que visam assegurar o regresso ao Sudão dos refugiados sudaneses no Chade cujo número se estima em 278.000 distribuídos por 12 locais no Oriente, duas reuniões técnicas tripartidas foram realizadas em de 26 a 27 de Julho em Cartum, de 16 a 17 de Novembro de 2011 em N'Djamena respectivamente. Os trabalhos de finalização de um Acordo tripartido Chade-Sudão-HCR prosseguirão até a realização da reunião técnica tripartida que terá lugar de 14 a 15 de Fevereiro de 2012 em Geneina, Sudão. Gostaria de exprimir o meu

apreço ao Governo Chadiano pela sua hospitalidade bem como pelas medidas tomadas para assegurar a segurança nos campos.

j) Côte d'Ivoire

135. A situação no Côte d'Ivoire tem registado melhorias significativas após o fim da crise que o país viveu, a seguir às eleições legislativas. Estas confirmaram a vitória de dois dos principais Partidos da União dos *Houphéistes* para a Paz e Democracia (RHDP), a saber União dos Republicanos (RDR) e o Partido Democrático do Côte d'Ivoire (PDCI), que obtiveram 127 e 77 assentos respectivamente num total de 254. A Frente Popular Ivoiriense (FPI) e outros Partidos da oposição, reagrupados no seio do Congresso Nacional de Resistência para a Democracia (CNRD) deixaram antever que poderiam participar no escrutínio caso certos requisitos fossem cumpridos, decidiram finalmente boicota-las, particularmente na sequência da transferência a 29 de Novembro de 2011 do antigo Presidente Laurent Gbagbo para Haia no quadro do processo iniciado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). Registou-se entretanto, que os candidatos independentes, entre os quais figuram membros do FPI, obtiveram 35 assentos. As diferentes Missões de observação, incluindo a da UA, consideraram o escrutínio transparente. A UA concedeu um subsídio de 100 000 \$EU à Comissão Eleitoral Independente (CEI).

136. A Comissão de Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR) criada em Setembro de 2011 para promover a reconciliação prossegue os seus trabalhos. A Comissão da UA está actualmente em consultas com a CDVR para definir as modalidades de um apoio técnico e financeiro às suas actividades. Paralelamente à acção da CPI, as Autoridades ivoirienses iniciaram uma série de procedimentos judiciais ligadas à violência que se seguiram ao escrutínio presidencial e os crimes económicos cometidos neste contexto. O presidente Ouattara reafirmou, diversas vezes, a sua determinação em lutar contra a impunidade, incluindo no seu próprio grupo. Nesse contexto, o Chefe de Estado ivoiriense emitiu firmes directivas no que concerne a exigência de disciplina e de protecção de pessoas e bens por parte dos integrantes das forças armadas e de segurança.

137. No plano económico, esforços cuidadosos estão sendo consentidos para permitir a retomada da actividade económica e resultados apreciáveis já foram registados. No que concerne à situação humanitária, regresso significativo de pessoas deslocadas e de refugiados foi registado. Contudo, numerosos desafios restam por ultrapassar. Nesse sentido, uma Delegação do Subcomité de Refugiados, Repatriados e Pessoas Internamente Deslocadas do Comité de Representantes Permanentes (CRP) da UA deslocou-se à Côte d'Ivoire, de 31 de Outubro a 5 de Novembro de 2011 para avaliar a situação. Aproveitou esta ocasião para entregar ao HCR um cheque de 100 000 \$EU em apoio à operação de reinserção das pessoas deslocadas. As autoridades ivoirienses se empenham na implementação da reforma do sector da segurança. A UA contribui neste esforço e, neste quadro, participou no pré-seminário sobre a RSS e DDR, realizado em Grand Bassam, de 21 a 23 de Setembro de 2011. A Comissão continuará a se envolver neste processo, incluindo através da sua participação no

seminário nacional previsto para Yamoussokro em Fevereiro de 2012 e a colocar peritos à disposição.

138. Convém igualmente relevar a visita efectuada a Côte d'Ivoire, na primeira quinzena do mês de Novembro de 2011, por uma equipa multidisciplinar de peritos da UA para avaliar as necessidades pós conflito e fazer recomendações sobre o apoio que a UA e seus Estados-membros poderão prestar à reconstrução pós conflito. Como acima indicado, esta avaliação servirá de base ao previsto lançamento da iniciativa africana de solidariedade destinada a mobilizar apoio ao nível do continente.

k) Libéria

139. O principal desenvolvimento na Libéria durante o período em análise, foi a realização das eleições presidenciais/legislativas em 11 de Outubro e a realização da segunda volta das eleições presidenciais em 8 de Novembro de 2011. A Presidente Ellen Johnson-Sirleaf foi reeleita para um segundo mandato de 6 anos. Apesar dos desafios encontrados e o lamentável boicote das eleições pelo principal partido da oposição, a Missão de Observação Eleitoral da UA, juntamente com os outros observadores internacionais e locais, deram um parecer positivo ao processo eleitoral. Portanto, desejo agradecer o Governo e o povo da Libéria pelo êxito do escrutínio e exorto a todos os actores políticos e outros intervenientes no país para que lancem um diálogo político abrangente com vista a consolidação do processo democrático no país.

140. A Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), após oito anos de presença no país, prepara-se para a transição e a transferência do controlo e gestão da situação da segurança no país para o Governo da Libéria. Tenho grandes esperanças que serão adoptadas medidas adequadas para garantir que as agências de segurança da Libéria estejam bem equipadas para permitir uma sucessão eficaz da UNMIL. Saúdo a UNMIL pelo seu notável contributo para a promoção da paz e segurança na Libéria.

141. Exorto o Governo da Libéria a prosseguir os seus esforços com vista a melhorar a vida do povo liberiano, cumprindo com os indicadores definidos nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Encorajo os parceiros internacionais a continuarem a dar apoio ao Governo da Libéria para assegurar a boa transição da actual fase de reconstrução pós-conflito para uma fase de desenvolvimento a médio e a longo prazo.

l) República da Guiné

142. O período que se seguiu à Sessão da Conferência da União de Malabo foi marcado, na Guiné, pelo ataque perpetrado contra a residência privada do Presidente Alpha Condé nas primeiras horas de 19 de Julho de 2011. No mesmo dia, publiquei um comunicado condenando firmemente este ataque e reafirmando a posição de princípio da UA sobre a sua rejeição total da violência, nomeadamente o assassinato político. Aquando da sua 287ª reunião, realizada em 21 de Julho de 2011, o CPS fez o seu comunicado bem como o publicado pela CEDEAO em 20 de Julho de 2011. Ao mesmo tempo, o CPS exortou as Partes guineenses a abrir diálogo e a trabalhar em conjunto com vista a criar condições propícias à preparação e realização de eleições legislativas pacíficas, regulares, transparentes e credíveis com o fim de concluir a transição. Na

sequência desta decisão, a Comissão manteve contactos com os actores guineenses, incluindo através de visitas regulares em Conacri do meu Enviado Especial para a Guiné.

143. A 15 de Novembro de 2011, o Presidente Alpha Condé encontrou-se com os principais responsáveis da oposição. Nessa ocasião, comprometeu-se em velar pela promoção e a manutenção da concertação entre o Governo e a oposição, criando para o efeito um Comité com vista a encontrar consenso com a oposição sobre as questões colocadas. Neste quadro, numerosas medidas que vão de acordo às preocupações da oposição foram tomadas para promover a confiança e desanuviar a atmosfera política. A 22 de Dezembro de 2011, a oposição anunciou sua decisão de retomar o diálogo com o Governo para discutir todas as questões ligadas à preparação, organização e realização das eleições legislativas durante o primeiro semestre do ano 2012. Saúdo por esta evolução e encorajo as autoridades guineenses e todos os actores políticos a preservarem estes esforços.

m) Guiné-Bissau

144. A Guiné-Bissau conheceu uma vaga de tensão social devido aos altos preços dos produtos de primeira necessidade e a uma sucessão de greves que perturbaram o sector público. No plano político e judiciário, a decisão tomada pelo Ministério Público, a 26 de Maio de 2011, de arquivar parcialmente o inquérito sobre a presumida tentativa de golpe de estado de 4 e 5 de Junho de 2009 e transmitir o dossier ao Tribunal Militar suscitou uma viva polémica. Na sequência de uma série de consultas, em Julho e Agosto de 2011, o Chefe de Estado reafirmou a sua determinação de lutar contra a impunidade e a corrupção, a garantir uma boa administração da justiça e esclarecer todos os assassinatos de Março e Junho de 2009.

145. Continuaram a ser envidados esforços para a consolidação da paz e a reconstrução pós conflito na Guiné-Bissau. Em Julho último, o Governo adoptou o documento de estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP II) para o período 2011-2015. Esta nova estratégia está centrada na consolidação da paz e do Estado de direito, aceleração do crescimento económico e desenvolvimento dos recursos humanos. O governo da Guiné-Bissau pretende organizar uma Mesa Redonda de Doadores durante o primeiro trimestre de 2012. Tratando-se da reforma do sector da defesa e segurança (RSDS), esforços estão em curso para a assinatura do Memorando de entendimento entre o Governo, a CEDEAO e a CPLP. A conclusão deste Acordo permitirá o desembolso dos 63 milhões de dólares anunciados pela CEDEAO com vista a implementar o roteiro CEDEAO/CPLP, incluindo o lançamento efectivo do Fundo de pensões previsto para os membros das forças de defesa e de segurança a serem reformados. Registo com satisfação que o Governo da Guiné-Bissau já disponibilizou recursos para este fundo.

146. Aproveito esta ocasião para reafirmar a disponibilidade e a determinação da UA em dar assistência à Guiné-Bissau, incluindo na realização da preconizada Mesa Redonda. Saúdo os progressos registados e encorajo as Autoridades da Guiné-Bissau

a preservar estes esforços. Na mesma ordem de ideias, convido os Estados-membros, Parceiros e a Comunidade internacional no seu conjunto a prestar o seu apoio à RSDS e mais genericamente, à reconstrução e ao desenvolvimento pós conflito da Guiné-Bissau. Os incidentes armados que tiveram lugar em Bissau a 26 de Dezembro de 2011, no momento da finalização deste Relatório, testemunha a fragilidade da situação e a necessidade de uma mobilização adequada da Comunidade internacional ao lado da Guiné-Bissau. Desloquei-me a 28 de Dezembro de 2011 à Bissau, onde pude ter importantes encontros sobre os recentes acontecimentos e sobre as perspectivas de evolução do país.

n) Sublevações populares no Norte de África

147. A Comissão continuou a acompanhar de perto a situação no Norte de África, após as sublevações populares que eclodiram no final de 2010 na Tunísia e se estenderam ao Egipto e Líbia. O Conselho recorda que, o CPS em Abril e a sessão extraordinária da Conferência da União, em Maio de 2011, manifestaram a sua convicção de que as sublevações no Norte de África devem ser utilizadas como oportunidade para os Estados-membros renovarem o seu compromisso para a agenda democrática e de governação da UA, conferir um novo impulso aos esforços envidados a este respeito e implementar as reformas políticas e socioeconómicas exigidas em cada situação nacional particular. Na sessão de Malabo, a Conferência manifestou o apoio da UA aos processos de transição já em curso no Egipto e na Tunísia, e tomou medidas no sentido de acelerar a procura de uma solução política para a situação então prevalecente na Líbia.

148. Em relação à **Tunísia**, registaram-se progressos significativos para a conclusão, com êxito, do processo de transição. No dia 23 de Outubro de 2011, os tunisinos elegeram uma Assembleia Constituinte composta por 217 membros. As eleições foram consideradas livres, justas e transparentes por todas as missões de observadores internacionais, incluindo a missão enviada pela UA. O partido Ennahda obteve um pouco mais de 41% dos votos, assegurando 89 lugares. A 10 de Dezembro de 2011, a Assembleia Constituinte adoptou o projecto de lei sobre o estabelecimento provisório dos poderes públicos, considerado como mini-Constituição para o período transitório, enquanto se aguarda pela adopção da Constituição final. A 12 de Dezembro de 2011, o Sr. Moncef Marzouki do Congress for the Republic (CPR), importante figura da oposição durante o regime do antigo Presidente Ben Ali, foi eleito pela Assembleia Constituinte, como Presidente da República e prestou juramento no dia 13 de Dezembro de 2011. Emiti um comunicado para felicitar o Sr. Marzouki pela sua eleição e para garantir o apoio da UA na condução da transição. Posteriormente, um novo Governo dirigido pelo Sr. Hamadi Jebali foi formado e aprovado pela Assembleia Constituinte.

149. Entretanto, no quadro do apoio da UA ao processo de transição, visitei a Tunísia em meados de Novembro de 2011. Aproveitei a oportunidade para reunir com o então Presidente Interino Fouad Mebazaa, bem como com o Sr. Rached Ghannouchi, que lidera o partido Ennahda, e outros actores envolvidos. Gostaria de, mais uma vez, reiterar o apreço da UA pelos progressos efectuados pela Tunísia, o que reflecte o compromisso genuíno das autoridades tunisinas e das partes envolvidas em avançar

pela via da democracia e boa governação. A UA irá continuar a prestar apoio ao processo transitório na Tunísia por todos os meios possíveis.

150. A Comissão continuou igualmente a acompanhar de perto o processo de transição no **Egipto**. Notáveis progressos foram feitos durante o período em análise, apesar dos desafios encontrados. Em 22 de Novembro de 2011, a 299ª reunião do CPS foi informada sobre os avanços na situação no Egipto. A reunião teve lugar num contexto de violentos incidentes que ocorreram dias antes, resultando, infelizmente, na perda de vidas. O CPS manifestou sua profunda preocupação perante esses incidentes e apelou fortemente pela máxima contenção de todos os actores envolvidos, particularmente as autoridades de transição e as forças de segurança. O CPS exortou a todas as partes envolvidas do Egipto a trabalharem em estreita colaboração com vista a conclusão do processo transitório e a garantir que o processo conduza a resultados que satisfaçam as expectativas do povo egípcio. Como incidentes similares ocorreram no mês de Dezembro de 2011, gostaria de reiterar o apelo feito pelo CPS para a contenção.

151. Após o referendo popular de 19 de Março de 2011, o Egipto lançou, em Novembro de 2011, um processo de três fases para a eleição dos 508 membros da Assembleia Popular (Câmara Baixa). A primeira fase foi concluída em Novembro, a segunda em Dezembro de 2011 e a última fase será concluída em Janeiro de 2012. Saúdo essas eleições, que constituem um passo importante nos esforços para a conclusão com êxito do período de transição. As eleições para os 270 lugares do forte Conselho Shura (Câmara Alta) serão igualmente conduzidas em três fases, de 29 de Janeiro a 11 de Março de 2012. As eleições presidenciais estão previstas para meados de 2012.

152. Gostaria de reiterar o apoio da UA ao processo transitório em curso no Egipto. A Comissão continuará a trabalhar com as autoridades egípcias e outros intervenientes e a conceder todo o apoio possível para a conclusão com êxito da transição. Para o efeito, a Comissão terá como base os resultados das visitas realizadas por mim e pelo Painel de Sábios ao Egipto, em Março e Abril de 2011.

153. O Conselho recordar-se-á que, a Sessão de Malabo da Conferência da União discutiu amplamente a situação na **Líbia**. Tendo prestado homenagem ao Comité *ad hoc* dos Altos Funcionários da UA na Líbia e aos seus membros pelo seu compromisso, a Conferência aprovou as *Propostas para um Acordo-Quadro sobre uma Solução Política para a Crise na Líbia*, como apresentado pelo Comité, no contexto do Roteiro da UA e das Resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Conferência solicitou ao Comité *ad hoc* a submeter estas propostas aos partidos líbios e envolve-los nesta base.

154. Imediatamente a seguir, o Comité *ad hoc* submeteu Propostas ao então Governo da Líbia e ao Conselho Nacional de Transição (CNT). Diversas interacções foram posteriormente organizadas com as partes, em Julho e Agosto de 2011, as quais reagiram formalmente às Propostas. Tanto o Comité *ad hoc* como a Comissão mantiveram igualmente contactos estreitos com os parceiros internacionais, incluindo as Nações Unidas, a Liga dos Estados Árabes, a UE e um número de parceiros bilaterais,

designadamente a França, o Reino Unido, os Estados Unidos. Todos esses esforços ocorreram num contexto de rápida evolução da situação no terreno. Com efeito, na terceira semana de Agosto de 2011, as forças do CNT entraram em Trípoli.

155. A UA, no entanto, prosseguiu os seus esforços, em função da necessidade de pôr termo à violência o mais cedo possível e assegurar que as aspirações do povo líbio à democracia, Estado de direito e boa governação sejam realmente alcançadas. O Comité *ad hoc* reuniu de 25 a 26 de Agosto de 2011, em Adis Abeba, e no dia 14 de Setembro de 2011 em Pretoria. O CPS reuniu igualmente a nível da Cimeira, no dia 26 Agosto, em Adis Abeba, e a nível ministerial, em Nova Iorque, no dia 20 de Setembro de 2011. Neste mesmo dia, em Nova Iorque, o Presidente da União, Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, os membros do Comité *ad hoc* e eu, participamos numa reunião de Alto Nível patrocinada pelas Nações Unidas, sobre a Líbia. Na sua 297^a reunião realizada em 20 de Outubro de 2011, e face à singularidade da situação na Líbia e às circunstâncias excepcionais que rodeiam esta questão, e sem prejuízo dos instrumentos relevantes da UA, o CPS autorizou as actuais autoridades na Líbia a ocupar o lugar da Líbia na UA e seus órgãos. Além disso, o CPS solicitou-me que adoptasse as providências necessárias para o rápido estabelecimento de um Escritório de Ligação da UA em Trípoli, a ser chefiado por um Representante Especial, a fim de apoiar, em colaboração com os parceiros, os esforços para a estabilização da situação na Líbia, promoção da reconciliação nacional e a inclusão social, bem como facilitar o processo de transição com vista a criação de instituições democráticas. Soube-se mais tarde, naquele dia, que enquanto as forças do CNT ganhavam controlo de Sirte, capturaram o Coronel Muammar Qaddafi, que foi posteriormente morto. Num comunicado publicado em 21 de Outubro de 2011, reiterei a convicção da UA em relação ao imperativo para a reconciliação nacional entre todos os líbios, sendo este um requisito para a estabilidade e o estabelecimento de instituições viáveis, democráticas e responsáveis.

156. No dia 27 de Outubro de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a Resolução 2016 (2011), em que decide pôr termo à autorização dada aos Estados-membros para tomarem todas as medidas necessárias para a protecção de civis e das áreas com população civil sob ameaça de ataque na Líbia, bem como à interdição da zona de exclusão aérea sobre a Líbia. A 31 de Outubro de 2011, a OTAN terminou com as suas operações militares na Líbia, que duraram 7 meses sob o nome de código "Protector Unificado".

157. Sinto-me encorajado pelo compromisso e determinação do CNT, incluindo o seu Presidente, Sr. Mustafa Abdul Jalil, à reconciliação nacional e ao processo inclusivo de transição. Saúdo a nomeação do Primeiro-ministro Abdel Rahim el-Keeb e a formação, em 22 de Novembro de 2011, de um novo Governo líbio. Gostaria de garantir às autoridades líbias o apoio e a disponibilidade da UA, em trabalhar em estreita colaboração, com vista a dar resposta aos vários desafios com que o país se depara. A UA não pode actuar de outro modo, uma vez que a Líbia é um membro de pleno direito da família africana. O destino do povo líbio é inseparável do restante dos seus irmãos africanos, com os quais têm laços históricos. Uma Líbia estável e democrática será uma

enorme mais-valia para o continente. Por outro lado, uma Líbia instável irá antes de mais nada afectar os países vizinhos de África e não só.

o) Sahara Ocidental

158. Durante o período em análise, não foram registados progressos no processo de paz para o Território não autónomo do Sahara Ocidental, apesar dos esforços contínuos enviados pelo Enviado Pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para o Sahara Ocidental, o Embaixador Christopher Ross. De 19 a 21 de Julho de 2011, o Embaixador Ross convocou as partes para a 8ª ronda de negociações informais em Manhasset, Nova Iorque. Não foi alcançada nenhuma resolução, tendo os partidos apenas concordado em retomar as negociações informais, após a conclusão da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

159. Importa recordar que o actual ciclo de reuniões foi lançado após as duas partes, o Reino do Marrocos e a Frente POLISARIO, há quatro anos, terem submetido ao Secretário-geral das Nações Unidas as suas respectivas propostas para a Resolução do diferendo, com os Marrocos a oferecer autonomia sob jurisdição do Reino, e a Frete POLISARIO a propor um referendo de autodeterminação com duas opções de voto: integração nos Marrocos ou independência. O Conselho de Segurança, posteriormente, mandou o estabelecimento de negociações directas sem condições prévias, entre as duas partes, com vista ao alcance de “uma solução política justa e mutuamente aceitável, que irá permitir a autodeterminação do povo do Sahara Ocidental, no quadro dos acordos existentes e em conformidade com os princípios e objectivos das Nações Unidas”.

160. No terreno, e após uma partida de futebol, a cidade sudoeste de Dakhla, no final de Setembro de 2011, foi palco de uma violência entre as comunidades, recordando as confrontações violentas em Laayoune, há um ano atrás. Tendo resultado na morte de oito pessoas e no ferimento de muitas outras, com danos adicionais aos bens públicos e privados. A nível internacional, o Parlamento Europeu, a 14 de Dezembro de 2011, revogou o Acordo de Pesca entre a UE e os Marrocos que permitia a pesca por navios, dos países da União, não apenas nas águas territoriais marroquinas, como igualmente na rica costa do Atlântico do não-autónomo Sahara Ocidental. O Acordo foi anulado por causa da sua ilegalidade, visto que os Marrocos, de acordo com o direito internacional, não tem o direito de conceder acesso aos recursos que pertencem apenas ao povo do Sahara Ocidental. Em 20 de Dezembro de 2011, o Congresso americano adoptou uma lei que exige o respeito dos direitos humanos no Sahara Ocidental como condição prévia para uma assistência financeira e militar adequada aos Marrocos.

161. Para além da contínua monitorização da situação no terreno, a Comissão enviou esforços para acompanhar os outros aspectos da posição da UA sobre o diferendo. Em Setembro de 2011, a Comissão para a Paz e Segurança trocou pontos de vistas com o Embaixador Christopher Ross sobre a via a seguir. Consultas com o Enviado Especial deverão decorrer em Adis Abeba. Além disso, na véspera da realização do 13º Congresso da Frente Polisario, o Comissário para a Paz e Segurança e eu viajamos para os campos de refugiados sarauís, em 13 de Dezembro de 2011, onde mantive importantes debates com o Presidente Mohamed Abdelaziz da República

Árabe Saharaui Democrática. Questões relacionadas com a situação política, de segurança e humanitária foram amplamente discutidas. A Conferência poderá optar por exortar as partes a cooperarem continuamente com o Enviado Especial para a Resolução definitiva do diferendo no quadro das decisões e Resoluções relevantes da UA e das Nações Unidas.

II.11. COMBATE AO TERRORISMO E LUTA CONTRA O CRIME TRANSNACIONAL

a) Prevenção e Combate ao Terrorismo

162. Durante o período em análise, a Comissão continuou com os seus esforços de Luta Contraterrorismo. Aproveitou a oportunidade da 303ª Reunião do CPS, para fazer uma actualização abrangente sobre os passos e iniciativas tomadas. Como acompanhamento à decisão aprovada em Malabo, a Comissão divulgou a Lei-Modelo Africana de Luta Contraterrorismo, elaborada para apoiar os Estados-membros a fortalecer e actualizar as suas legislações nacionais, a fim de cumprir com as suas obrigações internacionais e continentais. Estão a ser tomadas medidas para a criação de uma equipa de peritos para prestar assistência técnica aos Estados-membros sobre as melhores formas de incorporação da Lei-Modelo nas suas legislações nacionais.

163. Os pontos focais do Centro Africano de Estudo e Investigação sobre o terrorismo (ACSRT) realizaram a sua 5ª reunião anual em Argel, de 30 de Outubro a 1 de Novembro de 2011, para avaliar o estado de execução do seu plano de actividades para o período 2010-2013. O ACSRT organizou igualmente uma série de actividades de capacitação para os Estados-membros. Além disso, tomou medidas para reforçar o seu Sistema Continental de Aviso Prévio Luta Contraterrorismo (CT-CEWS), em cooperação com o Departamento de Paz e Segurança da Comissão. Isso permitiu que o centro melhorasse a sua capacidades de recolha de informações e de análise. O ACSRT criou igualmente uma base de dados de CT e está em fase de finalização dos modelos de intercâmbio de informações e de desenvolvimento do seu portal de intercâmbio seguro de informações.

164. Finalmente, o meu Representante Especial para a Cooperação de Luta Contraterrorismo, Francisco Madeira, realizou consultas com os Estados-membros e parceiros, incluindo visitas e participação em fóruns regionais, tais como o Simpósio sobre Documentos de Viagem de Leitura Óptica, organizado pela Organização Internacional de Aviação Civil (OACI), em Montreal, de 12 a 15 de Setembro de 2011, e o Simpósio do Secretário-geral da ONU sobre Cooperação Internacional de Luta Contraterrorismo, realizada em Nova Iorque, em Setembro de 2011, à margem da sessão 66ª Assembleia Geral. Registo com apreço a estreita relação de trabalho que o ACSRT desenvolveu com a Comissão de Luta Contraterrorismo da ONU (CTC) e com a sua Direcção Executiva (CTED), bem como com a Equipa de Trabalho da ONU de Implementação da Luta Contraterrorismo (CTITF), com a qual o representante especial teve extensas discussões à margem da comemoração do 10º Aniversário da adopção da Resolução 1373 (2011) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, igualmente em Nova Iorque, em Setembro de 2011.

b) Controlo de Drogas e Prevenção da Criminalidade

165. De recordar-se que desde Julho de 2009, a Comissão iniciou a implementação das áreas prioritárias do Plano de Acção da UA de Controlo de Drogas e Prevenção da Criminalidade (2007-2012) (doravante referido como o AUPA) num projecto conjunto com o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e a Criminalidade (UNODC) como um parceiro de cooperação técnica.

166. Em Outubro de 2011, a Comissão organizou uma Consulta de Reflexão Continental para acelerar e facilitar a implementação do AUPA a nível continental, regional e nacional. Consultas de peritos foram realizadas sobre o reforço da cooperação e coordenação em matéria de luta contra as drogas e a criminalidade, harmonização da legislação, controlo de precursores químicos para a fabricação de drogas sintéticas, a necessidade de um centro continental de formação para o tratamento da dependência de drogas e dados sobre drogas e a criminalidade.

III. INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**III.1. INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO****1. EDUCAÇÃO****a) Avaliação intercalar da Segunda Década da Educação**

167. Depois da Declaração da Cimeira de Janeiro de 2006 sobre a Segunda Década da Educação para a África e o subsequente lançamento do Plano de Acção da Década (POA) pela Conferência da UA dos Ministros da Educação em Setembro de 2006, todas as actividades são informadas por este Plano de Acção. Foi realizada a Avaliação Intercalar da Segunda Década da Educação, e o Relatório de Avaliação sugere que têm sido realizados significativos progressos em toda a África no sentido de alcançar os objectivos da Década. Parcerias Estratégicas entre a Comissão, as CERs e algumas agências internacionais e africanas que trabalham na área da educação em África têm sido bastante reforçadas. A maioria desses parceiros harmonizou os seus programas ao PdA, conforme solicitado pela Decisão da Cimeira de Janeiro de 2009.

b) Ensino Superior**i. Universidade Pan-Africana (UPA)**

168. Antes do evento de lançamento, co-organizado pela Associação de Universidades Africanas, em Dezembro de 2011, muitos Peritos de toda a África, da diáspora e da comunidade internacional trabalharam em conjunto para finalizar os currículos da UPA em várias áreas para Programas de Mestrado e Doutoramento, a serem oferecidos para os primeiros estudantes da UPA em 2012. Foi igualmente desenvolvida uma plataforma comum com base na web, que deverá ser partilhada por todos os Institutos e Centros da UPA, bem como um prospecto comum. Os países de acolhimento dos três primeiros institutos da UPA comprometeram importantes somas de dinheiro como fundo de capital inicial. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

levou a cabo uma avaliação das necessidades da UPA e comprometeu-se a prestar apoio da primeira fase de 45 milhões \$EU, que irá ajudar na actualização docente e das instalações de pesquisa bem como aproveitar cada vez mais o apoio dos parceiros. A Alemanha, a Índia, o Japão e a Suécia assumiram compromissos firmes como Parceiros Temáticos Principais para a UPA. Os Estatutos da Universidade Pan Africana foram adoptados pela Sessão Extraordinária da Conferência da UA de Ministros da Educação (COMEDAF IV+), realizada em Maio de 2011, cujo relatório será apresentado durante a presente sessão do Conselho Executivo. A Argélia está rapidamente a preparar-se para garantir que o Instituto da UPA para a África do Norte inicie a funcionar ao mesmo tempo dos do Quênia, Camarões e Nigéria, até Outubro de 2012.

ii. Plano Mwalimu Nyerere de Bolsas de Estudo da União Africana

169. O terceiro Apelo regular para bolsas de estudo está a ser organizado para garantir a harmonização com a Universidade Pan Africana. Após a concessão da Comissão Europeia (CE) de 40 milhões de Euros para apoiar a expansão do Programa Nyerere, três redes compostas por 28 universidades africanas foram concedidas até 2 milhões de Euros por rede para cobrir a mobilidade académica para o Mestrado, Doutoramento e intercâmbio de pessoal académico em toda a África. A Capacitação do pessoal da Unidade de Bolsas de Estudo da CUA está em curso, para permiti-los lidar de forma adequada com a gestão do Plano alargado até o final de 2012. O programa de bolsa de estudos Índia-África em Ciências Agrícolas irá apresentar o seu terceiro Apelo no início de 2012. Até agora, foram concedidas a mais de 120 jovens africanos bolsas de estudo em Universidades Indianas.

iii. Ensino nas Universidades Africanas com Apoio Tecnológico

170. Em colaboração com a Academia Africana de Ciências e a AUF (*Agence des Universités Francophones*), a Comissão desenvolveu um projecto-piloto para ajudar a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem nas universidades africanas, que são restritas pelo número limitado de professores seniores, confrontadas com um número crescente de estudantes. O projecto envolve o trabalho com professores universitários seniores para a produção de materiais audiovisuais, que, em seguida, podem ser disponibilizados a um número maior de estudantes até mesmo em locais distantes.

c) **Sistema de Gestão de Informações de Educação (EMIS)**

171. A Comissão trabalhou estreitamente com o Instituto Pan Africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED) e o Centro Internacional para a Educação de Meninas e Mulheres em África (CIEFFA), apoiado pelo UNICEF e ADEA, para desenvolver um quadro político para a operacionalização do Observatório de Educação Africano, que entrará em vigor a partir de 2012. O recrutamento do pessoal para o IPED e CIEFFA está em curso. Os Estados-membros que têm sido parte do Conselho Executivo do IPED são solicitados a finalizar os seus compromissos conforme acordados durante a última reunião do Conselho Executivo em Dacar, em Setembro de 2007, para facilitar a plena operacionalização do Observatório e conclusão adequada dos termos de serviço para os ex-funcionários.

d) Desenvolvimento de Professores

172. Após a institucionalização da Conferência Pan Africana sobre o Desenvolvimento de Professores, a Comissão colabora com a Associação Pan Africana de Professores e o Centro para o Reforço do Ensino de Ciências e da Matemática para estabelecer centros regionais de capacitação de formadores de professores de Ciências e Matemática. A UNESCO e a ADEA serão igualmente parceiros importantes nessa iniciativa. O Protocolo Continental de Mobilidade de Professores será analisado durante a COMEDAF V, que será realizada em Abuja, na Nigéria, em Março de 2012.

e) Algumas Actividades Colaborativas

173. No âmbito da Parceria África-Índia, a Comissão coordenou compromissos que levaram à assinatura de um Memorando de Entendimento entre o governo do Burundi e o Instituto Indiano para o Planeamento da Educação. Foram igualmente registados progressos no Projecto de História de África da UA-UNESCO, que envolve a colaboração com a Diáspora africana em todo o mundo. No âmbito da Parceria África-UE sobre Mobilidade, Migração e Emprego, a Comissão está a colaborar com a CE na implementação da estratégia para a harmonização do ensino superior em África. Espera-se que a colaboração com o Mecanismo de Coordenação Regional para o apoio da ONU à União Africana melhore com o novo plano de acção, e espera-se especialmente que mais Agências das Nações Unidas que trabalham em actividades relacionadas com a educação harmonizem os seus programas africanos com os da Comissão.

f) Criação de Centros de Formação Profissional nos Estados-membros

174. No âmbito do quadro de cooperação África-Índia, o governo indiano apoia o estabelecimento e operacionalização de 10 Centros de TVET (2 por região) em África, prestando apoio técnico, equipamento, e fazendo o pagamento dos salários dos formadores durante três anos; enquanto a contribuição do homólogo africano será a disponibilização dos terrenos e instalações. Os Programas de formação incluirão a capacitação, empreendedorismo e gestão empresarial; gestão de recursos humanos e financeiros; e outras habilidades importantes necessárias para um empreendedorismo bem-sucedido em micro e pequenas empresas.

2. CIÊNCIA & TECNOLOGIA E TIC**a) Ciência & Tecnologia e Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)****i. Prémios Científicos da UA**

175. Após o lançamento do Prémio Científico da UA em 2009, a Comissão continuou, com o apoio de alguns parceiros de desenvolvimento, a reforçar a implementação do programa a nível nacional, para jovens pesquisadores, a nível regional, para mulheres cientistas e a nível continental, para todos os cientistas. Para a Edição 2011, este programa foi implementado com êxito pela SADC e CEDEAO. Para o prémio científico a

nível continental, os candidatos vencedores receberão os seus prémios durante a Cimeira da UA em Janeiro de 2012.

- ii. *Anúncio de Convite para Apresentação de Propostas de Pesquisa para 2011 no âmbito do projecto da União Africana de Subvenções para Pesquisa*

176. O projecto da União Africana de Subvenções para Pesquisa, concebido para apoiar actividades de pesquisas conjuntas no domínio de políticas de ciência e tecnologia em África, é um dos primeiros resultados da 8ª Parceria da Estratégia Conjunta África-UE. O projecto beneficiou de 14.700.000 Euros da Dotação do 10º FED da CE destinado aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). O primeiro Convite para Apresentação de Propostas para 2011 no valor de 7.000.000 Euros foi preparado pela Comissão, com o apoio dos Serviços da CE, para pesquisas nas seguintes áreas, Pós-colheita e Agricultura; Energias Renováveis e Sustentáveis, Água e Saneamento. Os resultados serão publicados no decurso de 2012. Todavia, este projecto será transformado num programa-quadro de pesquisa Pan-africano, exigindo assim o envolvimento total de todos os Estados-membros e de outros intervenientes.

- iii. *Água e Segurança Alimentar em África*

177. O programa de Água e Segurança Alimentar em África no valor de 63 milhões de Euros, e que está concentrado em actividades de pesquisa nas áreas de Saúde, Segurança Alimentar, Agricultura e Pescas, Biotecnologia e Meio Ambiente (incluindo as Alterações Climáticas), foi lançado em 2009 pela CE no âmbito da implementação da 8ª Parceria da Estratégia Conjunta África-UE. A abordagem multidisciplinar e integrada do Projecto envolve parcerias entre Estados-membros Africanos e da UE.

- iv. *Monitorização Global do Ambiente e da Segurança (GMES)*

178. No âmbito da 8ª parceria da Estratégia Conjunta África-UE, a Comissão está a trabalhar no desenvolvimento do sistema de Monitorização Global do Ambiente e da Segurança/GMES e de um Plano de Acção para África para servir como um quadro de cooperação de longo prazo entre África e UE, com vista a oferecer tecnologias por satélite para a materialização de objectivos específicos de desenvolvimento em África.

- v. *Unidade de Ciências da Vida e da Terra (LESU)*

179. Uma reunião sobre o Mecanismo de Coordenação Regional da Biossegurança e questões conexas foi realizada em Novembro de 2011 entre a Comissão e o Sistema das Nações Unidas, envolvendo as CER e organizações da sociedade civil, para rever o Mecanismo de Coordenação Continental da Biotecnologia, Biossegurança, Segurança Alimentar e Medidas Fitossanitárias. A Lei Modelo Africana de Biossegurança está em processo de revisão para posterior disseminação.

180. A Comissão, em colaboração com o Secretariado da Convenção sobre a Biodiversidade (SCBD), organizou um *workshop* sobre o recém-adoptado Protocolo Adicional de Nagoya-Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação relativo

ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, para reforçar a consciencialização e sensibilização sobre a ratificação. A Comissão prestou assessoria à Mauritânia no seu esforço para desenvolver a legislação nacional sobre esta matéria e contribuiu igualmente para a elaboração em curso de um documento sobre Controlo Fronteiriço de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

3. SAÚDE E SANEAMENTO

a) Saúde, População e Nutrição

Promoção da Nutrição para a Saúde e Desenvolvimento

181. A maioria dos africanos continua a lutar contra a fome crónica, subnutrição e desnutrição, devido ao acesso inadequado aos alimentos, ou acesso a alimentos que carecem de micronutrientes essenciais, o que em última análise, resulta em perdas de produção para o continente. Para harmonizar estratégias de nutrição e facilitar a operacionalização da Estratégia Regional Africana para a Nutrição (ARNS), a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Africano sobre Alimentação e Nutrição para o Desenvolvimento (ATFFND) foi organizada pela Comissão em Windhoek, em Abril de 2011. O Grupo de Trabalho fez uma avaliação e apresentou recomendações sobre o trabalho levado a cabo no domínio da nutrição no ano anterior, que foi acompanhado com os intervenientes ao longo dos últimos seis meses.

Controlo de VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e outras Doenças Infecciosas

182. As doenças infecciosas continuam a ser um grande desafio para o desenvolvimento socioeconómico em África, com o VIH/SIDA, Tuberculose e Malária entre as três principais doenças mortais. A prevenção continua a ser a principal estratégia para o controlo dessas doenças. Após a Comissão ter analisado os indicadores do Apelo de Abuja, estão agora a ser testados em 15 Estados-membros há mais de um ano.

b) População e Saúde Reprodutiva

Campanha sobre a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA)

183. Recorde-se que em Maio de 2009, a Comissão lançou uma Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA) que visa aumentar a sensibilização e o compromisso político em todo o continente. Desde o lançamento da CARMMA, 25 Estados-membros lançaram-na e apropriaram-se desta iniciativa. Os 25 Estados-membros desenvolveram igualmente roteiros orçamentados para a redução da morbidade e mortalidade materna, neonatal e infantil.

População

184. Com vista a revitalizar as acções em matéria de população em África, a Comissão realizou a 8ª Sessão da Comissão Africana para a População (APC) em

Setembro de 2011 em Adis Abeba. O seu relatório é apresentado ao Conselho Executivo para apreciação. Os seus principais resultados incluem a adopção do Relatório sobre o Estado da População Africana de 2010, a avaliação geral do trabalho da Comissão Africana para a População e a via a seguir para superar alguns desafios operacionais enfrentados no passado.

c) Plano de Produção de Medicamentos para África (PMPA)

185. A decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.55 (V), tomada na Cimeira de Abuja, em Janeiro de 2005, mandou a Comissão para elaborar um Plano de Produção de Medicamentos para África (PMPA), no âmbito da NEPAD. O PMPA foi devidamente elaborado e adoptado em 2007. Um relatório inicial do plano de actividades e uma série de projectos de impacto rápido foram adoptados pela 4ª reunião do Comité Técnico do Plano de Produção de Medicamentos para África em Dezembro de 2011.

d) Harmonização da E-saúde e Telemedicina

186. Em 2010, a Comissão criou uma rede de especialistas em e-saúde, que está actualmente envolvida no desenvolvimento de um Quadro Estratégico para o desenvolvimento da E-saúde com vista a apoiar a Estratégia Africana para a Saúde 2007 - 2015. Este quadro irá contribuir para o reforço dos sistemas de saúde em termos de recursos humanos para a saúde, bem como dos sistemas de gestão de informação em matéria de saúde.

e) Década da União Africana sobre Medicina Tradicional (2011-2020)

187. Depois de analisar o Relatório de Avaliação da Década da União Africana sobre Medicina Tradicional (2001 - 2010), a 5ª Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde, realizada em Windhoek, Namíbia, em Abril de 2011, adoptou uma Segunda Década de 2011 a 2020. O Plano de Acção para a sua implementação foi elaborado ao longo dos últimos seis meses, e será analisado pela Sessão Extraordinária dos Ministros da Saúde a ser realizada em Maio de 2012. O Plano irá extrair as suas acções prioritárias das que foram identificadas durante as reuniões anteriores, incluindo o *Workshop* África-Índia sobre Medicina Tradicional realizada em Jaipur, Índia, em Outubro de 2011.

4. BEM-ESTAR HUMANO E SOCIAL

a) Aceleração da implementação do Quadro de Política Social para África

188. A Comissão elaborou um documento sobre as principais estratégias para a implementação do Quadro de Política Social (SPF) para África, que será reproduzido e disseminado durante o primeiro semestre de 2012.

b) Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento dos Grupos Vulneráveis*i. Implementação da Carta Africana sobre o Direitos e Bem-estar da Criança*

189. A Comissão assistiu o Comité de Peritos Africanos dos Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC) para a realização da sua 18ª sessão em Novembro de 2011 em Argel, Argélia, durante a qual o Comité analisou três (3) relatórios apresentados por Camarões, Níger e Senegal, e o relatório alternativo das Organizações da Sociedade Civil para o Sudão, sobre as medidas que os Estados-membros acima referidos adoptaram para a implementação das disposições da Carta. Durante os últimos seis meses, a Comissão continuou a incentivar os países que não ratificaram a Carta e os que não apresentaram os seus relatórios sobre a implementação da Carta, a fazê-lo.

ii. Aceleração da implementação do Apelo para uma Acção Acelerada rumo a uma África digna para as Crianças

190. O Apelo para uma Acção Acelerada rumo a uma África Digna para as Crianças, com enfoque em oito (8) áreas prioritárias, foi adoptado durante o 2º Fórum Pan-Africano sobre a Criança no Cairo, Egipto. Este Apelo exorta os Estados-membros a resolver a situação das crianças nos seus respectivos países e a investir com mais vigor nas crianças, particularmente as mais vulneráveis. A Comissão desenvolveu um Quadro de Monitorização e Avaliação para os Estados-membros avaliarem os progressos na implementação do Apelo que foi disseminado ao nível dos Estados-membros durante os últimos seis meses. A Comissão tenciona apresentar um relatório ao 3º Fórum Pan-Africano sobre a Criança, que terá lugar em Adis Abeba, Etiópia, de 26 a 30 de Março de 2012.

iii. Implementação do Quadro de Política e Plano de Acção da UA sobre o Envelhecimento

191. Desde Julho de 2011, a Comissão tem vindo a trabalhar em colaboração com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para a inclusão de um artigo sobre o Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento no Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Idosas. Além disso, a Comissão desenvolveu e distribuiu um questionário nos últimos seis meses aos Estados-membros sobre a implementação do Quadro de Política e do Plano de Acção da UA sobre o Envelhecimento (2002). Os Estados-membros são convidados a responder ao questionário e a devolvê-lo à Comissão para acções adequadas.

iv. Promoção do Bem-estar das Pessoas Portadoras de Deficiência – Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência

192. Em Julho de 1999, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo proclamou 1999-2009 como a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência e, posteriormente, uma Declaração e um Plano de Acção Continental para a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência foram adoptados para a concretização

dos objectivos da Década. Na sequência do resultado de uma Avaliação da Década, indicando que muito mais precisa ser feito pelos Estados-membros com vista a realizar os objectivos da Década, a Década foi estendida para 2019. Assim, a Comissão participou numa Mesa Redonda, realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 31 de Agosto a 1 de Setembro de 2011, onde o Plano de Acção Continental para a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência foi alargado para o período até 2019.

193. O Conselho Executivo solicitou igualmente à Comissão a auxiliar na reestruturação do Instituto Africano de Reabilitação (ARI), uma agência especializada da União Africana, com sede em Harare, Zimbabwe, para que o Instituto possa coordenar a implementação do Plano de Acção Continental da Década. A 21ª Sessão do Conselho de Administração (GB) do ARI, que foi realizada em Harare, Zimbabwe, de 6 a 9 de Setembro de 2011 e assegurada pela Comissão, tomou decisões exaustivas sobre a reestruturação do Instituto, e foi seguida de uma visita de trabalho da Comissão, de 7 a 17 de Dezembro 2011 para implementar as decisões acima mencionadas.

v. Promoção do Bem-estar da Família Africana

194. O Plano de Acção da UA para a Família foi adoptado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2004. Nos últimos seis meses, a Comissão envolveu-se numa série de deliberações com parceiros sobre a identificação de formas para advogar o reforço da Família em África, uma vez que é uma das quatro (4) estratégias para a implementação do Quadro de Política Social para África.

c) **Trabalho, Emprego e Migração**

i. Campanha contra o Tráfico de Seres Humanos, particularmente Mulheres e Crianças

195. Em 2009, a Comissão lançou a campanha AU-COMMIT com vista a galvanizar as actividades levadas a cabo pela UA, incluindo iniciativas globais, regionais e nacionais para acções mais coordenadas e sinérgicas para combater o tráfico de seres humanos em África, bem como informar os decisores políticos e funcionários responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-membros sobre o Plano de Acção de Ouagadougou de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, particularmente Mulheres e Crianças. A AU-COMMIT foi lançada na CEDEAO, IGAD, EAC, em Março de 2010, e o lançamento na SADC teve lugar em Novembro de 2011. Cada lançamento foi seguido de um *workshop* de capacitação para os pontos focais nos Estados-membros.

ii. Migração

196. A implementação da fase preparatória do projecto para a criação de um Instituto Africano de Remessas (AIR), que começou em Junho de 2010, continuou durante o período coberto pelo relatório. Consultas *online* resultaram num plano de acção concreto de implementação, e facilitaram a colaboração da equipa do projecto com os parceiros relevantes. A equipa tomou ainda medidas para baixar o custo do envio de

remessas para e dentro de África com o lançamento de uma base de dados *online* (*Send Money África*: <http://sendmoneyafrica.worldbank.org>) que vai ajudar a aumentar a transparência relativamente aos preços e estimular uma maior concorrência entre os prestadores de serviços. Um relatório é submetido à sessão actual do Conselho Executivo para análise e orientação sobre a criação de um Instituto Africano de Remessas.

iii. Emprego e Trabalho

197. A Comissão acelerou a implementação das políticas sobre o emprego nos últimos seis meses, com base nas decisões emanadas da 8ª Sessão da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais realizada em Yaoundé, Camarões, de 11 a 15 de Abril de 2011, para reduzir o desemprego no seio dos jovens e mulheres em pelo menos dois por cento anualmente nos próximos cinco anos, como contido no Plano de Acção da Década da Juventude 2009-2018.

198. Em Outubro de 2011, a Comissão facilitou a organização de uma sessão de Formação de Formadores sobre o reforço da capacidade produtiva, tendo como alvo agências nacionais e as estruturas responsáveis pela promoção das microempresas da economia informal em sete (7) Estados-membros.

199. Além disso, o Comité Directivo do Projecto de Harmonização e Coordenação dos Sistemas de Informação sobre o Mercado de Trabalho realizou a sua 1ª reunião em Outubro de 2011.

5. CRIANÇA, JUVENTUDE, E DESPORTO

a) **Década do Desenvolvimento da Juventude e seu plano de Acção – 2009 – 2018**

200. Através da sua decisão EX.CL.Dec.468(XIV) de Janeiro de 2009, o Conselho Executivo adoptou a Década do Desenvolvimento da Juventude. À luz desta Decisão, a Comissão elaborou um plano de acção para facilitar a implementação pelos Estados-membros da UA das decisões relacionadas com a Década do Desenvolvimento da Juventude.

b) **Carta da Juventude Africana e actividades afins**

201. Até Novembro de 2011, Vinte e oito (28) Estados-membros haviam ratificado a Carta Africana da Juventude, depositado os instrumentos relevantes na Comissão, estando agora a implementá-la como parte das suas prioridades nacionais. A Comissão em conjunto com os seus parceiros (a Fundação Ford, a *Open Society Foundation*, a FNUAP) organizou uma Consulta Técnica sobre o seguinte: i) Elaboração de uma nota de orientação técnica sobre a operacionalização da Carta da Juventude Africana, com uma avaliação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos; ii) Revisão da fundamentação para promover, proteger e implementar iniciativas sobre a Carta e o Plano de Acção da Década; iii) Revisão dos possíveis mecanismos de responsabilização a nível regional, por exemplo, Tribunal Africano dos Direitos

Humanos e dos Povos; iv) Exploração da possível ligação da Carta Africana da Juventude à Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação.

c) Criação do Corpo de Voluntários da Juventude da União Africana (YVC)

202. Através do Corpo de Voluntários da Juventude da União Africana, a juventude estará envolvida em acções concretas visando o desenvolvimento social, económico cultural e político de África. Um total de 202 jovens de 40 Estados-membros foram formados e estão actualmente no processo de implantação, processo que irá abranger mais de 50 membros do Corpo de Voluntários da União Africana (YVC) até ao fim de 2011. Os restantes membros serão implantados no âmbito do orçamento Programa de 2012. A participação da Juventude contribuiu para o diálogo intergerações e debate público entre os jovens e os Chefes de Estado, em Junho de 2011, em Malabo sobre o Tema “*Acelerar a Capacitação do Jovem para o Desenvolvimento Sustentável*”.

d) Capacitação Institucional através da Revitalização da União da Juventude Pan-africana (PYU)

203. A nova Sede da União Pan-africana da Juventude (PYU) disponibilizada pela República do Sudão foi totalmente equipada e inaugurada em Maio de 2011. O Próximo Congresso terá lugar em Dezembro de 2012 sendo o seu objectivo a renovação democrática da liderança da União. Existe a necessidade de atribuir recursos à União da Juventude Pan-africana de forma a permitir que os seus membros apresentem resultados no que refere às questões da juventude.

e) Mecanismos de Monitorização e Avaliação

204. A Cimeira de Julho de 2011 solicitou à Comissão para apresentar um relatório intercalar sobre a implementação do Plano da Década da Juventude. Consequentemente, uma avaliação pelos pares e uma consulta junto dos intervenientes está a preparar um projecto de medição da Capacitação da Juventude Africana e do Índice de Desenvolvimento com vista a preparar vários instrumentos para monitorização e Avaliação.

205. Será útil estabelecer um fundo fiduciário para desenvolvimento da juventude. Além disso, a cooperação a nível interdepartamental é necessária para facilitar a implementação do programa da Juventude como metas transversais e a AUYVC como uma iniciativa de capacitação.

f) Desporto

206. A 4ª (quarta) Sessão da Conferência da UA dos Ministros do Desporto foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 17 a 21 de Outubro de 2011. Os principais resultados da conferência foram os seguintes:

i. Implementação da nova arquitectura para o Desenvolvimento do Desporto em África

207. A nova Arquitectura Para o Desporto Africano prevê a criação de estruturas que tratem dos aspectos técnicos e operacionais do desenvolvimento do desporto e do desenvolvimento através do desporto em África, incluindo a organização dos Jogos Africanos. O Instituto Especializado para o desporto em África deverá autofinanciar-se com a enorme receita que se espera que seja produzida a partir da comercialização dos Jogos Africanos e outras actividades de apoio dos parceiros como o COI, bem como a partir de taxas e contribuições financeiras cobradas aos Estados-membros para a participação em actividades desportivas.

ii. Parceria Estratégica no Desporto para o Desenvolvimento em África

208. No que respeita a promoção das parcerias estratégicas no desporto para o desenvolvimento, progressos consideráveis foram registados tendo em vista a assegurar a colaboração complementar entre os Membros do Movimento do Desporto Africano. A este respeito, a Comissão acolheu favoravelmente a colaboração entre a Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais em África (ÁNOCA) e Associação das Confederações Desportivas de África (AASC), que irá ter três finalidades: fazer dos Jogos Africanos um evento de apuramento para os Jogos Olímpicos; Atrair os melhores atletas africanos que aspiram qualificar-se para os Jogos Olímpicos, melhorando assim a qualidade e a competitividade dos atletas; melhorar a receita, patrocínio e *marketing* dos Jogos Africanos de forma a apoiar os orçamentos programa e operacional da nova Arquitectura do Desporto Africano, seu Secretariado e programas de desenvolvimento do desporto e do desenvolvimento através do desporto.

III.2. INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INTERCONNECTIVIDADE

209. Apesar dos constrangimentos de recursos, a Comissão deu passos significativos na implementação dos Programas previstos para o Desenvolvimento da Infra-estruturas e Energia em África em diversas áreas, através de acções concretas, como detalhado abaixo:

1. **TRANSPORTES E TURISMO**

a) **Políticas e Estratégias**

210. As seguintes políticas e estratégias foram elaboradas e/ou implementadas:

- i) Elaboração de uma política Africana comum abrangente de Aviação Civil (AFCAP):-concluída e actualmente enviada para adopção pela Conferência dos Ministros Africanos de transporte em Angola; II) Formulação de Estratégias para o Financiamento do Desenvolvimento do Transporte Ferroviário em África: conclusão prevista para o final de 2011 ou início de 2012;

- ii) Estudo sobre a Harmonização da Formação na área do Transporte Ferroviária em África: - conclusão prevista para o final de 2011 ou início de 2012;
- iii) Estudo sobre a criação de uma Rede de Guarda Costeira para o Leste e Sul de África para combater a pirataria, assaltos à mão armada e outras actividades ilegais no mar (com particular incidência sobre no Golfo de Aden, ao largo da costa da Somália):- conclusão prevista para final de 2011 ou início de 2012;
- iv) Estudo sobre a Harmonização das Políticas e Normas de Turismo em África: Prevê-se que o Estudo esteja concluído em Outubro de 2011 e seja submetido para adopção pela Conferência dos Ministros Africanos do Turismo em Abril de 2012.

b) Projectos (concretos) de Desenvolvimento

i. Projectos Financiados pela NEPAD-IPPF

211. Os seguintes estudos de pré-viabilidade foram concluídos:

- i) Estudo de pré-viabilidade sobre Troços Inexistentes no Corredor de Transporte Dakar-N' Djamena-Djibouti
- ii) Estudo de pré-viabilidade sobre Troços Inexistentes no Corredor de Transporte Djibuti-Libreville

ii. Projectos de Parceria em infra-estruturas da UE- África (Acordo de Port Moresby)

212. Os contratos para os seguintes seis (6) projectos foram assinados a 20 de Dezembro de 2010:

- i) Operacionalização da Agência Executora da Decisão de Yamoussoukro sobre a liberalização dos Mercados de Transportes Aéreo em África:-O estudo está em curso e deverá ser concluído em meados de 2012;
- ii) Avaliação Continental da implementação da Decisão de Yamoussoukro, com vista a melhorar a liberalização dos mercados de transporte aéreo em África: O estudo está em curso e deverá estar concluído até o final de 2011. Já foi elaborado o Projecto de Relatório Intercalar;
- iii) Estudo de viabilidade do Corredor do Lobito na Rodovia Transafricana no. 9 (corredor da Beira-Lobito): O estudo está em curso e deverá estar concluído no início de 2012. Já foi elaborado o Projecto de Relatório Intercalar;

- iv) Advocacia Técnica e Actividades de Apoio ao Projecto da Ponte da Gâmbia: O estudo está em curso e deverá estar concluído em meados de 2012. Foi elaborado o Projecto de Relatório Intercalar;
- v) Análise de Mercado abrangente e Opções de Estudo para Implementação, Operação e Financiamento do Transporte Ferroviário de Cotonou-Niamey-Ouagadougou-Abidjan: O estudo está em curso e espera-se que esteja concluído em meados de 2012. Foi elaborado o projecto de relatório Intercalar;
- vi) Estudo regional de Transportes da Rodovia Trans Africana n.º. 3 na África Central com Estudos de Pré-viabilidade de Troços Seleccionados de Estrada e Estudos de Opções Estratégicas para os Portos Regionais: O estudo está em curso e deverá estar concluído em meados de 2012. Foi elaborado o projecto de relatório intercalar.

c) Cooperação

213. Os seguintes Acordos/Memorandos de Entendimento (MdE) foram negociados e/ou assinados:

- i) Assinatura do Memorando de Entendimento com **ATA** (África Travel Association) para a promoção do turismo para África;
- ii) Assinatura do Memorando de Entendimento com a **ICAO** (organização Internacional da Aviação Civil) para o desenvolvimento sustentável da aviação civil em África abrangendo questões de protecção, segurança, meio ambiente e capacitação;
- iii) Assinatura do Memorando de Entendimento com **AFRAA** (Associação de Companhias Aéreas Africanas);
- iv) A criação de uma posição Africana comum sobre a proposta Declaração Conjunta e Quadro e Plano de Acção sobre a cooperação na área da aviação entre a UE e África: – Negociações estão em curso com vista a que se chegue a uma conclusão e assinatura no final de 2011;
- v) Acordo com a UE e mobilização de recursos para as actividades de capacitação relacionadas com o – EGNOS Sistema de Navegação por Satélite da UE);
- vi) Assinatura do Memorando de Entendimento com os Caminhos de Ferro da Espanha sobre a formação no sector ferroviário: Negociações estão em curso.

2. ENERGIA

a) **Programa Geotérmico Regional e Criação do Mecanismo de Redução de risco ligado ao desenvolvimento da energia geotérmica na África Oriental**

214. No quadro da implementação deste programa, convém registar que a criação do Mecanismo para atenuação do risco ligado ao desenvolvimento da energia geotérmica (MARDEG), inclui:

- a. A mobilização de 30 milhões de euros adicionais do Fundo Fiduciário das infra-estruturas da África-UE, além dos 20 milhões de euros já concedidos pelo Governo alemão;
- b. As discussões técnicas e preparação do Acordo de financiamento do Mecanismo, a ser assinado, antes do fim de 2011, com o Governo alemão, representado pela KfW;
- c. A elaboração do *dossier* do concurso público e lançamento do processo de recrutamento de um escritório de consultores para assinatura, antes do fim de 2011, de um contrato de prestação de serviços para apoiar tecnicamente a CUA na operacionalização da MARDEG, prevista para princípio de 2012;
- d. Uma Estrutura de coordenação do Programa Geotérmico Regional, incluindo a MARDEG e que integra um coordenador, um perito em energia e um assistente administrativo, a qual deve ser criada pela Comissão antes do fim de 2011;
- e. A mobilização de recursos financeiros e de assistência técnica bem como um quadro de colaboração junto das instituições internacionais, nomeadamente USAID, UNEP, BGR e outras bem como a organização de uma exposição sobre energias renováveis, particularmente sobre energia geotérmica em Durban, África do Sul, à margem da COP-17.

b) **Elaboração e Validação dos Relatórios dos Estudos e *Workshops* de Formação no Quadro da Assistência Técnica, financiada pela União Europeia (UE)**

215. Neste quadro foram empreendidas as seguintes acções:

- a. Preparação de documentos de política energética africana e de Estratégia de desenvolvimento de projectos hidroeléctricos regionais;
- b. Organização de seminários e *workshops* no quadro do reforço das capacidades da AFREC e AFSEC em matéria de: normalização /padronização do sector da electricidade, desenvolvimento da energia

eólica e solar, sistema africano de base de dados e informação sobre energias;

- c. Assistência à República Democrática do Congo (RDC) na análise: (i) das propostas para selecção de um executor privado do projecto Inga 3; (ii) de certas vertentes dos estudos EDF/RSW para desenvolvimento do projecto Grande Inga e; (iii) organização de um *workshop* em Kinshasa sobre Parcerias Público-privadas nos projectos hidroeléctricos.

c) Parceria África-UE no domínio da energia (PAEE)

216. Uma das principais vertentes do PAEE incide sobre o Programa de cooperação no domínio das energias renováveis. O documento de estratégia relativo ao horizonte 2020, elaborado durante este semestre foi objecto de ajustes entre as diferentes Partes e será aprovado na próxima reunião do Grupo conjunto de Peritos África-UE, prevista para Fevereiro de 2012 na Alemanha. Com este objectivo, será elaborado um documento de política e de opções tecnológicas em matéria de desenvolvimento da bioenergia em África.

3. TELECOMUNICAÇÕES, CORREIOS E TIC

a) Harmonização das Políticas e Regulamentos no domínio das Telecomunicações/TIC

217. A Comissão concluiu os relatórios e estudos a seguir mencionados e apresentou-os à Mesa da Conferência Ministerial das TIC para apreciação:

- i) Relatório relativo ao Estudo Comparativo sobre a Harmonização dos Quadros Regionais;
- ii) Roteiro da estratégia para a migração da radiodifusão analógica para a digital em África;
- iii) Relatório sobre a harmonização da metodologia para coordenar frequências nas fronteiras;
- iv) Pré-estudos de viabilidade da Agência Espacial Africana;
- v) Avaliação e roteiro para a execução do Projecto *Dot.Africa*;
- vi) Estudo sobre o *roaming* GSM em África;
- vii) Estudo sobre a criação de um Cartão SIM único para África.

b) Implementação e uso da Rede Informática Pan-Africana para Telemedicina e Tele-ensino

218. No âmbito deste programa, foram levadas a cabo as seguintes acções/realizações:

- i) Esta rede tem estado a ser implantada e está a ser utilizada em 47 países. Foram instalados 150 unidades de equipamento VSAT e está totalmente operacional. O custo total ronda em volta dos 150 milhões \$EU.
- ii) 7000 Estudantes estão a prosseguir os seus estudos para licenciatura e pós-graduação em diferentes universidades indianas através da rede;
- iii) Foram feitas 346 consultas médicas em dois anos, durante as quais foram salvas três vidas Africanas;
- iv) Foram realizadas 1650 sessões médicas contínuas para mais de 5000 médicos e enfermeiros;
- v) Em breve, o Presidente da União Africana poderá comunicar Por videoconferência e por linha telefónica directa com os Chefes de Estado e de Governo;

c) Plano de Acção Regional para a Economia do Conhecimento (ARAPKE)

219. No âmbito deste projecto, a Comissão levou a cabo as seguintes acções:

- i) Finalizou a Convenção sobre Cibe segurança em colaboração com a UNECA; e deu início ao processo tendente à sua adopção pelas CERs;
- ii) Desenvolveu uma topologia e planos de *routing* para as redes regionais de investigação e ensino e a sua interligação com a Rede Europeia (GÉANT);
- iii) Assinou:

- Um acordo de financiamento com a Agência de Cooperação para o Desenvolvimento do Luxemburgo para apoiar a execução do projecto do Sistema Africano de Intercâmbio por Internet (AXIS) seguido da transferência de uma tranche dos fundos;
- Um Memorando de Entendimento com o Governo da Finlândia em Outubro de 2010 para apoiar a execução do Programa de Liderança Africana nas TIC (ALICT) e formação e capacitação de 150 potenciais dirigentes e responsáveis pela formulação de políticas em matéria da sociedade do conhecimento

d) Harmonização das Políticas, Regulamentos e Estratégias para o Desenvolvimento do Sector dos Correios

220. No âmbito desta actividade, foram efectuados/concluídos os seguintes estudos:

- i) Melhoria da qualidade do transporte rodoviário de correio na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO);

- ii) Desenvolvimento dos Pagamentos Electrónicos por Correio;
- iii) Lançamento dos seguintes estudos:
 - Estratégias para a inclusão financeira das populações de baixo rendimento;
 - Modelo e Directrizes sobre o Serviço Postal Universal.
- iv) Preparação do Projecto *e-Post*:
 - Assinatura de um Memorando de Entendimento com a RASCOM STAR QAF para fornecimento de 15 antenas VSAT para a fase experimental do projecto.

4. **PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS EM ÁFRICA (PIDA)**

221. Recebeu-se contribuições e orientações de vários intervenientes (BAD, CUA, NPCA, CERs, UNECA, Organizações de Bacias Hidrográficas, Instituições Especializadas nos sectores da Energia, TIC, Recursos Hídricos Transfronteiriços & Transporte e Parceiros de Desenvolvimento), através de um *workshop* organizado em cada uma das Comunidades Económicas Regionais.

222. Durante o processo de adopção, as partes envolvidas acordaram o seguinte:

- i) A definição de um quadro estratégico para desenvolver um programa de desenvolvimento de infra-estruturas prioritárias e a elaboração de plano de acção prioritário (PAP);
- ii) Formulação de projectos de estratégias e programas;

223. Importa igualmente referir que as conclusões do estudos do PIDA a serem apresentadas à Cimeira da UA de Janeiro de 2012, foram igualmente adoptadas pelas conferências ministeriais sectoriais, principalmente dos Ministros das TIC, Transporte e Energia.

5. **ARQUITECTURA INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS EM ÁFRICA (IAIDA)**

224. Foi feita avaliação da elaboração da Arquitectura Institucional (IAIDA) para a implementação do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas com o objectivo de estabelecer uma melhor coordenação entre os actores.

225. Neste âmbito, a Comissão assinou um acordo com o Governo da Alemanha, mediante o qual este último deverá fornecer apoio técnico à Comissão e à NPCA em termos de desenvolvimento de capacidades e organizacional.

III.3. INTEGRAÇÃO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

1. PROGRESSO NA EXECUÇÃO DE PROJECTOS DE EMBLEMÁTICOS NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO RURAL

a) Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP)

226. Em colaboração com a FAO, a Comissão criou mecanismos institucionais para a execução efectiva do ASBP, designadamente a criação do Fórum para a Testagem de Sementes Africanas (FAST), que actualmente tem o seu secretariado localizado nos Serviços de Inspeção da Saúde Fitossanitária do Quénia (KEPHIS), em Nairobi. Este fórum está a elaborar protocolos e normas sobre a testagem de sementes de qualidade com vista a promover o comércio de sementes. Além disso, o fórum promove o intercâmbio de tecnologias em matéria de ciência e tecnologia de sementes entre os Estados-membros, o que reforça deste modo a divulgação e adopção de tecnologia no continente.

227. O programa contribuiu para uma maior sensibilização e compreensão dos desafios enfrentados pelo sector das sementes, sendo, por conseguinte, importante que a Comissão continue a assumir a liderança na mobilização de parcerias para intensificação das acções.

b) Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes (MAFF)

228. O progresso na execução consubstancia-se na criação dos instrumentos de financiamento e do quadro institucional para a operacionalização do MAFF, assim como a criação do fundo propriamente dito no BAD. Contudo, o fundo não pôde ser operacionalizado devido à insuficiência de dinheiro ou em forma de instrumentos de compromisso dos Estados-membros ou dos parceiros (no valor de 4,544,107.00 \$EU) para tornar o fundo efectivo. A contribuição do Banco Africano de Desenvolvimento para o MAFF situa-se em 7.65 milhões \$EU, mas os fundos do Banco não podem contribuir para a sua efectividade. Até ao momento, só a Nigéria que transferiu 50% das promessas iniciais de 10 milhões e, por isso, existe a necessidade urgente de mobilizar fundos adicionais para que o MAFF seja operacionalizado e leve a cabo as suas actividades.

c) Iniciativa Africana sobre Política Fundiária

229. Desde a sua adopção, o quadro e as directrizes (Q&D) sobre política fundiária têm servido de instrumento importante de advocacia para estimular debates sobre questões fundiárias em África e globalmente. Foi criado um secretariado para facilitar a implementação; estão igualmente na forja grupos de trabalho regionais para apoiar os esforços dos Estados-membros à medida que tratam da revisão/formulação da política fundiária. Está a ser executado um programa de reforço de capacidades através do

apoio financeiro fornecido pela UE. Os constrangimentos em termos de capacidade para dar resposta às exigências cada vez maiores para o uso do quadro e das directrizes pelos Estados-membros impedem o progresso. Embora o programa do reforço de capacidades contribua para ultrapassar alguns destes desafios, é importante que isto seja ultrapassado de forma mais estratégica.

d) Capacitação dos Produtores Agrícolas: Agricultores e Criadores de Gado

230. O trabalho da Comissão na vertente do apoio à rede das organizações de agricultores regionais, levou à criação do Fórum Pan-africano dos Agricultores (PAFFO), que se espera venha a aperfeiçoar a capacidade dos agricultores e das suas organizações para defenderem os seus interesses de uma forma organizada e coesa, no âmbito do processo de formulação de políticas e implementação.

231. No que respeita a pastorícia, a adopção durante a 16ª Sessão Ordinária da Conferência em Janeiro de 2011 em Adis Abeba, Etiópia, do Quadro Político para a pastorícia, deverá contribuir para a criar e melhorar o ambiente propício para que os criadores de gado africanos desempenhem o seu legítimo papel no processo de desenvolvimento socioeconómico. A Comissão continuará a cooperar com os Estados-membros, CERs e parceiros, com vista a facilitar a implementação deste importante quadro político.

e) O Conselho Fitossanitário Inter-africano (IAPSC)

232. A principal aposta do trabalho de coordenação e assistência fitossanitária da Comissão, visou o reforço das capacidades fitossanitária dos Estados-membros com vista a melhorar a produção e produtividade agrícola, garantir a segurança alimentar e promover o comércio de acordo com as normas e tratados internacionais em matéria fitossanitária. Isto foi alcançado através de uma avaliação exaustiva da capacidade fitossanitária, que foi posteriormente utilizada para orientar a elaboração de planos estratégicos nacionais e regionais; harmonização das leis de registo de pesticidas; controlo das pragas transfronteiriças; criação de um programa eficaz de vigilância para constituir a base para a elaboração e actualização da lista de pragas nacionais e regionais e um sistema de gestão de informação para dados fitossanitários/comércio; manter um fórum consultivo regular sobre as Normas Internacionais para as Medidas Fitossanitárias com as organizações nacionais de protecção fitossanitária; e reforço contínuo da capacidade através da formação em matéria de risco de análise de pragas e procedimentos para vigilância de pragas.

f) Melhoria dos Meios de Subsistência Rurais nas Áreas Semi-áridas

233. O Programa de Investigação e Desenvolvimento de Cereais Semi-áridos (SAFGRAD) tem sido determinante no reforço das redes das parcerias regionais e em prestar apoio aos Estados-membros¹, no sentido de contribuírem para os seus esforços

¹ Burquina Faso, Benin, Camarões, Cote d'Ivoire, Gana, Níger, Nigéria, Togo, Sudão e Botswana

no controlo das ervas daninhas. De igual modo, através do projecto de controlo dos insectos que afectam a produção e o comércio de fruta, o SAFGRAD reuniu e facilitou o intercâmbio regional de competências e de outros recursos para a implementação com êxito do projecto, nomeadamente a criação de um insectário no Burkina Faso que pode servir a sub-região e formação de peritos de 8 Estados-membros para promover acções regionais. O Programa SAFGRAD, em colaboração com os parceiros, continua a trabalhar no sentido do reforço das capacidades dos Estados-membros e de outros actores e temas relevantes seleccionados, incluindo as alterações climáticas e desertificação.

g) Promoção da Produção e Programas de Saúde Animal

234. O trabalho da Comissão na promoção da produção e programas de saúde animal estão organizados em três gabinetes técnicos especializados, nomeadamente IBAR, PANVAC e PATTEC.

i. O Gabinete Inter-Africano para os Recursos Animais – IBAR

235. O IBAR continuou a prestar apoio aos Estados-membros que contribuiu para:

- (a) O reforço da capacidade institucional, combate às doenças animais comercialmente sensíveis, melhoria da certificação da saúde animal para reforçar o comércio da exportação animal e criação de oportunidades de emprego e melhoria da infra-estrutura do comércio;
- (b) Maior coordenação das iniciativas de desenvolvimento pesqueiro entre os Estados-membros, CERs e organismos pesqueiros;
- (c) Reforço da capacidade de prestar assistência de emergência e o grau de preparação dos Estados-membros com vista à detecção e responder atempadamente contra a gripe aviária;
- (d) Mobilização de recursos no âmbito da resposta à crise alimentar no Corno de África, no valor de 24 Milhões de Euros para utilizar em intervenções no domínio do gado com vista ao reforço da capacidade dos criadores de gado para lidarem com a insegurança alimentar;
- (e) Reforço da capacidade dos Estados-membros para levarem a cabo campanhas de vacinação² e igualmente em matéria de questões sanitárias e fitossanitárias;
- (f) Criação de um Fórum Pan-Africano para os Países Exportadores de Gado (PAFLEC), assim como análise das alternativas de comercialização; e

² contra a doença de Newcastle nas galinhas, Pleuropneumonia Caprina Contagiosa no gado caprino, Pleuropneumonia Bovina Contagiosa no gado bovino e Peste dos Pequenos Ruminantes nos pequenos ruminantes.

- (g) Promoção de parcerias para promover a agenda africana relativa à produção e saúde animal (através da ALive, ISCTRC, etc.) entre outros.

236. Um dos destaques principais do período em referência é a declaração global feita pela Organização Mundial para Saúde Animal sobre a erradicação da peste bovina, que continua a servir como base e modelo para o controlo de outras doenças animais transfronteiriças.

ii. *A Campanha Pan-Africana para a Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomíase – PATTEC*

237. Alguns dos feitos do PATTEC são: (a) a cabimentação por parte dos Estados-membros dos seus próprios recursos num acordo de cooperação regional, que, entre outros aspectos, levou à partilha de experiências por outros Estados-membros para erradicar a mosca *tsé-tsé* nas zonas transfronteiriças. A mobilização de recursos incidiu-se acima de tudo sobre os recursos africanos com vista a reforçar a apropriação africana³; (b) aproveitamento dos esforços regionais para o desenvolvimento de projectos regionais que impliquem a cooperação entre os Estados-membros; (c) congregar 14 Estados-membros para assinar o Acordo de Kinshasa para trabalharem juntos para erradicar a *tsé-tsé*; (d) maior sensibilização e advocacia através do uso de liderança (e) instituir um sistema sólido de monitorização e avaliação para acompanhar o progresso na implementação; e (f) reforço contínuo das capacidades dos peritos dos Estados-membros.

iii. *O Centro Pan-Africano de Vacinas – PANVAC*

238. A prestação de serviços pelo Centro do PANVAC de Controlo de Qualidade de Vacinas Veterinárias Internacional Independente em África, conduziu ao aumento no uso pelos Estados-membros, como resultado do qual o número de vacinas certificadas usadas nas campanhas de vacinação aumentou consideravelmente, o que terá um maior impacto na melhoria da saúde animal no continente.

239. Além disso, o PANVAC contribuiu para a promoção da padronização da produção de vacinas veterinárias através da provisão da padronização da produção de vacinas veterinárias e harmonização das suas técnicas de controlo de qualidade. Desde 2009, o PANVAC tem estado a implantar as principais tecnologias para a produção de reagentes biológicos essenciais (produção de expressão proteica e anticorpos mono clonais). Foi criado o repositório Pan-africano de amostras de vacinas no PANVAC, com o lançamento do Laboratório de Biossegurança de Nível 3 em Outubro de 2011. Foi igualmente criado um sistema de acasalamento independente para animais de laboratório. Além disso, o PANVAC gere, em parceria com parceiros, o recém-criado Laboratório para o Desenvolvimento de Novos Processos.

³ Entre os compromissos de pagamento feitos constam o da Guiné Equatorial 12 milhões \$EU; Nigéria mais de um milhão por ano; Camarões, Angola 4.7 milhões \$EU; Zâmbia 3 milhões \$EU. A Etiópia o Quênia, o Burquina Faso, o Gana, etc., estão cada vez mais a atribuir fundos para a causa.

240. No âmbito dos esforços para prestar apoio em termos de capacitação aos Estados-membros, o PANVAC tem estado a organizar regularmente *workshops* de formação e a prestar serviços técnicos de apoio às vacinas veterinárias e laboratórios de controlo de qualidade dos Estados-membros. Em parceria com os parceiros, o PANVAC tem sido determinante na promoção da transferência de tecnologias apropriadas para a produção de vacinas em África.

2. GESTÃO SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

a) Alterações climáticas

241. Desde 2008, a Comissão tornou-se num interlocutor importante e actor continental e global nas questões das alterações climáticas. Isto foi conseguido graças, em grande medida, à Decisão histórica da Conferência da UA adoptada em Fevereiro de 2009, que essencialmente traçou a via para a África “assumisse uma posição incomum” em matéria das negociações das alterações climáticas, tendo articulado a sua posição comum em torno das alterações climáticas e negociado essa posição com uma única voz. Posteriormente, várias decisões da Conferência criaram e aprimoraram os mecanismos de coordenação, tendo incumbido o Comité dos Chefes de Estado e de Governo sobre as Alterações Climáticas (CAHOSSC) a fornecer a orientação política ao processo de negociação. O CAHOSSC tem estado a fornecer a tão necessária orientação e direcção em questões estratégicas ao longo dos três últimos anos para a participação efectiva de África na COP15 realizada em Copenhaga, Dinamarca em 2009; na COP16 realizada em Cancun, México, em 2010; e recentemente a COP17 realizada em Durban, África do Sul, em Novembro de 2011.

242. Em conformidade com a Decisão da Conferência de erguer um Pavilhão Africano na COP17/CMP17 em Durban, a Comissão, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNECA e o Governo da República da África do Sul, montou com sucesso um Pavilhão Africano que acolheu uma série de mesas redondas, eventos paralelos, exposições e painéis de alto nível, proporcionando, assim, a oportunidade para os actores demonstrarem a forma como a África encara as preocupações em torno das alterações climáticas, não como uma simples vítima passiva, mas igualmente como uma parte activa empenhada em encontrar soluções sustentáveis para si.

243. Lições importantes foram apreendidas desta experiência tão gratificante, sendo que a África deve coordenar e se organizar melhor e actuar em uníssono se tiver que alcançar resultados desejados quando interage com o resto do mundo. Na verdade, foi com base nesse reconhecimento que a Conferência adoptou uma Decisão em Julho de 2011, no sentido de reforçar a coordenação não só a nível técnico, mas igualmente a nível político, para uma participação efectiva de África na próxima Conferência das NU sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), conhecida igualmente por Rio+20. A Comissão, junto com a UNECA, o BAD, UNEP e outros, tem estado a facilitar o *processo preparatório de África para a Rio+20*, que conduziu à elaboração da Declaração do Consenso de África, que será submetida à apreciação da Conferência

em Janeiro de 2012, antes de ser apresentada na Conferência Rio+20 em Junho de 2012.

244. A Comissão tem estado activamente engajada em fornecer a tão necessária facilitação da coordenação desses esforços e em tempo oportuno reforçou a capacidade dos actores africanos. Foi elaborada uma *Estratégia sobre as Alterações Climáticas para África* e esta aguarda pela homologação da Mesa da Conferência dos Ministros Africanos do Meio Ambiente (AMCEN). Foi criada uma *Unidade de Alterações Climáticas e Desertificação* no seio da Comissão e está actualmente em curso o trabalho para a sua operacionalização.

b) Redução do Risco de Catástrofes

245. Em reconhecimento da vulnerabilidade de África em relação às catástrofes como seca, inundações, ciclones, etc. a Comissão, em colaboração com os parceiros, tem estado a mobilizar os Estados-membros, CERs e outros actores, para estabelecer sistemas, mecanismos e capacidades para fazer a transição da gestão das crises para a gestão de riscos das catástrofes. Esses esforços conduziram ao longo dos últimos anos a dois êxitos inter-relacionados que são: (a) formulação e adopção de um Programa de Acção para a execução da Estratégia Regional de África para a Redução do Risco de Catástrofes (2006 – 2015), que fornece a orientação estratégica para as intervenções no âmbito da redução do risco de catástrofes dos Estados-membros e CERs, parceiros de desenvolvimento – com base nos quais foram agora implementados na maioria dos Estados-membros e CERs mecanismos e quadros legislativos. A Comissão deu um passo importante no sentido de reforçar a coordenação e a assistência técnica ao nível regional através da criação e operacionalização do Grupo de Trabalho Africano sobre Redução do Risco de Catástrofes em Março de 2011; e (b) início do Projecto Africano de Capacitação em matéria de Riscos, que prevê uma entidade africana financeira independente que irá proporcionar fundos de contingência oportuno, fiáveis e acessíveis aos governos africanos, em caso de seca severa através da partilha do risco no continente. Juntos, acredita-se que essas iniciativas irão contribuir para uma melhor preparação, uma melhor resposta e maior resistência das economias africanas em relação às catástrofes naturais.

c) O Sistema Africano para Vigilância do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD)

246. Através da execução do AMESD, foi possível (a) melhorar o acesso pelos utentes africanos aos dados básicos existentes de observação da terra, terreno e auxiliares; (b) criar serviços de informação operacionais para melhorar os processos de tomada de decisão; (c) reforçar os quadros políticos e de políticas de desenvolvimento para assegurar a participação activa e sustentável dos governos africanos nas iniciativas globais de vigilância ambiental; e (d) assegurar um nível técnico adequado dos actores africanos do AMESD. O envolvimento dos parceiros pela Comissão (principalmente a UE e as CERs) nas opções para suprir essas necessidades significativas em termos de capacidade de uma forma sustentável, resultou num acordo para a continuação do apoio durante a segunda fase, em termos de financiamento do Projectos de Monitorização da Segurança Ambiental em África (MESA).

247. Além disso, a *Iniciativa do Desenvolvimento Climático para o Desenvolvimento em África* (ClimDEV África), um dos programas em que a Comissão se associou ao BAD e à UNECA para liderar, está agora operacional, melhorando a capacidade de África aceder e utilizar informações climatéricas para efeitos de formulação de políticas.

248. A Comissão, em colaboração com os parceiros, realizou a Primeira Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Meteorologia em Abril de 2012, que criou efectivamente a Conferência Ministerial Africana da Meteorologia (AMCOMET), cuja preocupação imediata seria facilitar a preparação de uma estratégia africana integrada sobre a meteorologia e um quadro para acção relacionado.

d) Gestão Transfronteiriça das Florestas

249. No quadro da revitalização da contribuição das florestas e outros recursos biológicos para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza em África, a Comissão tem estado a trabalhar com as CERs e as Comissões Regionais sobre as Florestas (*Commission sur les Forêts en Afrique centrale (COMIFAC)*, *ECCAS*, *CENSAD*, *Mano River Union*, etc.), no sentido de reforçar a colaboração regional na gestão dos recursos florestais através da harmonização de políticas e capacitação, desenvolvendo sistemas e mecanismos de gestão transfronteiriça de florestas.

e) A Iniciativa da Grande Muralha Verde para o Sahara e Sahel (IGMVSS)

250. A execução da IGMVSS teve início em treze (13) Estados-membros participantes com a elaboração das estratégias nacionais e planos de acção, através do apoio técnico e financeiro disponibilizado graças à cooperação com a UE e a FAO. Com a criação pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da CENSAD de uma Agência Pan-Africana para a IGMVSS em Ndjamena, Chade, fase de execução plena da iniciativa deverá ser acelerada. A Comissão continuará a apoiar e a trabalhar com a Agência Pan-Africana para assegurar que os esforços sejam uniformizados e harmonizados com vista a obter melhores resultados.

f) Gestão dos Recursos Hídricos

251. Na sequência da Declaração de Sharm-el Sheikh de 2008 sobre Água e Saneamento, os esforços da Comissão, através do apoio técnico e financeiro fornecido pela Agência de Cooperação Internacional da Alemanha (GIZ), foram direccionados para a colaboração com o Conselho Ministerial Africano sobre a Água (AMCOW), com vista a instituir um mecanismo de monitorização (M&A) e avaliação destinado a acompanhar o progresso em direcção ao alcance dos compromissos de Sharm-el Sheikh pelos Estados-membros. O Formato para Apresentação de Relatórios de M&A sobre água e saneamento a nível nacional, foi elaborado e debatido no Comité Consultivo Técnico da AMCOW (EXCO), realizado em Outubro de 2011.

g) Projecto de capacitação sobre os Acordos Ambientais Multilaterais (AAMs)

252. Desde o seu lançamento em 2009, o Projecto tem estado a levar a cabo actividades no domínio da melhoria das aptidões dos negociadores africanos para negociação de questões relacionadas com as alterações climáticas, desertificação e mercúrio, entre outros, através da facilitação da formação, bem como da interacção entre os dirigentes políticos e peritos técnicos. Contribuiu igualmente para o aumento da consciencialização e do intercâmbio de informação através da instituição de instrumentos e estratégias de advocacia para melhorar a visibilidade; e para promover as convenções regionais e desenvolvimento de quadros reguladores e legislativos adequados e reforço institucional. Através deste projecto, tem sido possível apoiar os esforços das CERs e dos Estados-membros em efectuar consultas e avaliar as necessidades com vista a implementar as AAMs que conduzam à uma melhor gestão ambiental.

3. DESAFIOS/PROBLEMAS ENFRENTADOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO LEVADAS A CABO

a) Desafios

253. O desafio mais importante enfrentado em relação ao acompanhamento e coordenação da execução, tem sido a falta de um mecanismo claro de apresentação de relatórios e de monitorização entre os Estados-membros e a Comissão. Embora a Comissão apresente regularmente relatórios à Cimeira sobre progresso do que alcançou, não tem havido informação sobre o progresso real na implementação dos programas/iniciativas a nível dos Estados-membros. Como resultado disso, há poucas maneiras de se saber de essas decisões foram de facto implementadas ou não. Na ausência dessa informação, tem sido difícil formular e coordenar o apoio para execução.

254. Mais de 90% do financiamento para apoiar a execução dos programas tem sido disponibilizado pelos parceiros. Naturalmente que isto suscita questões fundamentais em termos de apropriação e sustentabilidade desses programas. Isto causou igualmente preocupações sobre a fiabilidade dos programas.

255. A estrutura da Comissão já não está à altura do volume de trabalho que tem estado a aumentar com o tempo. A insuficiência de recursos humanos tem sido um desafio muito sério.

b) Soluções e acções propostas e levadas a cabo

256. Tem havido esforços no sentido de formular quadros de responsabilização mútua para acompanhar o progresso na implementação do Programa Alargado para o Desenvolvimento da Agricultura em África e os resultados têm sido encorajadores. Analisou-se seriamente a possibilidade da planificação conjunta pela Comissão, pela NPCA-UA e pelas CERs na coordenação do CAADP. Esses esforços devem ser intensificados e mantidos, empreendemos igualmente metodologias semelhantes em

outras áreas. Além disso, é necessário que os Estados-membros ponderem seriamente em implementar as decisões que adoptaram colectivamente nas Cimeiras da UA.

257. A Comissão tem estado a envidar esforços para ultrapassar o desafio da dependência do apoio fragmentado dos doadores, encetando contactos com os parceiros para uma planificação multianual e apoio orçamental para as actividades relacionadas do CAADP. Há uma experiência encorajadora que potenciou a atribuição de forma judiciosa os recursos para implementar os programas no domínio da agricultura e segurança alimentar. É isto que deve ser encorajado, no quadro dos contactos com outros parceiros.

258. É necessário que se volte a analisar urgentemente a estrutura organizacional da Comissão, com vista a tornar possível recrutar um número suficiente de pessoal qualificado para apresentar resultados. Actualmente, a Comissão tenta resolver o problema da insuficiência de pessoal através de peritos de curto prazo e do destacamento de pessoal feito pelos parceiros (FAO, GIZ, UNISDR, PAM), para suprir as actuais insuficiências significativas em termos de pessoal. Esta situação manter-se-á até que seja encontrada uma solução duradoura fazendo previsões adequadas na estrutura.

III.4. INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS FINANCEIROS E ACTIVOS

1. ACOMPANHAMENTO DO G8 E G20

259. A Sessão de Sensibilização G8-África teve lugar em Deauville, França, em 27 de Maio de 2011. Entre os assuntos discutidos figuravam a paz, a segurança e a governação; questões de desenvolvimento, incluindo o crescimento económico, a integração regional, Alterações Climáticas e acesso à energia; e a responsabilidade mútua, com base em relatórios elaborados pelas partes Africana e do G8. Significativamente, a Cimeira de Deauville reconheceu a África como um novo pólo de crescimento global, mas que os desafios permanecem inalterados, especialmente os referentes ao desenvolvimento dos Países Menos Desenvolvidos (PMDs).

260. No que diz respeito à paz e segurança, a Cimeira reiterou o seu compromisso de continuar engajada de forma construtiva na Somália e apoiar os esforços internacionais para assegurar a paz e a estabilidade no país. Relativamente ao desenvolvimento, a Sessão de Intervenção/Assistência Directa do G8 comprometeu-se a apoiar os processos de integração regional da África, as zonas de comércio livre e a plena execução do Programa Mínimo de Integração (MIP) da União Africana. Foi colocada ênfase igualmente no apoio à eficiência dos principais corredores comerciais, processos de liberalização do comércio, bem como a exploração de opções de negociação para a conclusão bem-sucedida da Ronda de Doha. No entanto, convém salientar que os Ministros do Comércio na sua Oitava Sessão, realizada em Acra, Gana, de 29 de Novembro a 3 de Dezembro de 2011, ressaltaram que quaisquer novas abordagens feitas pelos membros da OMC para desbloquear o actual impasse na Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA), deve ser multilateralmente aceitável e de acordo com os princípios básicos da Nação Mais Favorecida (MFN). Os Ministros opuseram-se

igualmente de forma vigorosa a qualquer tentativa de acrescentar “novas questões” à agenda da DDA da OMC, antes que as questões de interesse para os PMDs, o Tratamento Especial e Diferencial (S&DT) e as preocupações com respeito à implementação sejam devidamente discutidos.

261. Quanto à responsabilização mútua, o G8 e a África empenharam-se em honrar os seus compromissos, com a reafirmação pelo G8 dos seus compromissos sobre a Ajuda ao Desenvolvimento Ultramarino (APD) e a eficácia da ajuda, com vista a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, reforçar o crescimento económico e a criação de emprego, e enfrentar os desafios globais. Em vista do exposto, é, no entanto, difícil imaginar como os compromissos do G8 sobre a APD serão mantidos à luz da crise em curso na zona Euro, incertezas acrescidas na economia global e a recuperação económica reticente em muitas economias industrializadas do G8. A África deve, portanto, preparar-se para possíveis reduções da APD de curto a médio prazos e das despesas que estarão muito abaixo da meta da ONU de 0,7 por cento do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos países doadores. Em vez disso, o continente deve colocar maior ênfase à mobilização de recursos internos, mecanismos de financiamento inovadores e identificar como poderá desempenhar um papel mais forte no reequilíbrio global.

III.5. INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE PRODUÇÃO

1. AGRICULTURA (CAADP, CRISE ALIMENTAR)

262. Três preocupações interligadas do desenvolvimento estratégico e central orientaram o trabalho da Comissão nos sectores da agricultura, segurança alimentar, desenvolvimento rural e ambiente e gestão de recursos naturais, nomeadamente:

- (i) fazer avançar a Agenda do Programa de Integridade para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), através da mobilização de apoio político, técnico e financeiro;
- (ii) maior coordenação da implementação de projectos emblemáticos nos termos das decisões pertinentes da UA;
- (iii) promoção da gestão sustentável do ambiente e recursos naturais.

a) Progressos na coordenação da Implementação do CAADP

263. Progressos significativos foram registados no avanço da Agenda do CAADP, podendo ser medidos em termos de mobilização de compromissos políticos, harmonização das políticas e estratégias, e mobilização de recursos de investimento para implementação. O número de Estados-membros que assinaram os seus pactos do CAADP nacional, que foi apenas um (o Ruanda) antes de 2008, chegou agora a trinta

(30)⁴, com muitos outros a caminho ou em vias de o fazer. Vinte e Um (21) Estados-membros concluíram com êxito a formulação de planos de investimento nacional do CAADP, que igualmente foram revistos de forma independente, dos quais quinze (15) tiveram as suas reuniões de negócios e acordadas as modalidades de financiamento.

264. Resultados encorajadores foram registados, visto que uma série de Estados-membros aumentaram as dotações orçamentais para o sector da agricultura, embora poucos até agora alcançaram as metas estabelecidas de 10%. Estatísticas recentes indicam que até nove (9) países destacam-se como tendo atingido ou ultrapassado a meta de 10%. Um outro grupo de nove (9) países⁵ despende actualmente entre 5 e 10 por cento, com uma tendência crescente. Espera-se que essa tendência positiva venha a ser reforçada com a operacionalização dos planos de investimento.

265. A Operacionalização dos planos de investimento implica necessariamente a mobilização do sector privado. A este respeito, a Comissão, em colaboração com a UA-NPCA, Estados-membros, CERs e parceiros, tem vindo a trabalhar no sentido de mobilizar empresas do sector privado nacionais, regionais e globais para investir numa série de oportunidades criadas pelos Estados-membros. Construindo com base em modelos de parceria inicial orientados pelo Fórum Económico Mundial, a Comissão, juntamente com a NPCA, e em parceria com o Fórum Económico do Banco Mundial, criou um Grupo de Trabalho sobre o Crescimento e Investimento Agrícolas para apoiar os governos no envolvimento de parcerias do sector privado com vista a financiar prioridades nacionais identificadas no CAADP. Até Novembro de 2011, sete (7) Estados-membros⁶ beneficiaram de apoio para o desenvolvimento de projectos de investimentos que estão a ser usados para reagrupar empresas do sector privado, a fim de colaborar com governos e assinar acordos de investimento.

266. Por outro lado, a Comissão, em colaboração com a NPCA e as CERs, fez igualmente progressos significativos na mobilização da comunidade dos Parceiros de Desenvolvimento, para a coordenação, harmonização e o alinhamento da ajuda ao desenvolvimento para a agricultura africana, através do CAADP e em conformidade com a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda e a Agenda de Acra para Acção. Por exemplo, em Novembro de 2011, sete (7) Estados-membros⁷ beneficiaram de recursos do Fundo Fiduciário de GAFSP para apoiar o financiamento dos seus planos de investimento nacionais com base na sua demonstração de princípios do CAADP. Isto é em adição ao que os Estados-membros asseguram como financiamento do investimento através de financiamentos bilaterais⁸ visados a apoiar a implementação do CAADP.

⁴ Estes incluem: Benin, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, República Centro Africana, RDC, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Cote d'Ivoire, Quênia, Libéria, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Sierra Leone, Senegal, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabue.

⁵ Burkina Faso, Etiópia, Gana, Guiné Conacri, Malawi, Mali, Níger, Ruanda e Senegal.

⁶ Burkina Faso, Etiópia, Gana, Quênia, Moçambique, Ruanda e Tanzânia.

⁷ Etiópia, Libéria, Níger, Ruanda, Sierra Leone e Togo

⁸ Por exemplo, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID atribuiu recursos substanciais através do seu Programa Futuro de Alimentação em apoio ao CAADP; outros parceiros como o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Alemanha através da Cooperação Técnica Alemã (GIZ), o Canadá, a Holanda, a Espanha, a Itália, entre outros, estão também a apoiar uma série de programas baseados no CAADP ao nível nacional.

267. Mecanismos credíveis para facilitar compromissos de parceria eficazes são criados como parte deste processo de alinhamento e fortalecimento desses compromissos. A Plataforma de Parceria do CAADP (CAADP PP) está a ser cada vez mais utilizada como um instrumento importante para a planificação, avaliação conjunta dos progressos e a partilha de experiências na implementação do CAADP, inculcando um sentido de responsabilidade mútua. A criação e operacionalização de um sistema M&E, que fornece informações actualizadas, com base em indicadores acordados por todos os interessados africanos, sobre os progressos no desempenho agrícola em todo o continente e ao nível nacional. Um Quadro de Responsabilidade Mútua (MAF) igualmente foi desenvolvido, com recurso aos resultados do M&E do CAADP, juntamente com um conjunto adicional de indicadores de prestação de contas para facilitar a revisão, o diálogo e, portanto, aumentar a responsabilidade entre as partes interessadas. Mecanismos como a revisão do sector agrícola ao nível nacional, e Plataformas de Parceria anual do CAADP estão cada vez mais a ser usados como Plataformas de revisão e diálogo na promoção da responsabilidade pelos resultados da actividade agrícola.

268. Um outro aspecto crucial do processo do CAADP foi reforçar a capacidade das principais instituições africanas aos níveis regional e continental, de modo a poder facilitar e apoiar um lançamento eficaz do quadro do CAADP aos níveis nacional e regional, em bases sustentáveis. Essas instituições incluem, em primeiro lugar, a Comissão, NPCA, CERs e instituições pilares de vanguarda, mas igualmente outros actores, como organizações de agricultores, que têm mandatos e papéis claros para facilitar a coordenação da implementação do CAADP. Neste sentido, um Fundo Fiduciário de Multi-Doadores foi criado no Banco Mundial, e recursos foram subsequentemente disponibilizados para apoiar uma série destas instituições com vista a aumentar as suas capacidades e desempenhar os seus respectivos papéis na implementação do CAADP. O Fundo Fiduciário de Multi-Doadores⁹ tem sido igualmente instrumental no apoio aos processos ao nível nacional, para a preparação e posterior assinatura dos acordos do CAADP, assim como durante os compromissos pós-acordos destinados a preparar planos de investimento. Instituições africanas com mandatos e papéis regionais e continentais na implementação do CAADP beneficiaram igualmente de apoio dos parceiros¹⁰ para o reforço de capacidades.

III.6. INTEGRAÇÃO E REFORÇO DE CAPACIDADES NA ÁREA COMERCIAL

1. COMÉRCIO INTRA-AFRICANO

269. Em preparação para a Cimeira de Janeiro de 2012 sobre o Reforço do Comércio Intra-Africano, a Comissão organizou um retiro em Kuriftu, Etiópia, entre 25 e 27 de Outubro de 2011, com intervenientes de base, visando recolher as suas contribuições sobre uma série de documentos, destinados a impulsionar o Comércio Intra-Africano. Estes constituem um quadro proposto para o rápido controle de uma zona de comércio livre continental (FTA): Roteiro, Arquitectura e Mecanismo de Acompanhamento e

⁹ A Comissão Europeia, Grã-Bretanha, França, Irlanda, Holanda, e os EUA contribuíram para o MDTF

¹⁰ Estes incluem a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Cooperação Técnica Internacional Alemã (GIZ), entre outros.

Avaliação, conforme solicitado pela última Cimeira, e um Plano de Acção sobre o Reforço do Comércio Intra-Africano. As Câmaras de Comércio, o sector privado e instituições comerciais e centros de pesquisa contribuíram enriquecendo os documentos com a sua experiência no terreno.

270. No mesmo contexto, a Comissão, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), organizou um Fórum de Comércio, no qual o Plano de Acção sobre o Reforço do Comércio Intra-Africano e o Quadro de Controlo rápido da zona de comércio livre continental (FTA): Roteiro, Arquitectura, Mecanismo de Monitorização e Avaliação foram apresentados aos funcionários de comércio dos Estados-membros, CERs e um grupo mais alargado do sector privado, sociedade civil, empresários, representantes das mulheres, etc. Um alto interesse foi demonstrado pelo projecto, tendo recomendações valiosas sido feitas para o enriquecimento dos documentos.

271. A Comissão igualmente organizou a 7ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana de Ministros do Comércio, de 29 de Novembro - 3 de Dezembro de 2011, em Acra, Gana. A Conferência Ministerial recomendou para adopção pela Conferência da UA, o Plano de Acção sobre o Reforço do Comércio Intra-Africano e o Quadro de Controlo rápido da Zona de comércio livre continental (FTA): Roteiro, Arquitectura e Mecanismo de Monitorização e Avaliação. A Conferência aprovou ainda uma Declaração sobre a OMC e o reforço do Comércio Intra-Africano.

2. ALFÂNDEGAS

272. A Comissão prosseguiu com os seus trabalhos sobre a harmonização dos procedimentos, normas e regulamentos aduaneiros. A Comissão fez um balanço e reflectiu sobre os procedimentos de trânsito aplicáveis no âmbito das Comunidades Económicas Regionais, a fim de harmonizá-los, e elaborou um Projecto de Protocolo sobre o Trânsito. Espera-se que uma vez adoptado o Protocolo, este facilitará alguns dos principais desafios enfrentados pelos Estados-membros no manuseamento de mercadorias em trânsito.

273. A Comissão produziu igualmente um Projecto de Declaração de Políticas sobre a Interconectividade dos Sistemas Aduaneiros Informatizados. Esta declaração visa contribuir para um entendimento comum e aumentar o foco sobre a necessidade de sistemas aduaneiros interligados informatizados e contribuir para a ampla agenda de facilitação do comércio no âmbito do estabelecimento de zonas de comércio livres, uniões aduaneiras e promover acordos sobre os mesmos ao nível continental, conforme previsto no Tratado de Abuja.

3. NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS

a) 8ª Conferência Ministerial da OMC

274. Como parte dos preparativos para a 8ª Sessão da Conferência Ministerial da OMC (MC8), realizada em Genebra, Suíça, de 15 a 17 de Dezembro de 2011, a

Comissão organizou um *workshop* preparatório em Acra, Gana, em 27 e 28 de Novembro de 2011. O *workshop* proporcionou um fórum para a troca de opiniões sobre questões de negociação fundamentais, o clima político para as negociações e a necessidade de consolidar a instituição com base em regras, que é a OMC, nos preparativos para a 8ª Conferência da OMC. Ela igualmente preparou os países africanos para uma activa participação na Conferência, com uma visão unificada.

III.7. PAPEL DE TODOS OS ACTORES NA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO (SECTOR PÚBLICO, SECTOR PRIVADO, SOCIEDADE CIVIL E DIÁSPORA)

275. Nesta área, as actividades da Comissão centraram-se no seguinte: implementação do Programa da Diáspora da UA, Programa de Formação para as OSC na compreensão da UA e apoio para a **ECOSOCC**.

1. OS CIDADÃOS E A DIÁSPORA AFRICANOS

a) Programa da Diáspora

276. O principal impulso dos esforços foi a implementação do Programa da Diáspora na liderança até à Cimeira Mundial da Diáspora agendada para ter lugar em Pretória, África do Sul, em 25 de Maio de 2012.

277. Na sequência da adopção do Roteiro através da Decisão Assembly/AU/Dec.354 (XVI) pela Conferência da UA em Adis Abeba, em Janeiro de 2011, a Comissão, em estreita colaboração com a República da África do Sul, continuou a dar passos firmes e acumulativos para a implementação do Roteiro e consolidar os preparativos eficazes para a Cimeira Mundial da Diáspora Africana.

278. Um importante aspecto do Roteiro foi, entre outros, a convocação de um Seminário de Especialistas Técnicos em Pretória, África do Sul, em Fevereiro de 2011, para rever e actualizar os documentos resultantes da Reunião Ministerial de 2007, à luz dos desenvolvimentos que tiveram lugar desde então nos domínios programático, organizacional, político, económico e social. O relatório do referido *workshop* foi submetido aos órgãos deliberativos (CRP, Conselho e Conferência da UA), em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho/Julho de 2011. Com a sua Decisão Assembly/AU/Dec.367 (XVII), a Conferência determinou que o resultado da Reunião de Peritos Técnicos e os aspectos relacionados com o relatório de actividades sobre a implementação do Roteiro da Diáspora fossem submetidos a uma Segunda Conferência Ministerial, a ter lugar à margem da Conferência Geral da ONU, em 24 de Setembro de 2011.

279. A reunião ministerial realizou-se conforme o programado. Os seus objectivos foram três: usar os resultados da reunião de Especialistas Técnicos com vista a melhorar os documentos ministeriais e actualizá-los de modo a ter em conta os desenvolvimentos significativos que tiveram lugar desde 2008; promover um entendimento comum entre os africanos no continente e na diáspora, com particular ênfase em assegurar um acordo sobre as questões não resolvidas na reunião

ministerial de 2007; e estabelecer um quadro de acção que servirá como uma carta mundial para a Iniciativa da Diáspora.

280. A Conferência Ministerial foi muito bem-sucedida. Um relatório completo da reunião com os seus resultados e recomendações está a ser apresentados à sessão em curso do Conselho Executivo, para apreciação. A Conferência Ministerial sublinhou a necessidade da União destinar recursos apropriados para o programa da diáspora e implementar fielmente as prioridades do programa da Diáspora, conforme aprovado no Roteiro. Os ministros comprometeram-se ainda a assegurar que as prioridades definidas no orçamento programa actual para 2012, venham a reflectir essa preocupação. Finalmente, a Conferência Ministerial enfatizou que o programa da diáspora não começa e termina com a Cimeira da Diáspora. Trabalho muito mais importante será feito, a medida que a União se engajar na monitorização e nos processos de implementação dos resultados da Cimeira.

b) Consulta de Alto Nível da Diáspora, Nova Iorque, 26 de Outubro de 2011

281. À luz desta indicação, e em conformidade com as disposições do Roteiro, a Comissão da UA, através do CIDO e da Missão Permanente em Nova Iorque, organizou uma Reunião Consultiva de alto nível da Diáspora, em Nova Iorque, em 06 de Outubro de 2011, para sensibilizar a comunidade da diáspora em Nova Iorque e os EUA em torno da visão, missões, programas e actividades da UA em geral e mobilizar a comunidade da diáspora sobre os resultados da Reunião Ministerial e os preparativos consequentes para a Cimeira Mundial da Diáspora. A reunião contou com a presença de vários participantes de alto nível do sistema da ONU, a comunidade diplomática africana, bem como representantes da diáspora de todas as esferas da vida, entre os quais, o Embaixador Dudley Thompson, Martin Luther King Júnior e o Presidente da Conferência dos Presidentes de Câmaras africanos. A reunião decidiu criar um Painel Consultivo composto de Eminentes Personalidades, para apoiar o seu trabalho.

c) Facilitar a participação de CSO no processo político: *Workshop* sobre a Compreensão da UA

282. A Comissão deu início a um programa de formação anual para organizações da Sociedade Civil Africanas, com um *Workshop* realizado em Abuja, Nigéria, de 21 a 23 de Julho de 2011. O objectivo do programa foi facilitar a interacção produtiva de CSO com os Estados-membros e outras partes interessadas, a fim de cumprir o objectivo do Acto Constitutivo da União de criação de uma comunidade voltada para as pessoas na União.

283. Os objectivos específicos deste *workshop* foram três: familiarizar as OSC com a filosofia e orientação da União Africana, visto que esta desenvolveu inclusive o seu direito fundamental, o Acto Constitutivo da União e a visão, missão e plano estratégico da Comissão; informar as OSC sobre as realidades dos processos de formulação de políticas, estruturas e órgãos envolvidos e os processos de pós-implementação da

Cimeira; e prover uma melhor compreensão da UA e dos seus órgãos principais, bem como explorar nestes contexto, os pontos de acesso e os mecanismos de interacção disponíveis para a sociedade civil, e como podem os mesmos ser otimizados para os desígnios da União em geral e os interesses da sociedade civil, em particular.

284. O *Workshop*, que decorreu em colaboração com a Oxfam Internacional por intermédio do seu Escritório de Ligação em Adis Abeba, gerou grande interesse e alcançou resultados importantes e valiosos. Aumentou a compreensão das CSO em relação à UA e suas estruturas e processos entre a sociedade civil. Por outro lado, serviu igualmente para aprofundar a mesma compreensão no seio da Comissão e da União em geral sobre os requisitos, os papéis e as responsabilidades da sociedade civil e como as suas actividades podem apoiar a UA e os seus Estados-membros para o alcance da paz, segurança e desenvolvimento no continente.

d) Instituição e Capacitação: Apoio ao ECOSOCC

285. De acordo com a Decisão EX.CL/Dec.633 (XVIII) do Conselho Executivo de Janeiro de 2011, a Comissão, através do seu Secretariado, localizado na Direcção de CIDO, continua a dar um apoio eficaz para a operacionalização do ECOSOCC.

286. Assim, a Comissão apoiou a Organização da 6ª Sessão Ordinária da Comissão Permanente do ECOSOCC na Diáspora, em Porto de Espanha, Trindade e Tobago, em Julho de 2011. A Comissão Permanente tomou várias decisões importantes e aprovou o Relatório do ECOSOCC submetido ao Conselho e à Conferência da UA em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho/Julho de 2011. Subsequentemente, a Décima Nona Sessão Ordinária do Conselho Executivo aprovou a decisão do Comité Permanente de convocar a 4ª Sessão Ordinária da Assembleia do ECOSOCC, em Outubro de 2011, em Nairobi, Quénia, e solicitou ainda o Comité Permanente a tomar medidas apropriadas para garantir a organização de eleições a médio prazo, bem como as subsequentes eleições para a Assembleia Geral em 2012, e concluir e apresentar um relatório quadro sobre a operacionalização dos Grupos em Junho/Julho de 2012. A Comissão apoiou eficazmente a organização da 4ª Sessão Ordinária que supervisionou as eleições intercalares em Nairobi, Quénia, de 30 de Outubro - 3 de Novembro de 2011. Esta sessão do ECOSOCC realizou-se, mesmo havendo algumas preocupações sobre a situação de segurança com respeito ao conflito na Somália. A Comissão gostaria de agradecer o Governo do Quénia que acolheu o evento, pelo seu apoio visando garantir a segurança e a protecção de todos os delegados e a organização bem-sucedida da reunião.

2. SEGUNDO CONGRESSO DOS ECONOMISTAS AFRICANOS

287. O Segundo Congresso dos Economistas Africanos realizado em Abidjan, de 24 a 26 de Novembro de 2011, realiza-se em cada dois anos com o objectivo de procurar dar resposta às maiores preocupações económicas e sociais com que se confronta a África. O Congresso dos Economistas Africanos, que está na sua segunda edição, tem uma especificidade particularidade comparada com os fóruns clássicos de economistas

que se realizam em África e no exterior. A primeira particularidade deste Congresso é que é obra da UA na sua missão de levar a bom porto a Agenda da Integração regional e continental. A sua segunda particularidade reside no facto de que Congresso congrega ao mesmo tempo economistas residentes em África e os da Diáspora. A terceira particularidade do Congresso está ligada o facto de ser exclusivamente concebido e organizado pelos africanos e para os africanos. Neste sentido, é palco privilegiado dos economistas africanos de todas as tendências filosóficas, para produzir o intercâmbio de ideias necessário à concepção de modelos económicos susceptíveis de assegurar a emancipação económica acelerada da África.

288. Este quadro de reflexão estratégica da União Africana é uma janela aberta aos economistas africanos, permitindo-lhes contribuir para a implementação da Agenda de Integração económica e política do nosso continente, O objectivo pretendido é o de permitir uma interacção entre os decisores políticos e económicos e os intelectuais a fim de que estes últimos possam colocar a sua ciência e saber ao serviço do desenvolvimento do seu continente e contribuir deste modo para enriquecer as reflexões e as tomada de posição dos decisores africanos sobre questões de importância estratégica para o continente. É evidente que África não se vai desenvolver com ideias do exterior Deve encontrar no seu seio o génio necessário para ultrapassar os desafios do mundo prestando igualmente o seu tributo no concerto da comunidade internacional.

289. O tema do Congresso de Abidjan ***“Como realizar um crescimento económico sólido e duradouro em África, a fim de extinguir o desemprego e apoiar a dinâmica da integração continental”*** é de especial actualidade. Hoje, é uma realidade evidente que o desemprego é uma “tragédia” para a juventude africana e um “pesadelo” para os dirigentes africanos. Para os jovens do continente, encontrar o primeiro emprego se revela um desalento. Muitos de entre eles permanecem na fronteira do mercado do trabalho sem jamais poder entrar antes de serem atingidos pela idade de reforma nos seus países. O desemprego, em toda a sua diversidade, constitui o quotidiano da maioria dos jovens africanos. Esta desoladora situação conduz muitos deles a tentar a aventura da migração com perigo a própria vida. Quanto aos dirigentes africanos, estes vêm o seu sono perturbado pelo desemprego e seus efeitos que caracterizam a juventude dos seus países Criar um crescimento sólido e duradouro para extinguir o desemprego constitui portanto para eles uma equação com muitas incógnitas difíceis de resolver. Da sua aptidão para resolver uma tal equação depende fortemente da estabilidade política e social dos seus países.

290. A correlação entre o crescimento e o emprego foi várias vezes testada pelos economistas. Em geral, admite-se que um crescimento sólido está dá origem a numerosos postos de trabalho devido ao seu efeito multiplicador que conduz ao aumento de receitas, a solvência da procura, aumento de investimentos, etc. O efeito positivo do crescimento sobre o emprego é uma realidade em África? Noutros termos, o crescimento gerado pelas economias africanas produz emprego? Na realidade, parece que o crescimento atingido pela maioria das economias africanas produz um impacto quase nulo ou muito limitado sobre a inversão do desemprego em massa. Esta situação paradoxal leva-nos a uma série de interrogações. Haverá vários tipos de crescimento?

Haverá crescimentos que geram emprego e os que não o fazem? Porquê o crescimento em África é menos gerador de emprego?

291. A tentativa de respostas a estas perguntas pode deixar antever duas grandes preocupações para África, nomeadamente: Como criar um crescimento sólido e duradouro e que tipo de crescimento será necessário criar para extinguir o desemprego? Estas duas últimas questões estiveram no centro das atenções do Congresso de Abidjan e suas recomendações contribuirão sem dúvida para iluminar os cenários de busca de soluções para a questão do emprego e devolver esperança a juventude africana.

III.8. PARCERIA E RELAÇÕES COM O MUNDO

1. PARCERIAS CONTÍNUAS

a) O II Fórum da União Africana (UA) - Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a Promoção e a Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos em África e Américas

292. Após o Primeiro Fórum intitulado: "Ponte da Democracia. Esforços Regionais e Multilaterais para a Promoção e Defesa da Democracia em África e nas Américas" na Sede da OEA, realizada em Washington DC, em Junho de 2007, foi a vez da Comissão da União Africana (CUA) acolher em Adis Abeba, o II Fórum com o tema "Desafios e Oportunidades na Promoção e Defesa da Democracia e Direitos Humanos em África e das Américas", de 12 a 13 de Outubro de 2011.

293. O Fórum contou com a presença de representantes de 28 Estados-membros da União Africana e 9 Estados-membros da OEA, bem como representantes da ECA, IDEA Internacional, que providenciou apoio financeiro, bem como os órgãos operacionais da UA e OEA em matéria de Democracia e Direitos Humanos.

294. O Fórum de dois dias, realizado através de dois Painéis e três Grupos de Trabalho simultâneo de especialistas, teve como objectivo o intercâmbio de conhecimentos, melhores práticas e experiências sobre o estado da Democracia e dos Direitos Humanos em África e nas Américas, bem como os desafios e soluções; informando sobre o contexto dos instrumentos regionais destinados a promover e a proteger a democracia e os direitos humanos; promovendo os laços entre as autoridades e especialistas das duas regiões e instituições em seus respectivos trabalhos sobre democracia e direitos humanos; e o desenvolvimento de um quadro comum para a participação da sociedade civil na promoção da democracia e dos direitos humanos nas duas regiões.

295. Um dos três Grupos de Trabalho centrou-se igualmente em Mecanismos de Prevenção e Resolução de Conflitos nas duas regiões. Os peritos da UA discutiram a Arquitectura Africana de Paz e Segurança e os seus principais pilares e identificaram igualmente os desafios enfrentados pela Paz e Segurança em África, incluindo a falta

de uma capacidade punitiva eficaz e máquinas para punir os autores de insegurança e de financiamento para a manutenção da paz e segurança no continente.

296. Por seu turno, os peritos da OEA indicaram que havia um nível de conflito reduzido em sua região por causa da partilha de valores comuns entre os Estados-membros, tais como o princípio da não-ingerência e não-intervenção, integridade territorial, respeito pela soberania e a resolução pacífica do conflito, que foi reflectido em vários instrumentos Interamericanos adoptados pelos Estados-membros. Em relação aos desafios, eles mencionaram como incorporar a sociedade civil em processos de resolução de conflitos e identificar e atrair fontes sustentáveis de financiamento de situações de conflito, entre outros.

297. Em geral, o Fórum foi um sucesso porque deu ênfase na busca de soluções para os desafios das Organizações e regiões nos domínios da democracia e dos direitos humanos. Reconheceu ainda a existência de convergência em determinadas áreas dos seus mandatos, que precisam de ser explorados em benefício de ambas as organizações. Além disso, igualmente reconheceu a necessidade de uma cooperação reforçada entre os dois órgãos regionais e o estabelecimento de mecanismos adequados para fazê-lo, tais como os Grupos de Trabalho contínuo, intercâmbio de pessoal, organização de actividades de formação conjunta e partilha de experiências e melhores práticas.

b) A 8ª Reunião de Altos Funcionários do Fórum sobre a Cooperação China – África (FOCAC)

298. No convite conjunto da China e Egipto, actuais países co-presidentes do processo do FOCAC, a Comissão participou na 8ª Reunião de Altos Funcionários da FOCAC em Hangzhou, na Província de Zhejiang da China, de 25 a 29 de Outubro de 2011 e foram admitidos como novos membros de pleno direito do FOCAC, o Sudão do Sul,

299. A reunião analisou um Relatório Chinês sobre a implementação na sequência das acções da 4ª Conferência Ministerial do FOCAC realizada no Egipto em Novembro de 2009. O Relatório destacou, entre outros, o facto de ter-se continuado a desenvolver consultas políticas e cooperação entre a China e África; houve apoio mútuo por cada posição sobre questões regionais e internacionais, bem como a confiança mútua entre si; cooperação económica e social dinâmica entre ambos os lados atingiu níveis mais elevados e o reforço institucional do FOCAC continuou a ser melhorado. Enquanto várias delegações expressaram satisfação e gratidão pelos resultados alcançados, eles observaram que na próxima década, o processo do FOCAC terá de prestar atenção a outras questões urgentes como matéria consular e jurídica, crimes organizados e a imigração clandestina, protecção da bacia do Congo, bem como a cooperação multilateral e a implementação da agenda da NEPAD, entre outros.

300. A reunião analisou igualmente os preparativos para a 5ª Conferência Ministerial do FOCAC, com o tema provisório de “Edificação da Parceria Estratégica de China – África”, que está programada para se realizar na China em meados de Julho de 2012.

301. Um incidente que merece destaque é quando o líder da delegação da CUA, o Embaixador John K. Shinkaiye, Chefe do Gabinete do Presidente da Comissão, foi dado a palavra para fazer o discurso de aceitação da CUA após a admissão da UA como membro de pleno direito do FOCAC, os Embaixadores da Guiné, Moçambique, Marrocos e a República Democrática do Congo (RDC) interromperam o seu discurso dando um ponto de ordem. Isso foi quando ele se referiu a Decisão da Conferência da União que estipulava que a Comissão deveria desempenhar um papel de coordenação na gestão das parcerias em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e representantes diplomáticos de África nas capitais dos países/regiões que tenham acordo de cooperação com a África. Embora Marrocos tenha declarado que não se opunha que a Comissão se tornasse membro de pleno direito do FOCAC, manifestou interesse que se definisse o seu papel. A Guiné, a RDC e Moçambique, por seu lado, afirmaram que não havia ainda nenhum acordo sobre a composição da Comissão, muito menos o seu papel e opuseram-se veementemente ao uso da expressão “coordenação de parcerias”.

302. Na sua reacção, algumas delegações como a do Gana, Quénia, Nigéria, Senegal e África do Sul aceitaram o papel da UA no processo do FOCAC e indicaram que na próxima década, haverá necessidade do FOCAC centrar-se igualmente no aspecto da cooperação multilateral, especialmente a agenda da NEPAD, para auxiliar na implementação de projectos principais de África.

303. Foi positivo observar que alguns Embaixadores em Pequim aceitaram o papel da UA no processo do FOCAC. Haverá necessidade dos Estados-membros esclarecerem e instruírem os seus representantes nos países onde a UA tem acordos de parceria sobre o seu papel e respeitarem as decisões da Conferência.

c) Décima Terceira sessão da Equipa de Trabalho Conjunta (JTF) África-UE

304. A Décima Terceira reunião da Equipa de Trabalho Conjunta (JTF) África-UE foi realizada em 19 de Outubro de 2011 em Adis Abeba, Etiópia. A reunião analisou a política e o diálogo de políticos entre a África e a UE, e explorou cooperação em novas áreas de interesse mútuo “para além do desenvolvimento”.

305. A reunião convidou Grupos Conjuntos de Peritos para centrarem-se na priorização de actividades e obtenção de resultados concretos através do desenvolvimento de roteiros claros, e destacou a urgência de explorar todas as formas possíveis, incluindo instrumentos novos e existentes, para apoiar a implementação do Plano de Acção da Estratégia Conjunta África – União Europeia (JAES), e garantir resultados mais concretos, tais como a criação do mecanismo de apoio técnico; a criação de um programa Pan-Africano, e a nova estratégia de comunicação da JAES.

306. A décima terceira reunião da Equipa de Trabalho Conjunta (JTF) África-UE também observou que tinham sido feitos alguns progressos entre parcerias embora desiguais. No entanto, reconheceu que alguns desafios continuavam a obstruir o ritmo normal da execução e sublinhou a necessidade de uma acção colectiva para resolvê-los. A reunião destacou igualmente a necessidade de olhar para o actual funcionamento

das estruturas e modalidades de trabalho, garantir uma avaliação dos progressos realizados em todas as parcerias e de reflectir sobre as formas de melhorar a sua eficácia. Sugeriu-se que se seguisse uma abordagem de duas perspectivas em que: i) iriam se introduzir alterações ao regime de trabalho das parcerias; e ii) uma estratégia a um prazo mais longo seria desenvolvida para enfrentar os desafios estruturais para além da Cimeira de Bruxelas em 2013, para que África e a UE possam colher todos os benefícios desta parceria estratégica.

307. Além disso, a 5ª Reunião Informal Conjunta do Grupo de Peritos (IJEG) da Parceria África-UE sobre a Governança Democrática e Direitos Humanos foi realizada nos dias 29 e 30 de Setembro de 2011, em Bruxelas, Bélgica. O 9º Diálogo de Direitos Humanos da UA-UE teve lugar em Bruxelas a 23 de Novembro de 2011. O Diálogo analisou e considerou acções relacionadas com a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, a celebração do 10º aniversário da Declaração e o Programa de Acção de Durban (DDPA), e o Direito ao Desenvolvimento. A reunião tomou nota das recomendações que emergiram do terceiro seminário África-UE, das organizações da Sociedade Civil (OSC) sobre os direitos humanos, realizada a 21 e 22 de Novembro de 2011. O Seminário proporcionou uma oportunidade para analisar perspectivas das Organizações da Sociedade Civil Africanas e Europeias sobre os Direitos à Habitação e de Conflito Pós-Eleitoral.

308. Em geral, deve notar-se que foram realizados progressos significativos na elevação das relações África-UE para um novo nível estratégico desde a adopção da Estratégia Conjunta África-UE (JAES), na Cimeira de Lisboa de Dezembro de 2007. Desde então, muito esforço tem sido exercido por ambos os lados para implementar a JAES e seus sucessivos Planos de Acção. Não obstante os progressos registados, uma série de desafios ainda persistem. Estes incluem a insuficiente participação de todos os intervenientes no processo de implementação e um enfoque inadequado na dimensão do desenvolvimento. A falta de financiamento dedicado para a JAES também continua a ser um grande impedimento para a sua execução. Nesse sentido, a Comissão continuará a envolver a parte da UE a fim de encontrar uma solução duradoura para o problema, incluindo a possibilidade de criação de um Mecanismo de Integração Africana ou uma alternativa apropriada como uma solução de longo prazo. Entretanto, as consultas com as Comunidades Económicas Regionais estão em curso, para aumentar a sinergia entre a JAES e os programas Indicativos Regionais. A JAES prevê um determinado número de promessas para os povos de África e da UE. Consequentemente, todos os intervenientes em ambos os lados necessitam de intensificar os esforços para garantir o sucesso da implementação da JAES e seus sucessivos Planos de Acção. A Comissão continuará a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-membros, as CERs, a sociedade civil, o Parlamento Pan-Africano e o sector privado, entre outros, para assegurar a realização dos objectivos da Estratégia Conjunta.

d) 7ª Reunião do Conselho de Administração da Coligação para o Diálogo sobre a África (CoDA)

309. Particpei na 7ª reunião do Conselho de Administração da Coligação para o Diálogo sobre África (CoDA), que teve lugar em Túnis, Tunísia, a 11 e 12 de Novembro de 2011. O evento foi realizado consecutivamente com o evento Anual da Fundação Mo Ibrahim a 12 e 13 de Novembro de 2011, durante o qual, entre outras coisas, o Prémio de Liderança Mo Ibrahim de África de 2011 foi concedido ao antigo Presidente de Cabo Verde, S. Excia., Sr. Pedro Pires.

310. A reunião do Conselho de Administração da CoDA analisou o relatório da CoDA, que incluía a Iniciativa de Política de Terra (LPI) e o Fórum de Políticas de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) da Terra em África: Riscos, Oportunidades e Desafios, que teve lugar em Lisboa, Portugal, a 7 de Junho de 2011. Considerou igualmente o evento de seguimento do Fórum de Lisboa, que foi organizado em Nairobi, Quênia, e que adoptou o Plano de Acção de Nairobi para Investimentos de Larga Escala Baseados na Terra em África. O Plano de Acção de Nairobi prevê que a CoDA deve desenvolver um plano de trabalho detalhado e um mecanismo de implementação para o plano, enquanto a Comissão foi encarregada de identificar um Painel de Alto Nível de Africanos para apoiar a Declaração da UA sobre Questões e Desafios relacionados com a Terra em África e o Plano de Acção de Nairobi.

311. A reunião de Tunis foi igualmente informada da Visão Africana para o sector Mineiro e concordou com as várias medidas para apoiar o trabalho que as três instituições continentais Africanas estão levando a cabo, nomeadamente a CUA, o BAD e a UNECA, sobre este assunto importante.

312. O outro grande evento que teve lugar junto com a Reunião do Conselho de Administração da CoDA foi o Fórum sobre as "Duas Décadas de Transições Democráticas em África". O Fórum efectuou uma avaliação imparcial das transições democráticas em toda a África desde a década de 1990 e examinou a "Primavera Árabe", que se desencadeou no Norte de África e em algumas partes do Médio Oriente. Um relatório sobre o Fórum será preparado pela CoDA e será disponibilizado através do site da CoDA.

313. É de notar que, para além do Prémio de Liderança pela Fundação Mo Ibrahim, a Fundação organizou um evento cultural que reuniu vários músicos africanos de renome, em que participaram mais de 5.000 jovens Tunisinos. Realizou igualmente um Fórum de Debate sobre o assunto: "Agricultura Africana da Satisfação de Necessidades à Criação de Riqueza". Tive a honra de fazer o discurso de abertura e de declarar o evento aberto. O Fórum de Debate foi extremamente produtivo e espero que os resultados sejam disponibilizados aos Estados-membros.

314. O Conselho de Administração considerou igualmente o orçamento da CoDA para o próximo ano, que é estimado em 1,541,250,00 \$EU, espera-se que o sector privado e a sociedade civil cubra 51% do orçamento, enquanto as três organizações patrocinadoras - UA, BAD e ECA – contribui com o resto.

315. A 7ª reunião do Conselho de Administração da CoDA contou com a maioria dos seus Membros do Conselho, incluindo o Presidente do Conselho, S. Excia., Sr. Festus Mogae, antigo Presidente de Botswana, Sr. Paul Martin, antigo Primeiro-Ministro do Canadá, Presidente do BAD, o Sr. Donald Kaberuka, Secretário Executivo da UNECA, o Sr. Abdoulaye Janneh, o Dr. Mo Ibrahim, o Presidente da Fundação Mo Ibrahim e Prof. Abdoulaye Bathily do Senegal. O Embaixador Gaetan Ouedraogo, Director Executivo da CoDA, participou na sua primeira reunião completa, após ter sido nomeado para o cargo na 6ª Reunião do Conselho de Administração. O processo de assinatura de um Acordo de Sede para CoDA está neste momento em curso com o Governo da República Federal Democrática da Etiópia. A celebração do acordo permitirá o funcionamento em pleno do Secretariado da CoDA em Adis Abeba. Manifesto de apreço ao esforço do Governo Etíope pela celebração do Acordo e, juntamente com a UNECA, a Comissão irá trabalhar no sentido de este ser assinado em breve.

e) Parceria África-Árabe

316. Em Agosto de 2011, a Comissão e o Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes realizaram uma reunião de consulta técnica conjunta no Cairo e elaboraram vários mecanismos que precisam de ser postos em prática para a boa execução da nova Estratégia de Parceria África-Árabe e o Plano de Acção Conjunto, adoptados pela 2ª Cimeira Árabe-África realizada em Sirte, Líbia, em Outubro de 2010. Acordou-se que o processo em curso de transformar o Instituto Cultural África-Árabe em um Instituto África-Árabe para A Cultura e Estudos Estratégicos deve ser acelerado. O Instituto será responsável por orientar a Parceria global África-Árabe através de abordagens baseadas em pesquisas.

317. Os dois lados empreenderam acções significativas através de estudos, desenvolvimento de quadros e directrizes e a criação de comités técnicos para a implementação de algumas decisões pendentes, como a criação de comissões de Embaixadores África-Árabe em capitais e cidades seleccionadas e o estabelecimento de um Festival de Cinema África-Árabe que será coordenado no âmbito do Instituto África-Árabe para a Cultura e Estudos Estratégicos. As duas iniciativas iriam facilitar a implementação das agendas diplomáticas e culturais da Parceria Estratégia e o Plano de Acção Conjunto e incentivar interacções entre as pessoas.

318. Houve igualmente progresso com vista à criação de uma Unidade de Facilitação, sob o auspício da Organização Árabe para o Desenvolvimento Agrícola, para a implementação do Plano de Acção Conjunto para o Desenvolvimento da Agricultura e Segurança Alimentar, aprovado pela Primeira Reunião Conjunta África-Árabe dos Ministros da Agricultura realizada em Sharm El Sheikh, Egípto em Fevereiro de 2010.

319. O Conselho Executivo do Instituto Cultural África-Árabe também realizou a sua 11ª Reunião no Iraque, em Outubro de 2011. Em Dezembro de 2011, a Comissão acolheu a 6ª Reunião Anual de Cooperação Geral em Adis Abeba, que analisou o progresso das actividades da Parceria África-Árabe e aprovou um Plano de Trabalho Conjunto para 2012. O Plano de Trabalho baseia-se em programas aprovados da Comissão e do Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes. A 2ª reunião do

Conselho Conjunto de Paz e Segurança África-Árabe foi igualmente realizada em Adis Abeba e desenvolveu um consenso sobre uma série de questões de interesse mútuo.

2. ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

(1) ESCRITÓRIO DE NOVA IORQUE

320. A Missão do Observador Permanente junto das Nações Unidas continuou a implementar o seu mandato no contexto das suas funções de representação, bem como a sua coordenação de apoio às actividades do Grupo Africano nas Nações Unidas. A missão prestou igualmente apoio e assistência ao Presidente da UA, acompanhado pelos Comissários e outros altos funcionários, durante a 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse contexto, o Escritório facilitou a participação do Presidente e da sua delegação nas reuniões de alto nível realizadas à margem da Assembleia Geral da ONU, particularmente aquelas de elevado interesse e prioridade para África, nomeadamente: Simpósio do Secretário-geral das Nações Unidas na Luta Contra o Terrorismo Internacional, a Reunião Ministerial sobre a Resposta Humanitária para o Corno de África, Reunião Ministerial do Grupo de Amigos da Aliança das Civilizações de ONU, a Reunião de Alto Nível sobre a Prevenção e Controlo de Doenças Não Transmissíveis, bem como a Reunião Alto Nível da Assembleia Geral para Comemorar o Décimo Aniversário da Adopção da Declaração e Programa de Acção de Durban sobre “Vítimas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento”.

321. Em termos de representação, o Escritório interagiu com o Secretariado das Nações Unidas e as componentes relevantes das Nações Unidas, agências, Fundos e Programas para consolidar as parcerias existentes e reforçar ainda mais as relações de trabalho institucional entre o Secretariado das Nações Unidas e a Comissão da União Africana. Como resultado da crescente visibilidade global da União Africana, a Missão do Observador Permanente testemunhou um elevado nível de interesse por compromissos bilaterais com a Missão de Observadores da UA, da Comunidade Diplomática, Investigadores/Académicos e várias entidades, bem como representantes da diáspora africana nos Estados Unidos, América Latina e Caribe. Durante esse período, os esforços da missão continuaram concentrados nos pilares relevantes da visão estratégica da Comissão da União Africana.

322. Na área de paz e segurança, a Missão manteve-se constantemente envolvida em várias consultas e debates abertos do Conselho de Segurança relativamente às questões de paz e segurança, particularmente em África, visto que pelo menos 70% da agenda do Conselho de Segurança é dedicada ao continente. O período em análise testemunhou uma série de acontecimentos importantes na gestão e resolução de situações de tensão e de crise no continente.

323. Sobre a Líbia, a Missão facilitou a participação do Presidente da Comissão na Reunião de Alto Nível sobre a Situação na Líbia, organizada pelo Secretário-geral das Nações Unidas à margem da 66ª Sessão da AGNU e liderou igualmente a organização e acolhimento, a 21 de Setembro de 2011, da Reunião Ministerial do Conselho de Paz e Segurança da UA sobre a Líbia, conforme estipulado pelo Comité Ad-Hoc de Alto

Nível da UA sobre a Líbia, durante a sua reunião realizada a 14 de Setembro de 2011, em Pretória, África do Sul.

324. A dinâmica política que surgiu durante os debates de alto nível sobre a situação na Líbia foi considerada como uma lição aprendida para a União Africana, em termos da sua percepção e aspirações por uma parceria genuína entre a UA e a ONU no quadro do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. Esses fóruns provaram igualmente ser um campo de ensaio para os esforços de mediação da União Africana na Líbia no contexto do seu roteiro estabelecido. Com base nestas lições pertinentes, a missão pretende incentivar um compromisso contínuo com as Nações Unidas e outras partes interessadas ao mais alto nível político, particularmente no contexto da parceria UA–ONU para garantir uma melhor sinergia e coerência política. A participação subsequente numa reunião das partes interessadas convocada pelo Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas na Sexta-feira, 18 de Novembro de 2011, permitiu à Missão partilhar a preocupação da União Africana face ao impacto regional da crise na Líbia e o seu apelo para uma abordagem abrangente e coordenada.

325. Relativamente à Somália, a Missão facilitou a participação do Presidente da Comissão na Minicimeira sobre o Corno de África, organizada pelo Secretário-geral a 24 de Setembro de 2011, que foi uma boa oportunidade para reiterar o apelo da União Africana para financiamento adicional e previsível para a AMISOM, incluindo o apoio e a resposta eficaz coordenada dos doadores.

326. Os debates e acções do Conselho de Segurança da ONU, conforme observado pela Missão, demonstraram um grau de compromisso que vai além do apoio em termos dos esforços da União Africana na Somália através da AMISOM para abordar as vastas implicações regionais da crise na Somália em todas as suas manifestações, especialmente o problema da pirataria ao longo da costa da Somália. A adopção da resolução SRes2015(2011), a 24 de Outubro de 2011, é, portanto, considerada como uma resposta sólida às crescentes ameaças transnacionais no Corno de África e outras partes do continente, como o Golfo da Guiné.

327. No que diz respeito ao Sudão e Sudão do Sul, a Missão seguiu de perto o desenrolar dos acontecimentos na ONU na sequência do referendo bem-sucedido, que levou à admissão da nova República do Sudão do Sul como um membro integrante da Comunidade das Nações. De igual modo, a Missão facilitou a participação da República do Sudão do Sul como novo membro do Grupo Africano nas Nações Unidas.

328. O Escritório monitorizou e apresentou um relatório sobre a evolução relativa à: (i) a Situação em Abeiyi e a Operação Híbrida da União Africana – Nações Unidas em Darfur; (ii) o compromisso do Conselho de Segurança *vis-à-vis* a necessidade de reforçar as relações entre os dois novos vizinhos e as implicações para o compromisso de ambas as partes para a resolução pacífica dos problemas pendentes; (iii) o ajustamento previsto do mandato da Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (UNISFA) para incorporar o mecanismo de monitorização das fronteiras e as implicações financeiras relacionadas, proposto pelo Secretário-geral da ONU na sua carta datada de 10 de Outubro de 2011.

329. Sobre os Debates Temáticos, a Missão participou em várias reuniões públicas do Conselho de Segurança:

- i) O debate sobre o tema, *“Avançar com as Reformas do Sector de Segurança: Perspectivas e desafios em África”*. A participação da Missão criou a oportunidade para partilhar informações sobre o historial e circunstâncias que influenciaram o papel da União Africana na Reforma do Sector de Segurança, incluindo os esforços sobre a via a seguir;
- ii) O debate sobre o Exército de Resistência do Senhor e as actividades do Escritório das Nações Unidas na África Central. A Intervenção da Missão delineou os esforços da União Africana para abordar essa questão, incluindo medidas concretas tomadas nesse sentido. A Declaração Presidencial S/PRST/2011/21 adoptada na conclusão dos debates espelha claramente a importância que o Conselho de Segurança atribui à centralidade da liderança da União Africana sobre esta questão;
- iii) *A missão acompanhou igualmente com grande interesse a “Informação sobre a questão de Pirataria no Golfo da Guiné”.*

330. Note-se que o próximo ano de 2012 irá introduzir novos Membros Africanos no Conselho de Segurança e, mais importante ainda, testemunhar a liderança africana sucessiva do Conselho de Segurança nos meses de Janeiro (África do Sul) e Fevereiro (Togo, novo membro). A Missão ressalta a importância crítica de África explorar esta janela de oportunidade de modo a garantir que as questões de grande prioridade e urgência para África sejam tratadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

331. A Missão acompanhou de perto os debates sobre a questão das Reformas do Conselho de Segurança, prestou apoio e facilitou o trabalho dos Representantes Permanentes Africanos do Comité dos Dez na execução do seu mandato em conformidade com a Decisão da Conferência AU/Dec.370(XII). Observando a dinâmica crescente para uma acção decisiva a partir das várias intervenções sobre esta questão durante os debates, a Missão considera esta uma oportunidade única para África forjar alianças estratégicas de modo a influenciar progressos na direcção certa.

332. Sobre a questão da Edificação da Paz e Reconstrução Pós-conflito, a Missão monitorizou e participou nas actividades da Comissão para a edificação da Paz (PCB), nomeadamente a Reunião de Alto Nível sobre a Edificação da Paz na Guiné e no Burundi realizada à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Missão facilitou igualmente a realização da Reunião Ministerial do Grupo de Contacto Internacional sobre a Guiné-Bissau a 26 de Setembro de 2011 e observou o compromisso renovado da CEDEAO, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Comunidade Internacional mais alargada no apoio e auxílio à Guiné-Bissau para cumprir as suas obrigações para a manutenção da estabilidade e da ordem constitucional, conforme reflectido no Comunicado Final.

333. A participação da União Africana nessas Reuniões de Alto Nível sobre a Edificação da Paz visava a garantir a estreita harmonização dos esforços da PBC com

o Quadro de Políticas da UA sobre Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito com particular incidência sobre os princípios da apropriação nacional e local, cooperação, coerência e capacitação.

334. Sobre a Questão da Palestina, a missão seguiu igualmente de perto a evolução tanto a nível da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Movimento dos Não-alinhados. Neste contexto, a Missão observou a intensidade com que a defesa das autoridades palestinianas para admissão como membro das Nações Unidas ganhou impulso durante este período. A participação da Missão na reunião anual que marcou o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestiniano realizada a 29 de Novembro de 2011, deu a oportunidade de reafirmar a posição da União Africana em relação à Questão da Palestina e a sua justa causa.

335. A missão intensificou a sua colaboração com o Gabinete do Conselheiro Especial para África (OSAA). A organização conjunta da sessão informativa anual sobre o trabalho das Comunidades Económicas Regionais (CERs) africanas e a celebração conjunta do 10º Aniversário da NEPAD foram os principais destaques. A Missão trabalhou em estreita colaboração com o Gabinete do Conselheiro Especial para África para apoiar as actividades da Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD nas diversas actividades de celebração.

336. Na área da cooperação, a Missão continuou a facilitar e a reforçar a cooperação entre a União Africana e as Nações Unidas no contexto da Missão das Nações Unidas – União Africana em Darfur (UNAMID) ao mais alto nível político, operacional de campo. De igual modo, a Missão realizou uma série de reuniões bilaterais destinadas a incentivar a cooperação com outras entidades multilaterais e não-governamentais.

337. A Missão coordenou os esforços para apoiar as candidaturas africanas aprovadas pelo Conselho Executivo para o preenchimento de vagas nos vários órgãos e cargos dentro do sistema das Nações Unidas durante a 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

338. A Missão é de opinião que experiências passadas e recentes destacam a necessidade de uma revisão séria das regras e procedimentos que regem a aprovação das candidaturas africanas para os postos no sistema internacional. A referida revisão só pode alcançar os resultados desejados, se forem envidados esforços conjuntos para garantir uma estreita coordenação entre o Comité de Candidaturas do Grupo Africano em Nova Iorque e o Comité Ministerial de Candidaturas da UA.

339. A Missão coordenou um elevado número de reuniões realizadas pelo Grupo Africano, tanto a nível de Embaixadores como a nível de Peritos nos diversos comités. A Missão monitorizou igualmente a evolução dos pontos da agenda da 66ª Sessão da Assembleia Geral e no seio dos diferentes Comités deliberativos considerados como de alta prioridade e interesse para África. Neste contexto, a Missão disponibilizou Decisões importantes adoptadas pela Cimeira da UA em Malabo ao Grupo Africano e garantiu que o conteúdo e o espírito das decisões da União Africana foram devidamente tidas em conta durante as intervenções feitas em nome do Grupo Africano, bem como integrado nas Resoluções importantes da ONU.

340. A Missão chama a atenção para duas importantes Conferências das Nações Unidas a serem realizadas no ano 2012, nomeadamente, *A Conferência de Avaliação de 2012 do Programa de Acção das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte em todos os seus Aspectos* e *Rio+20*, a ser realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho de 2012.

341. Nesse sentido, a Missão facilitou uma reunião entre o Grupo Africano e o S.E. Sr. Henri Djombo, Ministro do Desenvolvimento Sustentável, Economia Florestal e Ambiente da República do Congo, na sua qualidade de Presidente da Conferência Ministerial Africana para o Ambiente (AMCEN), que partilhou com o Grupo “*A Declaração de Consenso de África para o Rio+20 conforme adoptada pela Conferência Preparatória Regional de África*” realizada em Adis Abeba, de 20 a 25 de Outubro de 2011. A Comissão encoraja a participação efectiva de África nas duas conferências, destacando o papel fundamental dos Representantes Permanentes Africanos em liderar os processos preparatórios relevantes em Nova Iorque a fim de salvaguardar os interesses e prioridades de África.

342. Na área da promoção dos Valores Comuns, a Missão facilitou a organização da Conferência Ministerial Africana sobre a Diáspora, realizada a 24 de Setembro de 2011, à margem da Assembleia Geral da ONU, em conformidade com a Decisão AU/Assembly/367(XVII) adoptada pela 17ª Sessão Ordinária da Conferência da UA. A Missão facilitou igualmente a Reunião de Alto Nível da Diáspora, incluindo actividades para facilitar o trabalho da Equipa de Trabalho da Diáspora da UA.

343. De igual modo, a Missão do Observador Permanente trabalhou em estreita colaboração com a Missão Permanente da Jamaica junto da organização das Nações Unidas para sensibilizar a opinião pública internacional à favor de contribuições financeiras para a construção de um Memorial Permanente nas Nações Unidas em homenagem às Vítimas da Escravatura e do Comércio Transatlântico de Escravos. A Comissão incentiva os Estados-membros a contribuir para o Fundo para a construção do Memorial acima mencionado.

(2) ESCRITÓRIO DE WASHINGTON DC

344. O mandato da Missão de Representação da UA junto dos EUA-Washington, DC é o de desenvolver, manter e consolidar as relações institucionais construtivas e produtivas entre a União Africana e o Governo dos EUA, os africanos na Diáspora e as instituições de Bretton Woods.

345. No âmbito do Plano Estratégico da UA 2009-2012, a Missão da União Africana contribuiu para os seguintes resultados:

- i) Reforço da parceria entre a UA e o Governo dos Estados Unidos. As Reuniões Bilaterais Anuais de Alto Nível Estados Unidos – União Africana foram institucionalizadas desde 2010. Durante essas reuniões, várias áreas prioritárias completas para cooperação entre África e EUA foram discutidas, nomeadamente: Governação e Instituições Democráticas em África; reforço das Instituições da paz e de Segurança em África e apoio

em termos de capacitação de África para analisar questões transnacionais complexas com que se confronta, tais como: Alterações Climáticas, o tráfico de narcóticos e o terrorismo, o reforço das capacidades de manutenção da paz, melhoria das condições de saúde, alcance da segurança alimentar e do desenvolvimento da agricultura através da iniciativa CAADP, Educação, Desenvolvimento e Capacitação da Juventude, Comércio e Integração Regional. Com o Congresso dos EUA, a Missão tem parcerias com o Grupo de Negros no Congresso (*Congressional Caucus Black*) para estabelecer um círculo eleitoral com a Diáspora Africana a nível político, socioeconómico e comunitário. Com o Sector Privado norte-americano, a Missão promove esforços para aumentar o comércio e o investimento EUA – África e a cooperação nas áreas da educação e saúde;

- ii) Estratégias/posições Africanas sobre políticas importantes da UA, principalmente, Paz e Segurança, CAADP, PIDA, Comércio e Investimento, Saúde, Educação e Tecnologia, Ambiente, Juventude e Diáspora são bem coordenadas e promovidas através de reuniões de Grupo dos Embaixadores Africanos para as quais a Missão desempenha o papel de Secretariado;
- iii) A parceria com as Instituições de Bretton Woods: o Banco Mundial está a financiar um projecto para reforçar a Missão para que esta possa a promover relações institucionais produtivas com a Diáspora Africana nas Américas. Além disso, o Banco Mundial está a apoiar programas da Comissão no domínio da agricultura, diáspora e infra-estruturas. Outras áreas incluindo a iniciativa da UA para o ensino superior, a implementação da Convenção para a Protecção e Assistência das Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs) em África, estão igualmente em estudo para apoio;
- iv) Com o FMI, está em curso uma discussão para cooperar em diferentes áreas, incluindo a prestação de apoio técnico para a criação de 3 Instituições Financeiras da UA, ou seja, o Fundo Monetário Africano, o Banco de Investimento Africano e o Banco Central Africano;
- v) Foram reforçadas as relações com a OEA e com a CARICOM: a CUA e a OEA assinaram um Memorando de Entendimento sobre cooperação que é uma plataforma importante para o reforço e aprofundamento das relações entre os países da OEA e África. Relativamente à relação com a CARICOM, houve discussões iniciais para rever o projecto de Memorando de Entendimento entre a Comissão e a CARICOM a fim de reforçar as relações entre as duas organizações;
- vi) Aquisição da Chancelaria da Missão da UA: até o final de 2010, o Escritório conseguiu implementar a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.392 (XII) de Janeiro de 2008, prevê a aquisição de um imóvel para o Escritório de Washington DC. A propriedade está actualmente em obras de renovação e construção de uma sala de conferências para

acolher o Corpo Diplomático Africano em Washington DC. A renovação deverá ser concluída até final de Fevereiro de 2012.

(3) ESCRITÓRIO DE GENEBRA

346. A Missão organizou diversas reuniões ao nível de Embaixadores e de Peritos com o objectivo de permitir ao Grupo africano de se informar, discutir e tomar decisões sobre as questões importantes e adoptar posições comuns sobre os assuntos em discussão nas diversas Organizações Internacionais. A Missão apoia a presidência rotativa trimestralmente do Grupo africano na implementação das decisões tomadas.

347. A Representação de Genebra convidou para as reuniões do Grupo africano numerosas personalidades provenientes das Organizações Internacionais e de outros Parceiros nas negociações internacionais. Durante estes encontros foram definidas estratégias e acções comuns e foram trocados informações e instrumentos úteis.

348. No quadro do reforço das capacidades do Grupo, foram organizados *workshops* de trabalho sobre questões comerciais, direitos do homem, saúde e sobre propriedade intelectual. No fim destes *workshops* de trabalho foram definidas posições e propostas comuns africanas, as quais puderam servir de estratégias e de bases nas negociações durante as reuniões realizadas em Genebra.

349. A Representação de Genebra organizou reuniões do Comité de candidaturas do Grupo africano de Genebra e prestou-lhe seu apoio bem como forneceu a documentação útil para aprovação de deliberações. Por outro, ela forneceu ao Comité ministerial de candidaturas em Adis Abeba informações pertinentes para a análise das candidaturas africanas no sistema internacional. Neste momento, foi elaborada uma versão provisória de um guia a fim de ajudar as instâncias africanas e os países africanos a conhecer melhor os procedimentos a seguir nas candidaturas aos postos vagos no sistema internacional.

350. Relativamente as questões comerciais, o Escritório de Genebra é um facilitador das actividades do Grupo africano para as questões ligadas as negociações comerciais multilaterais e o desenvolvimento. O diálogo contínuo que se instalou entre o Escritório de Genebra e o Centro de Comércio Internacional incide sobre programas de reforço de capacidades comerciais que visam favorecer e reforçar a integração regional africana e a desenvolver o comércio intra-africano. O Escritório de Genebra joga um papel activo no processo preparatório da XIII sessão de CNUCED, iniciado em 2011. Esta fase constituirá o maior desafio para os países em desenvolvimento a fim de permitir a CNUCED salvaguardar e reforçar o seu mandato sobre questões relativas ao desenvolvimento e ao comércio.

351. Neste contexto, o Escritório organizou diversos seminários e *workshops* de trabalho a favor do Grupo africano sobre as negociações do ciclo de Doha. Estes *workshops* permitiram elaborar posições comuns africanas sobre questões comerciais bem como relativamente OMC e a CNUCED. Estas actividades contribuíram igualmente para enriquecer os relatórios e declarações das diferentes conferências anuais dos Ministros do comércio. Durante este semestre foram organizados dois *workshops* para

preparar a Conferência anual dos Ministros do comércio e a 8ª Conferência dos Ministros membros da OMC. Destes *workshops* resultaram uma contribuição ao projecto de declaração bem como propostas que os Ministros analisarão na preparação da ministerial da OMC.

352. No que concerne as questões da propriedade intelectual, telecomunicações e a meteorologia, a Missão de Genebra prestou seu apoio aos negociadores africanos no seio dos diversos Comitês da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), preparando documentos técnicos para as negociações e apresentando propostas sobre as posições africanas durante estas negociações, nomeadamente através da organização de *workshops* técnicos.

353. Estes *workshops* de trabalho visaram particularmente a preparação de propostas africanas sobre um tratado internacional da OMPI para protecção da sabedoria tradicional, folclore, recursos genéticos, as excepções e limitações aos direitos do autor e as discussões sobre a Agenda para o desenvolvimento. Estes *workshops* permitiram ao Grupo africano apresentar a mesa das negociações propostas e projectos que estão em vias de serem discutidos.

354. A Representação de Genebra igualmente participou nos trabalhos do Congresso Mundial contra a pirataria e a contrafacção. Ela seguiu com muita atenção os trabalhos da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e, passo a passo, os preparativos da terceira Plataforma global para a redução das catástrofes, realizada em Genebra em Maio de 2011. A Missão cobriu igualmente os trabalhos do Conselho de Administração e do Conselho de Exploração Postal da União Postal Universal (UPU).

355. No domínio dos direitos do Homem, a Representação de Genebra cobriu as diferentes sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho dos Direitos do Homem (CDH) e aproveitou estas ocasiões para apresentar comunicações sobre os diferentes programas e iniciativas da União Africana. Acompanhou o Grupo africano na sua gestão das situações dos direitos do Homem em certos países africanos (nomeadamente na RDC, Burundi, Sudão, Guiné, Somália, Cote d'Ivoire, Líbia e Tunísia), as quais alimentaram intensas discussões no seio do Conselho dos Direitos do Homem.

356. Em 2011, o CDH concluiu o processo de revisão dos seus métodos e procedimentos de trabalho. A Representação de Genebra organizou em benefício do Grupo africano um seminário de consulta com vista a definir as posições comuns o que permitiu a este Grupo contribuir eficazmente para melhoria dos métodos de trabalho do Conselho.

357. Ao longo dos últimos quatro anos, o CDH pôde concluir o seu mecanismo de Exame periódico universal. Todos os Estados africanos passaram por este mecanismo e está focalizado actualmente sobre o processo de implementação das recomendações aceites. A Representação de Genebra acompanhou os Estados-membros francófonos por ocasião de um seminário organizado pelo Alto Comissariado dos Direitos do Homem e a Organização Internacional da Francofonia sobre estas questões de implementação. A Representação de Genebra explorará, com os Estados-membros, a

assistência técnica necessária para facilitar o processo de implementação das recomendações.

358. As questões de luta contra o racismo permanecem omnipresentes em Genebra mesmo que pouco progresso fosse registado. A Representação de Genebra organizou diversos seminários dos quais resultaram na elaboração de roteiros que reflectem as posições comuns africanas e estratégias de negociação coordenadas, permitindo assim manter as questões do racismo na primeira linha das preocupações da comunidade internacional.

359. A questão da realização do direito ao desenvolvimento é uma questão de importância para África. O ano 2011 corresponde ao 25º aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento e, ao fim deste quarto de século, a pobreza e outros flagelos continuam a atingir várias partes do Mundo, incluindo a África. Em 2010, a Representação de Genebra organizou um seminário sobre esta questão que contou com a participação de representantes de outros grupos regionais e políticos assim como de altos responsáveis das agências de desenvolvimento. O seminário pôde favorecer a emergência de sinergias entre o Grupo africano e outros Grupos regionais ou políticos.

360. Relativamente aos assuntos humanitários, a Representação de Genebra cobriu todas as reuniões do Comité Permanente do RHC bem como a todas as sessões do seu Comité Executivo. O Escritório de Genebra foi diversas vezes reforçado com a presença de uma delegação de alto nível da sede, integrando nomeadamente o Comissário dos Assuntos Políticos e o Presidente do Subcomité do COREP sobre os refugiados, repatriados e pessoas deslocadas, os quais puderam, em estreita colaboração com o Grupo africano, informar a comunidade internacional dos esforços consentidos pelos Estados-membros e a Comissão da União neste domínio.

361. No domínio dos assuntos sociais, o Escritório de Genebra continua a prestar o seu apoio ao Grupo africano para a defesa e a promoção dos interesses e visões da África no quadro das reuniões do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), ONUSIDA e da Organização Internacional para as migrações (OIM).

362. No domínio do reforço de capacidades, o Escritório de Genebra organizou três importantes *workshops* de trabalho sobre temas da saúde e da migração desde 2008. Estes *workshops* beneficiaram de contribuições técnicas de peritos provenientes da sede e das CER bem como de outras organizações internacionais competentes (Comissão Europeia, OCI e a Liga Árabe). As conclusões destes *workshops* forneceram elementos essenciais sobre as posições africanas defendidas aquando das reuniões da OMS e da OIM.

(4) ESCRITÓRIO DE BRUXELAS**a) Implementação da parceria estratégica África-UE****i. UE**

363. Em Setembro último, em Bruxelas, a Missão organizou uma Conferência sobre o financiamento da Estratégia conjunta África-UE e o respectivo Plano de acção 2011-2013. A ocasião foi aproveitada para, por um lado, identificar o papel do Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) na referida implementação e, por outro, examinar as fontes alternativas de financiamento da União Africana, tais como propostas pela Comissão. No fim de uma análise aprofundada, ficou provado que o balanço negativo na implementação da Estratégia conjunta deveu-se nomeadamente a: i) ausência da adesão ao princípio “tratar a África como uma única entidade”, previsto na Estratégia conjunta; ii) não-adesão ao princípio da subsidiariedade; iii) ausência de ligações entre as acções dos Grupos de peritos conjuntos (GEC) para a implementação da Estratégia e isto desenvolvido aos níveis nacional e regional; iv) falta de apropriação e, sobretudo de pacotes financeiros específicos para os sucessivos Planos de acção (2008-2010 e 2011-2013). Entre as recomendações feitas para remediar a situação, é de se registar: i) a necessidade de se dispor de um instrumento financeiro pan-africano especificamente dedicado a Estratégia conjunta; ii) aceleração do processo de ajustamento dos instrumentos de financiamento existentes às exigências da Estratégia conjunta; iii) a criação de um instrumento pan-africano (por exemplo, uma Facilidade Africana para a integração ou uma alternativa) e iv) a conclusão da implementação de um mecanismo de apoio à Estratégia conjunta. A estas recomendações pode-se acrescentar: a reavaliação dos objectivos das diferentes parcerias com vista a limitar as actividades aos domínios rotulados de valor acrescentado; o envolvimento dos actores tais como as instituições de financiamento do desenvolvimento (Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento); a necessidade de encorajar os Estados-membros e as CER para priorizar a integração dos princípios da Estratégia conjunta África- UE nos seus processos de programação.

364. A preceder a Conferência de Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 17) e, para permitir ao Grupo africano de Embaixadores em Bruxelas se inteirar das posições da África e conexas, a Missão organizou em Dezembro último um retiro sobre a matéria. Tratou-se igualmente de examinar as referidas posições bem como os anseios desta Conferência na perspectiva da 6ª Parceria da Estratégia conjunta África-UE relativa as Alterações Climáticas e ambiente. A ocasião foi igualmente aproveitada para fazer um ponto de situação sobre a cooperação África-UE a fim de identificar os desafios, os constrangimentos e as perspectivas que lhes estão ligadas. Da mesma forma, o Grupo africano dos Embaixadores em Bruxelas aproveitou para proceder a uma aprofundada troca de pontos de vista e de meios a serem mobilizados na implementação e no seguimento da referida cooperação África-UE.

b) Implementação do Acordo de Parceria ou ACP-UE de Cotonou*i. Reunião dos Chefes das Organizações regionais ACP e dos negociadores regionais ACP chefes dos APE*

365. O objectivo da reunião foi o de levar os Chefes das Organizações regionais do Grupo de Estados ACP aos quais se juntaram os negociadores, Chefes dos APE (Acordos de parceria económica ACP-UE) a reflectir sobre a criação de um mecanismo de coordenação do Comité das Organizações inter-regionais ACP, trocar opiniões sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, discutir questões comerciais (evolução das negociações ainda em curso dos Acordos de parceria económica (APE), preparativos da 8ª Conferência da OMC e a participação dos Estados ACP no comércio mundial. Nesta ocasião, o Vice-presidente da Comissão deu uma contribuição substancial a análise destas questões. No que concerne em particular aos APE, a reunião estabeleceu a posição africana comum baseada no desenvolvimento, adoptada no quadro da Conferência dos Ministros do comércio dos Estados-membros da UA. Evocando a pressão que constitui a retirada em 1 de Janeiro de 2014 do regulamento relativo ao acesso ao mercado da UE dos Estados ACP que não terão assinado um APE, foi sublinhado que a prioridade deve ser dada ao conteúdo dos APE e não ao calendário.

ii. Participação nos trabalhos da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE

366. A Missão continua a assegurar a sua participação nas sessões da Assembleia Parlamentar Paritária (APP) ACP-UE para nelas vulgarizar as posições da UA sobre as questões políticas e de desenvolvimento que são discutidas no seu seio. A ocasião é igualmente concedida aos parlamentares africanos que participam nestas sessões para melhor se inteirarem da acção da UA nestes domínios e daí, agir numa coerência com as estratégias africanas de decisões tomadas nestas sessões sobre estas matérias. Além disto, a Missão participou na sessão da Comissão de desenvolvimento, realizada em Outubro último em Bruxelas e seguiu a sessão plenária da APP, realizada em Novembro de 2011 em Lomé, Togo.

iii. Conferência conjunta de Partes dos programas ACP-UE EDULINK, Ciência e Tecnologia

367. A Missão participou na Conferência de Partes dos programas ACP-UE relativos a educação (EDULINK), Ciência e Tecnologia, realizada em Outubro em Bruxelas. A reunião examinou o estado da implementação dos projectos elaborados nos diferentes domínios destes programas (educação, saúde, ensino superior, investigação e agricultura) A troca aprofundada de pontos de vista permitiu avaliar o alcance e o impacto destes projectos sobre o desenvolvimento dos países ACP. Tratam-se neste caso de projectos como REEP (Projecto sobre Energias Renováveis no domínio da educação), EACEA (Educação, audiovisual e cultura), o programa ERASMUS MUNDUS sobre a inovação através da Ciência e da Tecnologia e LIVE (Instituições Unidas para Educação Veterinária em África) para melhorar o sector da veterinária, etc.

368. No que concerne as outras actividades de representação desenvolvidas pela Missão, é pertinente mencionar:

- iv) **A organização, em Bruxelas, de uma reunião dos Representantes dos Estados Parte da Organização para proibição de armas químicas (OIAC)** para um resumo sobre os assuntos correntes da OIAC e uma troca aprofundada de pontos de vista sobre os preparativos da 16ª sessão da Conferência dos Estados Parte, realizada de 28 de Novembro a 2 de Dezembro de 2011. As Embaixadas dos Estados africanos Parte da OIAC puderam se inteirar da estratégia a ser adoptada pela África na perspectiva desta Conferência.
- v) **A organização de uma reunião dos Representantes dos Estados africanos Parte do Estatuto de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI)** para uma troca de pontos de vista sobre os questões importantes que serão discutidas aquando da 10ª sessão da Assembleia dos Estados Parte que terá lugar em Nova Iorque, de 12 a 21 de Dezembro de 2011, tais como a protecção das vítimas e a sua participação efectiva no processo, a sensibilização e informação do público, os desafios ligados ao orçamento do Tribunal para 2012, evolução dos dossiers sobre a Líbia e o Cote d'Ivoire. O diálogo assim iniciado se revelou construtivo por se inscrever no prolongamento do iniciado entre o Tribunal e o conjunto dos Estados Parte assim como com as Organizações Internacionais tais como a UA e a UE, etc;
- vi) **A celebração da Jornada para a industrialização da África 2011** em estreita colaboração com o escritório da ONUDI em Bruxelas para antes de tudo sensibilizar os parceiros da África, em particular a UE, sobre a necessidade de articular os instrumentos internacionais de cooperação sobre as estratégias de desenvolvimento industrial da África, adoptadas pelas instâncias continentais (UA) e regionais africanas. A participação efectiva da UE, do Grupo de Estados ACP e das diversas agências da ONU testemunha o interesse despertado por esta mensagem.

(5) ESCRITÓRIO DE LILONGWE

369. O Escritório Regional da União Africana na África Austral (AU-SARO) foi criado para promover os objectivos da União Africana na África Austral, desenvolver e manter relações construtivas e produtivas entre a UA e os Estados-membros na região e fomentar as boas relações com as principais Comunidades Económicas Regionais (CER), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), que são os pilares para o alcance da plena integração continental.

a) Situação dos Refugiados na Região na Região Austral

370. No que respeita à situação dos refugiados, o ACNUR continua a fornecer protecção internacional e assistência material aos refugiados, aos requerentes de asilo e a outras pessoas em dificuldade na África Austral. Estatísticas mostram que muitas pessoas ainda atravessam fronteiras na região devido a questões prévias relacionadas com a política, guerra e outras questões de insegurança. Entre Janeiro e Agosto de 2011, o Malawi tinha já acolhido 15,181 refugiados e requerentes de asilo provenientes do Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, Somália e Uganda. O Delegado Regional para a África Austral, visitou o Campo de Refugiados de Dzaleka, no distrito de Dowa, região central de Malawi, na companhia do Representante Residente do ACNUR, para avaliar a situação no Campo. Observou-se que o ACNUR e o PAM, através do Governo de Malawi, garantem segurança, alimentação, abrigo, cuidados de saúde, água potável, protecção, educação e orientação infantil, entre outros.

371. O AU-SARO assistiu o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos numa reunião realizada em Lilongwe, que tinha como objectivo a promoção do Tribunal Africano de Justiça. A abertura da reunião ficou a cargo de S.E. Presidente do Malawi e contou com a participação dos altos funcionários do Governo do Malawi, conselho de ministros e corpo diplomático baseado em Lilongwe. A boa cobertura dos meios de comunicação social aos eventos reflectiu a consciencialização sobre o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.

372. O AU-SARO participou activamente nas reuniões anuais da Associação dos Bancos Centrais Africanos (AACB); na Quinta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI V); na 15ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do COMESA, na 30ª Reunião dos Órgãos de Decisão do COMESA; no Processo de Harmonização Sub-regional sobre Biossegurança pela CEDEAO, SADC e EAC; e na reunião conjunta ECA-SARO-SA sobre as Novas Tendências na Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular: Implicações para os países da África Austral.

373. A reunião geral anual da Associação dos Bancos Centrais Africanos foi realizada em Agosto de 2011, em Lilongwe, sob o tema: *“Impacto da Crise Financeira Internacional nas Uniões Monetárias: O Desafio da Coordenação das Políticas Orçamentais e Monetárias em África”*, onde o Comissário para os Assuntos Económicos representou a Comissão e fez duas apresentações e discursos principais. Uma das conclusões assinaláveis dessas reuniões foi o consentimento da Conferência Geral em relação ao convite da Comissão para a participação activa dos governadores dos bancos centrais nas Reuniões Conjuntas da Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças, conjuntamente organizadas com a Comissão da União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

374. A 15ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do COMESA e a 30ª reunião dos Órgãos de Decisão tiveram lugar, de 4 a 15 de Outubro de 2011, em Lilongwe, Malawi, sob o tema *“Aproveitar a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento”*. Foi

dada grande ênfase ao êxito do lançamento das negociações entre o COMESA-EAC-SADC para o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Tripartida que colocou a região numa melhor posição para enfrentar os desafios com que se depara e contribuir para a concretização dos objectivos da Comunidade Económica Africana. A Zona de Comércio Livre contribuiu para o aumento do comércio entre os membros do COMESA e entre as três CER.

375. O Escritório durante este período continuou a trabalhar em estreita colaboração com a UNECA-SA e participou num *Workshop* sobre um estudo intitulado “*Novas Tendências na Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC): Implicações para os Países da África Austral*” organizado pela ECA-SARO-SA, em Windhoek, Namíbia-. O *Workshop* reviu o relatório de base sobre o estudo que abordou de forma adequada a eficácia da cooperação SSTC no desenvolvimento das prioridades dos Estados-membros na sub-região e a forma como os dois principais países da sub-região da SADC (Maurícias e África do Sul) trabalham, entre outros, na triangulação da cooperação de desenvolvimento para a restante sub-região.

376. O Escritório acompanhou de perto as eleições recentemente realizadas na Zâmbia e em Seychelles.

377. O Boletim do AU-SARO foi relançado e o primeiro boletim com novo visual foi emitido em Julho de 2011. O Boletim fornece informação actualizada sobre o desenvolvimento regional e os programas de integração em que o escritório concentra os seus programas e actividades. Além disso, o Boletim contribuiu para a popularização do AU-SARO uma vez que é distribuído em toda a região e ao resto do mundo através da imprensa escrita e nos meios de comunicação electrónicos.

378. Além disso, o AU-SARO tem estado a trabalhar como o Governo do Zimbabwe através da sua Embaixada em Lilongwe, na preparação da Cimeira Modelo da União Africana em 2012, que tenciona envolver estudantes das diferentes Universidades no Zimbabwe. O programa constitui um dos mandatos do AU-SARO para popularizar a Organização na região e desempenhar um papel importante em termos de sensibilização. A primeira Cimeira Modelo teve lugar em Março de 2011, em Malawi, e registou sucessos. O programa capacita os estudantes em relação aos princípios e às práticas da UA, e os expõe a um amplo leque de questões reais a nível mundial e continental.

(6) ESCRITÓRIO DE CAIRO

379. No quadro do seu mandato, a Missão Permanente da União Africana junto da Liga dos Estados Árabes (LEA) fez o acompanhamento do reforço das relações políticas com interesse comum para a União Africana e a Liga dos Estados Árabes e monitorizou a implementação da Parceria Estratégica África/Mundo Árabes bem como do Plano de Acção 2011 – 2016.

380. É conveniente mencionar que, durante o período em análise, o Conselho da Liga dos Estados Árabes reuniu-se na sua 136ª Sessão no Cairo, a 13 de Setembro de 2011, tendo adoptado resoluções de interesse para a União Africana.

a) Evolução política da questão palestina e do conflito israelo-árabe

381. Os Ministros Árabes confirmaram o seu apoio aos palestinianos no sentido de submeter o seu pedido à Organização das Nações Unidas para o reconhecimento do Estado Palestino, nas fronteiras de 4 de Junho de 1967, tendo como capital a cidade de Jerusalém Oriental (Alqods), assim como a obtenção da qualidade de membro de pleno direito da Organização. Neste contexto, é importante sublinhar que o Grupo Africano nas Nações Unidas, em colaboração com a delegação palestina, os grupos árabes e dos países islâmicos, deu o seu apoio ao pedido palestino, em conformidade com as decisões da Cimeira de Malabo, de Junho/Julho de 2011, bem como a decisão tomada pela reunião de coordenação realizada em Cairo, Egipto, a 4 de Setembro de 2011, entre o Presidente da Comissão da União Africana, o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes (SG-LEA), o Secretário-geral Adjunto da Organização de Cooperação dos Países Islâmicos e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, na sua qualidade de Presidente do Grupo dos Países Não Alinhados, a respeito da coordenação entre estes diferentes grupos durante a 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

382. A este propósito, é conveniente realçar o papel importante desempenhado pela África do Sul, Gabão e Nigéria, através do seu apoio ao pedido palestino no Conselho de Segurança das Nações Unidas, não obstante o facto de que este pedido não obteve o número dos votos exigidos para a sua análise pelo Conselho.

383. Por outro lado, entre os acontecimentos que devem ser mencionados figura a adesão do Estado Palestino no seio da UNESCO, a 4 de Novembro de 2011, com 107 votos a favor e 50 abstenções. Esta admissão permitirá ao povo palestino dar a sua contribuição na promoção da educação, na investigação científica, nas artes bem como na defesa do seu património cultural e arqueológico.

b) Apoio à paz e ao desenvolvimento no Sudão

384. O Conselho da Liga dos Estados Árabes tomou várias resoluções, entre outras, convidando os países árabes a cooperar com o Governo do Sudão no reforço das relações dos países árabes com o Sul do Sudão, na promoção das relações de boa vizinhança, no aprofundamento de interesses recíprocos bem como no reforço da economia do Sudão, a fim de fazer face às consequências da separação do Sul do Sudão. Por outro lado, o Conselho solicitou às facções armadas do Sul de Kordofan e do Nilo Azul para cessar quaisquer actos de violência e juntar-se à mesa de negociações, na busca de uma solução política. O Conselho empenhou-se igualmente no prosseguimento dos esforços de coordenação das posições dos países árabes, islâmicos e africanos em apoio às acções da paz e no reforço da situação de segurança e humanitária em Darfour, tendo felicitado pelo Acordo de Paz assinado entre o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação e Justiça, a 14 de Julho de 2011. O Conselho solicitou também a todos os movimentos armados de Darfour para assinarem este acordo, a fim de se pôr termo ao conflito. A terminar, o Conselho reafirmou a sua posição, segundo a qual rejeita a decisão do Tribunal Penal Internacional contra o Presidente Omar Hassan El Bashir.

c) Apoio à República da Somália

385. A este propósito, o Conselho da Liga dos Estados Árabes felicitou-se pela evolução positiva da situação de segurança na capital somali, o que facilitou o acesso dos comboios humanitários para as vítimas da guerra. Por outro lado, o Conselho reiterou o seu apoio total à Missão da União Africana na Somália bem como às Forças Conjuntas, tendo condenado quaisquer operações militares que visam as Forças da União Africana na Somália. O Conselho solicitou aos países árabes que fazem parte de África para fornecer tropas, a fim de completar o envio da Força Africana e apoiar o pedido da União Africana relativo ao envio de uma Força das Nações Unidas, em substituição da Força Africana, dentro dos melhores prazos. A terminar, o Conselho realçou a necessidade de uma coordenação efectiva entre a União Africana, a Organização da Cooperação Islâmica e as Nações Unidas para a realização de uma conferência sobre a reabilitação e a reconstrução da Somália.

d) Apoio à União das Comores

386. No que diz respeito às Comores, o Conselho da Liga dos Estados Árabes felicitou-se pela coordenação de esforços comuns envidados pela Liga dos Estados Árabes, União Africana, Nações Unidas e os países vizinhos, principalmente em matéria da implementação do acordo de reconciliação nacional, através da afirmação da identidade comoriana da Ilha de Mayotte bem como a rejeição da ocupação francesa daquela ilha. O Conselho solicitou à França para dar prosseguimento ao diálogo com o Governo das Comores, a fim de se encontrar uma solução que permita o regresso da Ilha de Mayotte para a soberania das Comores. O Conselho congratulou-se igualmente pelas medidas tomadas pelo Estado de Qatar e pelo Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes na implementação dos compromissos assumidos durante a reunião árabe sobre os investimentos e o desenvolvimento das Comores, tendo solicitado aos Estados-membros, às instituições de financiamento e aos países árabes para encontrar uma solução ao problema da dívida da União das Comores, no âmbito do processo de consolidação da paz e do desenvolvimento do país.

e) Resolução pacífica do conflito entre o Djibuti e a Eritreia

387. O Conselho da Liga lançou um novo apelo para o respeito dos princípios de boa vizinhança e da inviolabilidade das fronteiras existentes entre os dois países na altura da independência. Por outro lado, o Conselho confirmou o Acordo assinado a 6 de Junho de 2010, sob o patrocínio do Estado de Qatar, tendo solicitado às duas partes para implementar as disposições do Acordo.

f) Acompanhamento da cooperação entre a África e os Países Árabes

388. A Missão Permanente da União Africana organizou, aos 27 e 28 de Agosto de 2011, a primeira reunião de consulta técnica conjunta entre a Comissão da UA e o Secretariado Geral da LEA, a fim de proceder à troca de pontos de vista sobre as modalidades de implementação da Parceria Estratégica e do Plano de Acção Conjunto 2011- 2016, através da elaboração de um programa preciso, a ser concluído antes de

finais de 2011. Esse programa deve incluir, em particular, o estabelecimento de festivais árabe-africanos de filmes e de intercâmbios culturais.

389. No quadro do Plano de Acção 2011-2016, foi organizada uma reunião conjunta no Cairo, de 18 a 19 de Setembro de 2011, entre Peritos da Comissão da União Africana e do Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes nos domínios cultural e cinematográfico. De igual modo, decorreu uma outra reunião de Peritos sobre o sector privado dos países africanos e dos países árabes. As conclusões adoptadas durante essas reuniões visam, em particular, promover e reforçar as relações culturais entre as regiões árabe e africana e difundir uma imagem equilibrada e positiva junto das populações das duas partes, através da projecção de filmes, da troca de conhecimentos e de experiências entre as duas regiões nos domínios da indústria cinematográfica, da promoção dos artistas, directores e produtores, por intermédio da atribuição de prémios e da promoção da produção conjunta de filmes. Na sequência dessas conclusões, foi recrutado um perito, a 15 de Dezembro de 2011, a fim de preparar o estudo técnico relativo ao estabelecimento do festival. Está prevista uma reunião, a decorrer na primeira semana de Fevereiro de 2012, na sede do Instituto África/Países Árabes para a Cultura e Estudos Estratégicos, que assume a direcção deste projecto, para a validação do estudo.

g) Plano de Acção Conjunto África/Países Árabes sobre o Desenvolvimento da Agricultura e a Segurança Alimentar

390. É conveniente recordar que a sessão inaugural do Comité Directivo da Unidade de Facilitação do Plano de Acção Conjunto (PAC) foi realizada de 30 de Abril a 1 de Maio de 2011, na sede da Organização Árabe para o Desenvolvimento da Agricultura, em Cartum. A reunião procedeu à análise, entre outros, da composição, estrutura e regulamento interno da Unidade de Facilitação assim como dos termos de referência e das modalidades de recrutamento do pessoal da Unidade.

391. Foi realizada, de 23 a 25 de Novembro de 2011, em Adis Abeba, uma reunião de consulta técnica entre a Comissão da União Africana e o Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes. A reunião articulou-se fundamentalmente em torno das condições necessárias para o lançamento efectivo da implementação do Plano de Acção Conjunto relativo ao desenvolvimento da agricultura e à segurança alimentar em África e nos Países Árabes. A reunião recomendou a criação da Unidade de Facilitação do Plano de Acção Conjunto sobre o Desenvolvimento da Agricultura e a Segurança Alimentar, antes de finais de 2012. Neste contexto, foi proposta a realização de uma reunião de peritos, de 27 a 29 de Dezembro de 2011, para preparar a segunda sessão do Comité Directivo e elaborar propostas detalhadas relativas à mobilização dos recursos da Unidade, capazes de permitir o seu funcionamento durante um período de três a cinco anos, antes da tomada de qualquer decisão sobre esta matéria.

392. A terminar, é conveniente realçar a realização da sexta reunião de cooperação geral entre a Comissão da União Africana e a Liga dos Estados Árabes, de 17 a 18 de Dezembro de 2011, em Adis Abeba, durante a qual foi adoptado o plano de trabalho conjunto para 2012. Esta reunião insistiu, em particular, no reforço das instituições

conjuntas de África e do Mundo árabe, na criação dos mecanismos acordados assim como na mobilização dos recursos necessários para a implementação efectiva das actividades prioritárias da Parceria Estratégica África/Países Árabes e do Plano de Acção Conjunto 2011-2016. De igual modo, a reunião sublinhou a necessidade de se dar início aos preparativos da 3ª Cimeira África/Mundo Árabe e às actividades previstas, a fim de se assegurar de que a Cimeira seja realizada dentro dos prazos agendados.

IV. VALORES COMUNS

393. Durante o período em análise, a Comissão centrou o seu trabalho programático na facilitação da implementação e apoio aos Estados-membros. A este respeito, a prioridade da Comissão foi assegurar as ratificações da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, da Carta sobre os Valores e Princípios da Função Pública e no estabelecimento de um mecanismo de implementação. Em termos humanitários, o aspecto a destacar foi a intervenção da Comissão ao facilitar a resposta da UA em relação à crise da seca e fome no Corno de África.

IV.1. DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E GOVERNAÇÃO

1. GOVERNAÇÃO E DEMOCRACIA

a) Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação

394. A Comissão continuou a envidar esforços para facilitar e assegurar a ratificação da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação por parte dos Estados-membros. A Comissão procedeu a consultas orientadas com os Estados-membros e outros intervenientes relevantes para facilitar a ratificação da Carta. Essas consultas conduziram a um número maior de ratificações. Presentemente, doze (12) Estados-membros já ratificaram, enquanto trinta e oito (38) já assinaram a Carta. Alguns Estados-membros deram passos significativos ao processo de ratificação.

395. A Comissão encetou o processo de introdução de medidas e modalidades para apoiar os Estados-membros na implementação da Carta. A este respeito, a Comissão realizou consultas com os Estados-membros que ratificaram a Carta, de 11 a 15 de Outubro de 2011, em Freetown, Serra Leoa. Foi recomendado que os Artigos 44º, 45º, 46º e 49º devem servir de base para o desenvolvimento de um quadro destinado a facilitar a integração e a implementação.

b) Ano dos Valores Comuns

396. Tendo por base a orientação da Decisão da 18ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo sobre os Valores Comuns (EX.CL/Dec.635 (XVIII)), a Comissão organizou dois Retiros (de 22 a 24 de Agosto e de 24 a 25 de Novembro de 2011) na Etiópia, com vista a desenvolver um programa de trabalho para o Ano dos Valores Comuns. Como resultado dos Retiros, a Comissão, juntamente com os órgãos/instituições com um mandato formal em relação à Democracia e Governação, as CER e outros actores relevantes como as Agências das Nações Unidas e a sociedade civil, criaram um

programa de trabalho para o Ano de Valores Comuns. Prevê-se que a implementação do programa de trabalho venha reforçar os compromissos dos Estados-membros nos domínios da Democracia, Governação, Eleições e Direitos Humanos, bem como no reforço do papel da Comissão a este respeito.

c) Função Pública

397. A Comissão continuou a incentivar uma maior apropriação da Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Função Pública através da sua popularização, em conformidade com a Decisão Assembly/AU/Dec. 337 (XVI). A este respeito, foram feitas consultas (de 15 a 16 de Setembro de 2011 nas Maurícias e, de 5 a 7 de Dezembro de 2011, no Congo) com os Estados-membros, as CER e outros actores relevantes sobre a forma de facilitar e assegurar a ratificação pelos Estados-membros. Actualmente, catorze (14) Estados-membros assinaram a Carta, enquanto dois (2) a ratificaram. A Comissão facilitou a reunião da Mesa da 7ª Conferência dos Ministros Africanos da Função Pública que foi realizada de 9 a 14 de Maio, em Nairobi, Quênia. A Mesa adoptou o Plano de Trabalho da 7ª Conferência e reflectiu nas vias para capacitar a Comissão para a prestação de apoio e serviços ao programa ministerial.

d) Desenvolver um Quadro para Apoiar a Implementação dos Instrumentos e Decisões da Democracia e Governação

i. Maior Sinergia entre a Arquitectura Africana de Governação (AGA) e a Arquitectura de Paz e Segurança (APSA)

398. No quadro dos esforços para a implementação das Decisões do 18º Conselho Executivo e da Declaração da 16ª Sessão Ordinária da Conferência, que apelam para uma maior sinergia entre a Arquitectura Africana de Governação e a Arquitectura de Paz e Segurança, estão a ser criadas as condições para a organização de um retiro entre os dois Departamentos em causa (Assuntos Políticos e Paz e Segurança). O objectivo do retiro é explorar as modalidades para assegurar que os avanços no domínio da Democracia e Governação tenham um lugar de destaque no trabalho do Conselho de Paz e Segurança. De facto, as alíneas f) e m) do Artigo 3º do Protocolo em relação aos objectivos e funções do CPS no domínio da Democracia, Governação e Prevenção de Conflitos fornecem uma base sólida para a interacção entre a Arquitectura Africana de Governação e a Arquitectura de Paz e Segurança. Como tal, é necessário um compromisso sustentado e previsível entre os dois Departamentos e o CPS.

ii. Revisão Periódica da Observância dos Instrumentos dos Valores Comuns pelos Estados-membros

399. Para facilitar a implementação dos instrumentos da UA sobre Democracia e Governação e apoiar directamente os Estados-membros, a Comissão está a envidar esforços no sentido de desenvolver um quadro para acompanhar e rever a observância dos instrumentos da UA sobre os Valores Comuns por parte dos Estados-membros ((EX.CL/Dec.635 (XVIII)). Como resultado de uma consulta com peritos (de 14 a 15 de Outubro de 2011, Sierra Leone), foi recomendado que todos os instrumentos da UA

sobre Democracia e Governação devem servir de base para a identificação dos indicadores e dos parâmetros de referência. Foi ainda recomendado que os indicadores devem prever a especificidade do país e adequada à procura e interesse dos Estados-membros para que os resultados da revisão sejam pertinentes. Foi igualmente recomendado que o processo de revisão deveria ser uma responsabilidade partilhada entre a Comissão e os Estados-membros.

iii. Plataforma Africana de Governação

400. A Plataforma Africana de Governação foi formalmente lançada em 22 de Dezembro de 2010, na África do Sul, em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo (EX.CL/619 (XVIII)). A Plataforma Africana de Governação irá coordenar a avaliação da implementação da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação com outros órgãos-chave da União, as Comunidades Económicas Regionais e as estruturas apropriadas a nível nacional (Artigo 45º, alínea c, da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação).

e) Administração Local

401. A Comissão realizou uma consulta em 23 de Novembro de 2011, em Awasa, Etiópia, para explorar as formas de integrar a Conferência Ministerial Pan-africana sobre Descentralização (AMCOD) nas estruturas e processos da UA, no quadro dos novos Comitês Técnicos Especializados a serem criados. Isto constituirá uma resposta à necessidade para uma visão clara e colectiva sobre as formas como a UA pode apoiar os Estados-membros em matéria de Governação Local, em conformidade com a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.158 (VII).

2. ELEIÇÕES E OBSERVAÇÃO ELEITORAL

a) Assistência Técnica aos Órgãos de Gestão Eleitorais (EMBs)

402. A Comissão está a dar formação e assistência técnica aos EMBs nacionais na África Central, Oriental, Austral e Ocidental. Alguma dessa assistência resulta de pedidos dirigidos à Comissão para dar resposta a necessidades específicas de formação dos EMBs, que não estão abrangidas nos programas de formação regional. A fase-piloto deste programa foi lançada em 21 de Novembro de 2011, com a Comissão Nacional Eleitoral da Sierra Leone. A Comissão está igualmente empenhada neste processo com os EMBs de Botswana, Quênia, Malawi, Nigéria e Zimbábwe. A Comissão celebrou igualmente acordos de cooperação com alguns países e organizações que apoiam as instituições democráticas.

403. No quadro dos esforços para o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de observação eleitoral da UA, foi realizada a Quarta Orientação/Formação para os observadores da UA, de 14 a 16 de Novembro de 2011, em Túnis, Tunísia.

b) Auditorias Pós-Eleitorais

404. Na ausência de um quadro para a observação pós-eleitoral, a Comissão organizou *Workshops* sobre um quadro que facilita a Auditoria Regional Pós-Eleitoral em cada região onde 3 a 4 eleições foram realizadas num espaço de 6 meses.

c) Melhoria dos Sistemas de Observação Eleitoral da UA

405. Com o apoio do PNUD, a Comissão está a trabalhar na transformação da sua metodologia em relação à observação eleitoral, a partir de uma abordagem baseada na avaliação pré-eleitoral e na observação no dia da votação para uma observação eleitoral de longo prazo baseada numa estratégia de ciclo eleitoral, de modo a estar envolvida mais cedo na avaliação dos processos eleitorais.

d) Observação Eleitoral

406. Durante os últimos seis meses, a Comissão monitorizou as eleições na Zâmbia, Libéria, Cabo Verde, Camarões, Tunísia, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Cote d'Ivoire, Guiné e a Gâmbia. De um modo geral, a gestão dos processos eleitorais está a melhorar e os órgãos nacionais de gestão eleitoral estão cada vez mais eficazes e organizados. Ao mesmo tempo que se evidencia a necessidade da manutenção desta dinâmica positiva, a Comissão registou igualmente a necessidade urgente de melhorar a capacidade dos Estados-membros em relação a fase pré-eleitoral e pós-eleitoral.

IV.2. DIREITOS HUMANOS

407. A Comissão ainda está a estudar a forma como a UA poderá complementar e reforçar as capacidades dos Estados-membros em relação à governação e justiça durante o período de transição. A este respeito, consultas foram feitas de 8 a 10 e de 12 a 13 de Setembro, na Cidade do Cabo, África do Sul, com peritos e alguns Estados-membros que iniciaram os seus processos de justiça transitória. As consultas contribuíram para uma visão colectiva e mais coerente da aplicação contemporânea da justiça transitória em África, à luz dos processos em curso com vista ao desenvolvimento de um quadro africano de políticas sobre a justiça transitória, conforme recomendado pelo Painel de Sábios.

408. A Comissão continua a utilizar os eventos comemorativos como oportunidades de sensibilização. A Comissão comemorou o Dia dos Direitos Humanos em África a 21 de Outubro de 2011, o Dia Internacional da Tolerância a 16 de Novembro de 2011 e o Dia Internacional dos Direitos Humanos a 4 de Dezembro de 2011.

a) Estratégias de Direitos Humanos

409. A Comissão, em colaboração com a Rede das Instituições Nacionais de Direitos Humanos em África e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), organizou a 4ª Conferência das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (NHRIs) de 4 a 6 de Agosto de 2011, em Banjul, Gâmbia. A reunião permitiu o intercâmbio de experiências sobre a elaboração de relatórios e o acesso das

Instituições Nacionais de Direitos Humanos ao Sistema Africano de Direitos Humanos. Foi recomendado a elaboração de directrizes que irão reforçar a consciencialização e a compreensão do Sistema Africano de Direitos Humanos.

b) Geração e Gestão de Conhecimento

410. A Comissão continua a modernizar e a actualizar o Centro de Recursos para a Democracia, Governação e Direitos Humanos por forma a melhorar a qualidade da pesquisa e do conhecimento sobre as novas tendências de desenvolvimento e das políticas sobre governação e direitos humanos.

IV.3. QUESTÕES HUMANITÁRIAS, REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS

411. África continua a acolher o maior número de refugiados e deslocados internos no mundo, apesar da melhoria das condições que levaram ao retorno de milhares de pessoas. O agravamento das condições mundiais afectaram negativamente a capacidade do Continente para lidar com a dimensão do choque e isto teve um impacto devastador sobre as populações vulneráveis, vítimas da deslocação forçada. Essas condições incluem as alterações climáticas, a crise alimentar mundial, as catástrofes naturais, o crescimento e a urbanização populacional, a concorrência por recursos escassos, bem como a migração internacional e as diversas movimentações dos povos.

412. Durante os últimos seis meses, a Comissão implementou as directivas e as Decisões do Conselho Executivo e da Cimeira, em estreita colaboração e cooperação com o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos (DIs) e os parceiros da UA, designadamente o ACNUR, CICV, PAM, IOM e a OCHA. Entre os seus êxitos principais, está a realização da primeira Conferência Africana de Solidariedade para a Seca e Fome no Corno de África, realizada em 25 de Agosto de 2011, em Adis Abeba, Etiópia, e a revitalização e reconstituição do Comité Coordenador sobre os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas. Além disso, foram feitos esforços com vista à assinatura e ratificação/adesão da Convenção da UA para a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos, o primeiro instrumento juridicamente vinculativo do género. Espera-se que todos esses esforços possam contribuir largamente na busca de soluções duradouras ao problema da deslocação forçada no longo prazo.

413. No que respeita à Conferência de Solidariedade, os países e as instituições africanas mostraram solidariedade ao contribuírem com um montante de 351.706 milhões de dólares americanos em numerário e 28.8 milhões de dólares americanos em espécie. Após a Cimeira, mais contribuições foram feitas de vários sectores, designadamente dos Membros do Comité dos Representantes Permanentes (CRP), dos Funcionários da Comissão, bem como dos cônjuges de Embaixadores em Adis Abeba.

414. É de salientar que a União Africana não consegue, por si só, dar resposta aos numerosos desafios no domínio das acções humanitárias. Por conseguinte, torna-se imperioso que haja esforços concertados para enfrentar a natureza complexa e multidimensional em resposta as situações de emergência, de uma forma concreta,

com vista a socorrer imediatamente àqueles com grande necessidade, tendo como objectivo, no longo prazo, a promoção da paz, segurança e estabilidade, incluindo a reconciliação nacional, sempre que necessário, para a eliminação total do problema da deslocação forçada.

415. A Comissão gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, por ocasião da celebração do 60º Aniversário da Convenção dos Refugiados e do 50º Aniversário da Convenção sobre a Eliminação dos Casos de Apátridas, ocorrido em Dezembro último, em Genebra. Sendo um parceiro de longa data da UA, a Comissão está determinada a reforçar os ideais comuns que partilha com o ACNUR para assegurar que sejam tomadas soluções duradouras ao problema da deslocação forçada no Continente, através de um maior compromisso aos mesmos ideais de valores comuns.

IV.4. GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

416. A Comissão tem estado na vanguarda da integração da igualdade do género e na capacitação da mulher no sistema da UA em geral e dentro da instituição em particular, como questão transversal nos Quatro Pilares do Plano Estratégico 2009-2012.

a) A Pré-Cimeira da UA sobre o Género em Malabo

417. Para incorporar as preocupações da mulher e do género nos resultados do tema geral da 17ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Chefes de Estados e de Governo, que foi “Acelerar a Capacitação da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável”, a Comissão organizou a sua Quinta Pré-cimeira sobre o Género de 21 a 23 de Junho de 2011, em Malabo, Guiné Equatorial. A Pré-cimeira criou espaço para os participantes discutirem sobre o tema da Cimeira. Além disso, permitiu ao Comité de Coordenação do Fundo da Mulher Africana e ao Comité dos 30 da Década da Mulher Africana, reunirem e analisarem os projectos apresentados para financiamento dos Estados-membros, em linha com o tema da Década da Mulher Africana para 2011. A Pré-cimeira de Malabo foi ímpar porque abarcou três segmentos, nomeadamente o Segmento Continental, a Pré-cimeira Nacional do País Organizador realizada em 24 de Junho, com a participação de todas as mulheres dirigentes nas várias esferas nacionais, como: Parlamento, Órgãos Judiciais, Executivo, Meio Académico, Religião e Organizações da Sociedade Civil e, finalmente, a Pré-cimeira da Mulher a Nível das Bases, realizada em 26 de Junho, com a participação das mulheres agricultoras e comerciantes da Guiné Equatorial, que solicitaram o segmento rural, em linha com o Tema da Década da Mulher Africana, que é “*Estratégia Comunitária para a Igualdade do Género e para a Capacitação da Mulher*”.

b) Estabelecimento de Parcerias

418. A Comissão e a Embaixada da República da África do Sul na Etiópia organizaram conjuntamente um Seminário sobre a Organização Pan-africana da Mulher (PAWO) subordinado ao tema “*Celebrar o Mês da Mulher (República da África do Sul): O realce esteve na PAWO no 50º Aniversário e na 17ª Conferência das Partes da*

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) (COP 17) realizada em Dezembro de 2011, em Durban, África do Sul. Os participantes à reunião formularam recomendações sobre o 50º aniversário da PAWO e as dimensões específicas ao género da COP 17. A reunião foi realizada nas instalações da Embaixada da África do Sul, em Adis Abeba, Etiópia, de 24 a 26 de Agosto de 2011.

c) Implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA)

419. De 28 a 29 de Outubro de 2011, a Comissão organizou um *Workshop* de Reforço de Capacidades aos Estados-membros da UA que ainda não apresentaram os seus relatórios sobre a implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA). A reunião identificou as limitações e as dificuldades enfrentadas por aqueles países e traçou estratégias de apresentação de relatórios e implementação da DSIGA.

d) A Reunião Ministerial da UA sobre Questões do Género e da Mulher

420. A 4ª Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pelas Questões do Género e da Mulher foi realizada de 2 a 3 de Novembro de 2011, na Sede da UA, em Adis Abeba, Etiópia. A Conferência foi precedida pela Reunião de Peritos realizada de 31 de Outubro a 1 de Novembro de 2011.

421. A reunião analisou, entre outros, a dimensão da igualdade entre homens e mulheres da COP 17 e a informação sobre o 50º Aniversário da PAWO. A reunião igualmente analisou e adoptou a composição do Comité Ministerial dos 10 da Década da Mulher Africana, o Tema da Década da Mulher Africana para o Ano de 2012, bem como o Relatório do Comité Ministerial dos 10. Importa referir que o debate sobre a questão da escolha do local que servirá de sede do Secretariado da Década da Mulher Africana foi adiado até que os critérios para tal foram desenvolvidos. Além disso, a NPCA foi solicitada a submeter projectos que serão financiados pelo Fundo NEPAD/Espanha, dentro de 3 meses a partir da data da sua reunião.

e) O Protocolo da UA sobre os direitos da mulher em África

422. Em relação à popularização e defesa do Protocolo da UA sobre os Direitos da Mulher em África, a Comissão continua a trabalhar com a Coligação das OSC, denominada Solidariedade para os Direitos da Mulher em África (SOAWR), com vista à ratificação e implementação do Protocolo por todos os Estados-membros da UA.

f) Mobilização de Recursos para o Fundo da Mulher Africana

423. Além da alocação de 0.5% para o Fundo da Mulher Africana, a Comissão conseguiu mobilizar mais 170 mil dólares americanos do Governo Espanhol e um adicional de 50 mil euros do Fundo NEPAD/Espanha. Além disso, uma Reunião técnica CUA-NEPAD foi realizada de 4 a 7 de Julho de 2011, em Midrand, África do Sul, por

forma a harmonizar e coordenar as suas estratégias em relação a esta questão crítica da mobilização de recursos para o Fundo.

g) Implementação do Fundo para a Mulher Africana

i) Comité de Coordenação do Fundo para a Mulher Africana

424. Em relação ao Fundo para a Mulher Africana, que foi lançado em Janeiro de 2010, a Comissão organizou a Reunião do Comité de Coordenação do Fundo para a Mulher Africana, por duas vezes, primeiro à margem da Cimeira de Malabo de Julho de 2011 e posteriormente a 30 de Outubro de 2011, na Sede da UA. O Comité de Coordenação do Fundo para a Mulher Africana é um grupo técnico e o seu papel principal é rever os aspectos financeiros dos projectos submetidos pelos Estados-membros (tanto pelos Governos como pelas ONGs). O Comité de Coordenação, conjuntamente com o Comité dos 30 da AWD, avaliaram 96 projectos no total, durante as reuniões ocorridas em Malabo e em Adis Abeba.

ii) Reunião Técnica do Comité dos 30 sobre a implementação da AWD

425. A Comissão organizou duas (2) reuniões técnicas do Comité dos 30 sobre a implementação da AWD, para avaliar os aspectos programáticos das propostas dos projectos recebidos que serão financiados ao abrigo do Fundo da Mulher Africana, na sequência de um apelo feito anteriormente. Os peritos avaliaram 64 projectos em Junho, durante a reunião de Malabo, e 48 projectos a 30 de Novembro, durante a reunião ocorrida em Adis Abeba, levando em consideração as respostas às questões levantadas em Malabo. O Comité formulou recomendações adequadas aos Ministros, relativamente aos projectos que tinham cumprido os critérios de financiamento. Esses projectos foram categorizados da seguinte forma:

- i) Projectos a serem financiados
 - ii) Projectos a serem financiados com algumas condições ou ajustes
 - iii) Projectos a serem adiados
- h) Validação do manual de formação sobre o género para as operações de apoio à paz da UA e formação de formadores da operação de apoio à paz da UA**

426. Os dois Departamentos da Comissão (Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento e o Departamento de Paz e Segurança) organizaram conjuntamente o 2º *Workshop* de validação do manual de formação sobre o género para as operações de apoio à paz da UA, a 26 de Setembro de 2011, na Sede da UA. Este *Workshop* validou o manual sobre o género e de formação de formadores da UA e o documento de orientação.

427. A Reunião de validação foi seguida por duas Sessões de Formação para Formadores, de 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2011 e de 2 a 4 de Outubro de

2011, em Nazareth, Etiópia. A formação teve como objectivo capacitar os formadores que irão formar as forças de manutenção de paz e outro pessoal relevante, reduzir ou acabar com os casos de violência do género em situações de conflito. Foram formados cinquenta e cinco (55) participantes dos Escritórios de Ligação da UA, Estados-membros, Divisão de Operações de Apoio à Paz da CUA, Instituto de Defesa Nacional e OSC como futuros formadores das Operações de Apoio à Paz e especialmente formadores das Forças Africanas em Estado de Alerta.

428. Ao mesmo tempo, a Comissão trabalhou em estreita colaboração com o Centro Internacional Kofi Annan de Formação em Manutenção da Paz, na elaboração do seu curso de formação sobre Exploração e Abuso Sexuais. A este respeito, a Comissão participou na Reunião Técnica de Peritos, em Maio de 2011 e fez uma apresentação durante o Curso-Piloto, em Novembro de 2011.

i) Implementação da Política do Género da UA

429. A Comissão continua a reforçar a sua capacidade institucional para orientar e fomentar os processos de integração do género a nível nacional e regional. Para que este compromisso continental se torne uma realidade, a Comissão organizou um *Workshop* sobre Harmonização das Políticas Nacionais e Regionais do Género com a Política da União Africana do Género, de 28 a 29 de Outubro de 2011, em Adis Abeba, Etiópia. A Reunião foi organizada logo a seguir ao *Workshop* de Reforço de Capacidades sobre a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA)

j) Harmonização das políticas do género para os Órgãos da UA, CER e Estados-membros para a utilização dos Estados-membros da UA

430. Esta reunião foi organizada logo a seguir ao *Workshop* de Reforço das Capacidades dos Estados-membros da UA que ainda não apresentaram os seus Relatórios sobre a implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA). A reunião adoptou uma matriz de políticas de harmonização elaborada pela Comissão e posta em circulação nos Estados-membros para utilização, como ferramenta de recolha de informação necessária para o exercício de políticas de harmonização.

k) Curso da UA sobre a Gestão das Políticas Económicas Sensíveis ao Género

431. O 4º Curso da UA sobre **Gestão das Políticas Económicas Sensíveis ao Género** foi uma actividade essencial para o reforço das capacidades da Comissão. O Curso foi organizado de 6 a 16 de Dezembro de 2011, em Adis Abeba, Etiópia, e envolveu decisores dos Ministérios da Economia, Plano, Orçamento e Género dos Estados-membros da UA.

432. Este Curso irá facilitar os participantes a melhor compreenderem a importância da integração do género na formulação de políticas económicas em África, para

acelerar a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), particularmente o ODM 3 sobre a igualdade do género e a capacitação da mulher, tendo plena consideração das diferentes necessidades e papéis da mulher e do homem nas suas previstas contribuições para o crescimento económico nacional.

IV.5. CULTURA

a) Reunião de preparação do Estudo de Viabilidade para a Criação da Comissão Africana de Cinema

433. A 2ª Sessão Ordinária da Conferência da União realizada de 10 a 12 de Julho de 2003, em Maputo, Moçambique, teve como objectivo a criação da Comissão Africana de Cinema, como forma de reactivar e dar uma nova dinâmica a este sector cultural e criativo. A economia criativa do continente em geral e dos Estados-membros em particular, tem o potencial de se tornar o sector principal na geração do crescimento económico, emprego e comércio, como é o caso em muitas economias desenvolvidas.

434. Neste contexto, uma reunião de peritos foi realizada de 23 a 26 de Agosto de 2011, em Niamey, Níger, para rever e finalizar a documentação para o Estudo de Viabilidade para a criação da Comissão Africana de Cinema.

b) Lançamento da Campanha para o Renascimento Cultural Africano aos Estados-membros da SADC

435. A Carta para o Renascimento Cultural de África foi formalmente adoptada na 6ª Sessão Ordinária da Conferência realizada a 24 de Janeiro de 2006, em Cartum, Sudão. Desde a sua adopção, a Carta foi ratificada por apenas três (3) Estados-membros, nomeadamente o Mali, Nigéria e o Senegal e assinada por vinte (20) Estados-membros.

436. A Campanha para o Renascimento Cultural de África com vista a acelerar a ratificação e a implementação da Carta foi lançada a nível continental durante a 3ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros da Cultura, realizada de 25 a 29 de Outubro de 2010, em Abuja, Nigéria. Posteriormente, foi feito o lançamento da Campanha pelos Estados-membros da SADC, de 30 de Novembro a 1 de Dezembro de 2011, em Pretoria.

IV.6. QUESTÕES JURÍDICAS (ARQUITECTURA JURÍDICA DA UNIÃO)

i) Funções Depositárias

437. Deve ser lembrado a Comissão é agora depositária de quarenta e dois (42) tratados, sendo o mais recente a Carta Africana de Valores e Princípios de Função Pública e Administração adoptada pela Décima sexta Sessão Ordinária da Conferência em Adis Abeba, Etiópia em Janeiro de 2011. Este Tratado foi assinado por catorze (14) Estados e ratificado por apenas um (1).

438. Vinte e cinco (25) destes Tratados entraram em vigor. Além disso, três (3) Tratados adicionais a saber, a Constituição da Associação de Organizações Africanas de Promoção de Comércio (1974), a Carta Africana de Transporte Marítimo (1994) e a Constituição da Comissão Africana de Aviação Civil (versão revista) (2009) entraram em vigor provisoriamente, em conformidade com as disposições dos respectivos Tratados que previram a sua entrada em vigor provisória.

439. Durante o período de abrangência do relatório, os Estados-membros continuaram a envidar esforços para assinar, ratificar ou aceder a Tratados da OUA/UA. O ritmo de ratificação/adesão tem sido mais elevado do que no período anterior em que apresentou relatório, tendo sido depositados dezanove (19) Instrumentos contra oito (8). Contudo, deve ser observado que só quinze (15) novas assinaturas foram pensadas aos Tratados, comparando com trinta (30) durante o período coberto pelo relatório anterior.

440. Muito resta por fazer no que diz respeito à assinatura e ratificação dos instrumentos jurídicos da União, apesar dos diversos apelos do Conselho para os Estados-membros nas suas várias decisões pertinentes. De facto, o ritmo lento de ratificação dos Tratados da OUA/UA é uma questão de grande preocupação para a Comissão.

441. A Comissão continuou a intensificar os seus esforços durante a semana da OUA/UA de assinatura (a primeira semana do Dezembro de cada ano) e de convocar seminários regulares de todos os funcionários relevantes envolvidos no processo de ratificação a fim incentivar os Estados-membros a superar os desafios que enfrentam na ratificação de Tratados da OUA/UA, em conformidade com as recomendações da reunião dos Ministros de Justiça/ Procuradores-gerais realizada em Kigali, no Ruanda, em Novembro de 2008 e conforme adoptadas pelo Conselho na sua decisão EX.CL/AU/Dec. 459 (XIV) aprovada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2009.

442. Neste sentido, a Comissão convocou uma Oficina Regional sobre Assinatura, Ratificação/Adesão e Enquadramento Jurídico Interno de Tratados OUA/UA de Relevância Directa para Valores Comuns. O objectivo principal da Oficina foi discutir questões e concordar em acções e recomendações com vista a sensibilizar os Estados-membros da importância de ratificação e enquadramento jurídico interno dos Tratados da OUA/UA (especificamente aqueles que possuem relevância directa para valores comuns), encorajá-los a se tornarem Estados Partidos aos Tratados e para que tomem as medidas necessárias para acelerar a ratificação de ou a adesão a todos os Tratados da OUA/UA. Esta primeira oficina foi organizada para Estados-membros das regiões Centrais e Sul do continente, pelo facto de estas duas (2) regiões possuírem o número mais baixo de ratificações. A Comissão irá organizar a mesma oficina para as outras regiões em 2012. Espera-se que os Estados-membros apoiem estas de iniciativas de incentivar os Estados-membros a acelerar o ritmo dos processos de ratificação.

ii) **Acreditação de Estados Não Africanos na União Africana**

443. De acordo com Parte II, Secção II (3) dos Critérios para Concessão do Estatuto de Observador e para um sistema da Acreditação na União Africana (os Critérios), adoptada pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, a Comissão continuou a receber e a considerar pedidos de acreditação de vários Estados e Organizações não africanos, tendo em mente o interesse supremo da União. Desde o último relatório foram acreditados dez (10) estados não africanos e três (3) organizações internacionais, nos termos das disposições da Parte II, Secção II (3) dos Critérios da Concessão do Estatuto de Observador da UA e um Sistema da Acreditação na UA. Os nomes dos representantes acreditados desde o meu último relatório e os seus respectivos Estados/Organizações estão enumerados na tabela abaixo:

ESTADOS/ORGANIZAÇÕES NÃO AFRICANAS		
Nº	Nome & Título	País/Organização
1.	S.E. Sr. James Kember Embaixador da Nova Zelândia para a UA	Nova Zelândia
2.	S.E. Sr. António Luís Peixoto Cotrim Embaixador de Portugal na Etiópia	Portugal
3.	S.E. Sr. Hugues Chantry Embaixador do Reino da Bélgica na Etiópia	Bélgica
4.	S.E. Sr. Jose Valencia Embaixador da República do Equador na África do Sul	Equador
5.	S.E. Sr. Xie Xiaoyan Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da China junto da República Federal e Democrática da Etiópia	China
6.	S.E. Sr. Archil Dzuliashvili Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Geórgia na República Árabe do Egito e na Síria	Geórgia
7.	Embaixador Rashid Al Faleh Al Haljri, Embaixador do Kuwait na República Federal e Democrática da Etiópia	Kuwait
8.	Embaixador Miguel Ángel Fernández-Palacios Martinez, Embaixador da Espanha na República Federal e Democrática da Etiópia	Espanha
9.	Embaixador Kim Jong-geun, Embaixador da República da Coreia na República Federal e Democrática da Etiópia	República da Coreia
10.	Embaixador Greg Dorey, Embaixador do Reino Unido na República Federal e Democrática da Etiópia	Reino Unido
ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E INTERNACIONAIS		
1.	Venerando Juíz Ahmed Mohammed Abuzeid Observador Permanente da AOMA na UA	Associação dos Provedores de Justiça e dos Mediadores Africanos (AOMA)
2.	Sr. Steve Were Momamo	Programa Alimentar Mundial

ESTADOS/ORGANIZAÇÕES NÃO AFRICANAS		
Nº	Nome & Título	País/Organização
	Representante Residente do PAM-LO junto da UA	Delegação (PAM-LO)

444. O número total de estados não africanos e de Organizações Internacionais acreditados junto da União neste momento atinge setenta e nove (79); isto é, sessenta e cinco (65) Estados não africanos e catorze (14) Organizações Regionais e Internacionais.

iii) Implementação da Decisão Assembly/AU/Dec. 292 (XV) sobre o Abuso do Princípio de Jurisdição Universal

445. O Conselho recorda que, segundo a Decisão Assembly/AU/Dec. 292 (XV) adoptada pela Décima Quarta Sessão Ordinária da Conferência realizada em Adis Ababa, Etiópia, em Fevereiro de 2011 sobre o Abuso do Princípio da Jurisdição Universal, no meu anterior relatório apresentei ao Conselho um resumo das acções tomadas pela Comissão para implementar a Decisão de Conferência acima mencionada a respeito da União Europeia e das Nações Unidas. Após a análise deste Relatório de Actividades, a Reunião adoptou a Decisão Assembly/AU/Dec. 335 (XVI) durante a sua Décima Sexta Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2011.

446. Em relação à implementação desta Decisão, deve se dizer que registaram-se pequenos avanços nas discussões entre a União Africana (AU) e a União Europeia (UE). A dificuldade nas discussões com a UE prendem-se com o facto que a Comissão Europeia (CE) argumenta que a matéria é da competência dos seus Estados-membros e, por isso, ela não pode levar a cabo discussões sobre a matéria. A opinião da AU foi de que uma matéria que tem o potencial de afectar adversamente a parceria ou relações entre dois continentes não pode ser deixada a Estados individuais.

447. Contudo, em relação ao processo ao nível das Nações Unidas, deve se observar que, segundo a Resolução A/RES/65/33 adoptada em Dezembro de 2010 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) sobre Âmbito e Aplicação do Princípio da Jurisdição Universal, o Secretário-Geral da ONU (UNSG) preparou um relatório sobre a matéria, que está a ser analisado pelo Sexto Comité da UNGA, no âmbito do seu Grupo de Trabalho. Na sequência da Resolução da UNGA, a Comissão submeteu ao Secretário-geral da ONU um Memorando sobre o âmbito e a aplicação do princípio da jurisdição Universal, cujas opiniões foram inseridas no Relatório do UNSG. Todavia, entre os Estados-membros da UA, apenas o Botswana submeteu comentários e observações ao UNSG durante o período disponibilizado. Anteriormente, só alguns Estados africanos, incluindo o Camarões, a Etiópia, o Quénia, as Maurícias, o Ruanda e a Tunísia tinham submetido as suas observações.

448. O debate Geral pelo Grupo de Trabalho acima referido teve lugar em Nova Iorque, na Sede de ONU, duas sessões realizadas nos dias 13 e 14, e 20 e 21 de Outubro de 2011, respectivamente. No fim das suas deliberações, por meio de uma

Resolução submetida à Sexagésima-sexta Sessão da UNGA para análise, o Sexto Comité recomendou que a análise do âmbito e da aplicação da jurisdição universal continuasse a decorrer no quadro do seu Grupo de Trabalho, a fim de cumprir o mandato mencionado no parágrafo 2 da Resolução 65/33 da UNGA. Recomendou igualmente que a matéria fosse incluída na agenda provisória da Sexagésima-sétima Sessão subordinada ao título “o âmbito e a aplicação do princípio da jurisdição universal” e alargar o período da submissão de comentários e observações pelos Estados-membros e Observadores da ONU.

449. Além disso, a Comissão decidiu prestar assistência aos Estados-membros a superar os constrangimentos na aplicação do Princípio da Jurisdição Universal e na capacitação no que respeita a outras matérias de natureza jurídica relacionadas com graves crimes internacionais como genocídio, crimes contra humanidade, crimes de guerra e tortura. Neste sentido, a Comissão preparou um Projecto de Lei Modelo sobre Jurisdição Universal, um Estudo e Quadro Conceptual da Legislação Modelo. Além disso, uma Oficina de Validação dos documentos acima citados realizou-se na Sede do Parlamento de Pan-africano em Midrand, África do Sul, de 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2011. A seguir, a Lei Modelo, o Estudo e o Quadro Conceptual da Legislação Modelo da Jurisdição Universal serão analisados por uma reunião de peritos do governo de Estados-membros da UA em 2012 antes da submissão aos órgãos políticos.

iv) Implementação da Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.213(XII) sobre a Atribuição da Competência ao Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos de lidar com matéria de Crimes Internacionais

450. O Conselho deve recordar-se que, tal como foi reportado anteriormente, os fundos para a execução das actividades previstas na implementação da Decisão Assembly/AU/Dec. 213(XII) adoptada pela 12ª Sessão Ordinária da Conferência em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2009, tinham sido garantidos e que foi lançado um estudo abrangente sobre as implicações dos poderes conferidos ao Tribunal de julgar crimes internacionais. O Conselho foi igualmente informado que a validação do Projecto do Protocolo por peritos independentes aconteceu em Agosto e Novembro de 2010, respectivamente.

451. O Conselho, na sua Decisão EX.CL/Dec.659 (XIX) adoptada em Julho de 2011 em Malabo, Guiné Equatorial, solicitou “a Comissão para finalizar, em colaboração com o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP), o processo do exame das implicações da atribuição ao Tribunal de julgar crimes internacionais e submeter relatório sobre a matéria à Conferência, via Conselho Executivo, em Janeiro de 2011”.

452. Consequentemente, a Comissão realizou uma reunião de juristas governamentais de 31 de Outubro a 11 de Novembro de 2011 em Adis Abeba, Etiópia, que analisou o projecto emendado do Protocolo e recomendou a sua submissão a uma reunião dos Ministros de Justiça/Procuradores Gerais antes da sua adopção pela Conferência, e após a sua análise pelo Conselho Executivo. Neste sentido, o projecto do instrumento jurídico sobre a revisão do Protocolo relativo ao Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos será concluído por uma reunião dos Ministros de

Justiça/Procuradores Gerais agendada a ter lugar em Fevereiro/Março de 2012, antes da sua submissão da adopção pela Conferência através do Conselho Executivo em Julho de 2011.

v) Implementação da Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.223 (XII) sobre a Revisão do Protocolo Relativo ao Parlamento Pan-africano (PAP)

453. O Conselho deve se recordar de que a Conferência, vide Decisão Assembly/AU/Dec. 223 (XII) sobre Revisão do Protocolo Relativo ao PAP, solicitou a Comissão para iniciar o processo da revisão do Protocolo, conforme o seu Artigo 25, tomando em consideração as opiniões do PAP e em consulta com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e fazer recomendações apropriadas sobre a matéria aos Órgãos Políticos da UA.

454. O Conselho, na sua Decisão EX.CL/Dec.667 (XIX) adoptada em Julho de 2011 em Malabo, Guiné Equatorial, *'realçou a necessidade de acelerar o processo da revisão do Protocolo do PAP a fim de permitir a este Órgão exercer de forma eficaz o seu mandato'*.

455. Nos relatórios precedentes, o Conselho recebeu um informe sobre as medidas tomadas pela Comissão para implementar a Decisão da Conferência acima mencionada que, dentre outros aspectos, incluía a validação do projecto do Protocolo por peritos independentes no decurso de duas (2) oficinas para o efeito realizados de 10 a 13 de Agosto e 8 a 12 de Novembro 2010, respectivamente.

456. Durante o período abrangido pelo relatório, a Comissão realizou uma reunião de juristas governamentais de 31 de Outubro a 11 de Novembro de 2011 em Adis Abeba, Etiópia, para analisar o projecto emendado do Protocolo antes da sua submissão a uma reunião dos Ministros de Justiça/Procuradores Gerais e antes da sua adopção pela Conferência, após a sua análise pelo Conselho Executivo.

457. Neste sentido, o projecto do instrumento jurídico sobre revisão do Protocolo Relativo ao Parlamento de africano será concluído por uma reunião dos Ministros da Justiça/Procuradores Gerais agendada a ter lugar em Fevereiro/Março de 2012, antes da sua submissão para adopção pela Conferência, através do Conselho Executivo em Julho de 2011.

vi) Reunião dos Conselheiros Jurídicos da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais

458. O Conselho deve recordar que desde o Outubro de 2009, os Conselheiros Jurídicos da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais (CERs) reúnem-se uma vez por ano para troca de opiniões sobre as melhores práticas e particularmente sobre os respectivos papéis dos Conselheiros Jurídicos da UA e das CERs na promoção de sinergias e de uma cooperação eficaz entre diferentes organizações e, deste modo, contribuir para o avanço da agenda de integração continental.

459. Durante o período abrangido pelo relatório, os Conselheiros Jurídicos reuniram-se em Arusha, Tanzânia, na Sede da Comunidade da África Oriental, de 11 a 13 de Julho 2011. Participaram igualmente nesta reunião personalidades jurídicas proeminentes incluindo os Conselheiros Jurídicos do Departamento de Estado (EUA), o Secretário-Geral Assistente da ONU e o Secretário do Tribunal Penal Internacional do Ruanda (ICTR), o Vice-Presidente do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, o Chefe Executivo da União Pan-africana dos Advogados, um membro da Comissão de União Africana sobre o Direito Internacional e do Mecanismo Africano de Apoio Jurídico do Banco de Desenvolvimento Africano.

460. Algumas das questões debatidas durante esta reunião incluíram o trabalho dos Tribunais Penais Ad hoc; a responsabilidade de proteger; o trabalho e as actividades da Comissão de União Africana em matéria do Direito Internacional; as oportunidades e desafios do Tribunal Africano sobre os Direitos Humano e dos Povos; os desafios da UA e das CERs em relação a Imunidades e Privilégios, e; as actividades do Mecanismo Africano de Apoio Jurídico na assistência aos Estados-membros, especialmente sobre como tratar a questão dos *vulture funds* (fundos abutres) e a capacitação em negociação de acordos de empréstimo internacionais.

461. Neste sentido, o Conselho poderá querer observar que os Conselheiros Jurídicos da UA e das CERs estão prontos para analisar qualquer matéria que lhes seja apresentada pelos órgãos da UA e das CERs.

vii) Tribunal Administrativo Ad Hoc

462. Segundo o Artigo 2º do Estatuto do Tribunal Administrativo, este possui competência de julgar litígios entre os trabalhadores e a Organização.

463. Contudo, as operações do Tribunal Administrativo no passado enfrentou problemas de insuficiência de financiamento e há dificuldades de recrutar um Secretário, pois, a maioria dos juristas qualificados com experiências de boas práticas do tribunal não aceitam emprego a curto prazo.

464. Contudo, mais tarde os fundos necessários foram atribuídos ao Tribunal para poder convocar uma audiência. Actualmente existem dez (10) casos para audição e dois Juízes reuniram-se na Sede da UA em Adis Abeba de 23 a 25 de Novembro. Durante a reunião procederam a revisão dos Estatutos e das Normas de Procedimento do Tribunal e prepararam um plano de trabalho para 2012. Nesta sessão, solicita-se que o Conselho nomeie outro Estado membro para substituir o Madagáscar, actualmente suspenso de participar nas actividades da União e que tinha sido anteriormente nomeado pelo Conselho Executivo para indicar um Juiz para o Tribunal. De acordo com as regras aplicáveis, deveria ser a Mauritânia, pelo facto de as nomeações serem feitas na ordem alfabética dos Estados-membros. A Comissão, enquanto espera a nomeação do terceiro Juiz, convocou uma sessão preliminar dos dois (2) Juízes disponíveis de 23 a 25 de Novembro 2011 para se familiarizarem com os casos pendentes, bem como com os instrumentos jurídicos, inclusive o Regulamento do

Pessoal e as Normas da União Africana. Espera-se que o Tribunal esteja em condições de realizar as suas duas (2) sessões em 2012 sem qualquer dificuldade.

viii) Violação dos Direitos de Propriedade Intelectual da União Africana – Internet e Burlas Comerciais em Nome da União Africana

465. Deve se chamar a atenção do Conselho para o facto de que alguns indivíduos e/ou as entidades se têm comunicado sem escrúpulos com insuspeitos do público, agindo como se de instituições da União Africana se tratassem com o objectivo de defraudar, obter satisfação financeira ou promover os seus interesses de negócios.

466. O Conselho poderá querer observar que enquanto algumas dessas actividades são puramente burlas da Internet, algumas dessas entidades estão legalmente registadas em alguns dos nossos Estados-membros e usam o nome, logótipo da União africana e ligam-se ao website da UA. Essas entidades, ao usar o nome e a parafernália da UA, são solicitados dinheiro do vasto público a fim de prestarem certos serviços ou dar acesso a mercadorias ou serviços identificados. Algumas dessas entidades são companhias que incluem agências de fundos fiduciários, instituições de crédito; e instituições de comércio e investimento, dentre outras, e usam nomes tais como *Câmara de Comércio da União Africana (AUCC)*, *Comissão de Finanças da União Africana (AUFC)*, *Fundo Fiduciário da União Africana (AUTF)*, *Companhia de Investimentos da União Africana* e *Fundo Africano de Desenvolvimento*.

467. O nome, o logótipo e outra parafernália são protegidos pela WIPO ao abrigo da Convenção de Paris de Protecção da Propriedade Industrial de 20 de Março de 1883, tal como revista em Bruxelas em 14 de Dezembro de 1990. Neste sentido, o uso do nome, do logótipo e do website da UA por essas entidades é uma violação dos direitos de propriedade intelectual da União Africana. O uso do nome da União de Africana por algumas dessas entidades, para o que alguns aparentemente estão envolvidos em actos fraudulentos, indubitavelmente denegrirá a imagem da União Africana e possivelmente o Governo do país onde elas reclamam estarem registadas e operam abertamente.

468. Consequentemente, apela-se o Conselho para chamar a atenção especial dos Estados-membros sobre necessidade de tomar as medidas necessárias para assegurar a protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual da União Africana, nos seus diversos países através de promulgação de uma legislação nacional apropriada. O Artigo 6^{ter} da Convenção de Paris exige que os Países de Membro recusem o registo de marcas que conflituosas e ofensivas e proibam o uso de armas, bandeiras, outros emblemas, abreviaturas e nomes de países ou Organizações Intergovernamentais Internacionais (IIO's) das quais um ou vários países são membros.

469. A maior parte dos Estados-membros da UA são Estados Partes à Convenção de Paris. Isto significa que os Estados-membros que são partes à Convenção têm um dever e uma responsabilidade de proteger a parafernália AU e as dos seus programas, nomeadamente a NEPAD bem como o MARP, de mau uso e de abuso por homens de negócios sem escrúpulos. Alguns Estados-membros da UA (Estados Partes à

Convenção) deram um passo em frente incorporando as disposições de referência do Artigo 6ter no seu direito interno. Os outros incorporaram apenas as disposições básicas do Artigo 6ter no seu direito interno. Mesmo assim, poderá haver deficiências na protecção comparando as referências, todavia, estes países, aderiram à Convenção de Paris e dão a protecção conforme o Artigo 6ter nas suas posturas municipais. A respeito dos Estados-membros da UA que não aderiram ou não se tornaram membros da Convenção de Paris e não possuem nenhuma legislação interna que provê a protecção de marcas de comércio da IIO, a UA gozará de protecção apenas se ela requerer e obtiver o registo das suas marcas de comércio ou publicar anúncios de advertência nesses países. Por isso, a Comissão apela a todos os Estados-membros para assegurar a tomada de medidas necessárias para proteger as marcas de comércio da UA nos seus direitos internos.

V. REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES

V.1 COMISSÃO – CAPACITAÇÃO E MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

470. A transformação da Organização da Unidade Africana na União Africana trouxe consigo uma necessidade urgente de a Comissão se equipar com melhores capacidades e habilidades de gestão de recursos humanos, bem como de sistemas administrativos, procedimentos e processos que a permitiriam exercer efectivamente o seu mandato.

471. Desde 2008, a Comissão tomou uma abordagem agressiva e ambiciosa para a mudança e reforma organizacional no sentido de emprestar uma maior eficiência, eficácia e melhor prestação de serviços. A atenção foi concentrada no fortalecimento dos processos e procedimentos de planificação política e programática e orçamentação, desenvolvimento e gestão dos recursos humanos, gestão financeira, outros serviços administrativos, gestão de reuniões e conferências, prestação de serviços médicos, Tecnologias de Informação e Comunicação, aquisições e gestão patrimonial, coordenação geral interdepartamental, gestão de parceiros e intervenientes, todos dentro dos objectivos globais do Programa de Reforço da Capacidade Institucional - Pilar 4 do Plano Estratégico 2009-2012.

1. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

472. A importância de recursos humanos dentro de uma Organização deve ser enfatizada no ambiente de negócios rapidamente em mudanças e incerto. É através da gestão apropriada de pessoas que se pode obter êxito em qualquer Organização. A Comissão reconhece que o pessoal da Comissão é o seu capital principal e mais importante.

a) Gestão do Desempenho

473. Durante últimos dois anos, esforços foram feitos para melhorar a gestão do desempenho dos funcionários. O projecto da política adequada, o Quadro da Gestão do Desempenho e Prestação de Contas, foi aprovado pela Comissão e as estruturas apropriadas dentro da Comissão estão a ser analisadas para a aprovação final. Dentro

deste quadro, o ciclo do desempenho dos funcionários foi sincronizado de modo a iniciar em Março de cada ano e terminar em Fevereiro do seguinte ano. É fácil de gerir um ciclo de desempenho unificado, uma vez que as metas do desempenho e outras prestações (para todo o pessoal) são acordadas no início do período, controlados ao longo e avaliados no fim do período. Esta abordagem de gerir o desempenho dos funcionários assegura a objectividade, a transparência, actividades orientadas para os objectivos e distribuição equitativa do volume de trabalho.

b) Dados Mestres dos Recursos Humanos (RH)

474. As implicações decorrentes da manutenção de dados exactos devem ser salientes. A introdução e a implementação do sistema SAP melhoraram de forma extraordinária a integridade de dados dos Recursos Humanos. Por exemplo, antes da introdução do sistema SAP, não era fácil garantir informação correcta dos funcionários nos postos. Isto é agora uma coisa do passado. O tempo que leva para produzir relatórios dos funcionários, em todos os aspectos, foi reduzido de semanas para horas (se não mesmo minutos) com a maior exactidão.

c) Formação e Capacitação dos Funcionários

475. No ambiente actual de tecnologias em constante mudança e novos métodos de Resolução de problemas, o treinamento e desenvolvimento de habilidades é uma actividade contínua. A Comissão continuou a desenvolver e elevar as habilidades dos funcionários em todas as áreas da perícia. A Comissão opera um Centro robusto de Formação de Língua. Funcionários, seus cônjuges e funcionários provenientes dos Estados-membros recebem formação em línguas árabe, inglês, francês, português e espanhol.

d) Recrutamento

476. O ano de 2011 testemunhou melhorias significativas no capítulo dos processos de recrutamento, selecção e admissão de funcionários. Processos claros envolvendo a selecção e sessões de entrevistas com recurso às directrizes e instrumentos científicos aumentaram a transparência dos processos e emprestaram credibilidade a todo este exercício importante.

477. A planificação detalhada é o fundamento para o êxito de recrutamento bem como a estreita colaboração com os departamentos usuários na solicitação da identificação das suas prioridades de recrutamentos e assegurar a adesão aos termos da referência para os postos de acordo com o regulamento da CUA no tocante aos anúncios de vaga. Os Departamentos igualmente em geral assumem basicamente este processo e, por isto, eles têm conseguido obter candidatos adequados para os cargos anunciados.

478. As reuniões regulares do Conselho de Nomeações e Provisão (APROB) igualmente ajudaram a Comissão no alcance do seu objectivo de recrutamento anual de 50 candidatos. Para 2011, este número foi superado com a nomeação de 65 candidatos. Criou-se um processo de recrutamento profissional e meticuloso que

assegura a observância do sistema de quota e distribuição regional equitativa e diversificada.

479. Um sistema de Recrutamento electrónico foi lançado no dia 19 de Agosto de 2011. A maioria dos funcionários da Comissão de União Africana criou os seus perfis no sistema e está usando-o agora activamente para candidatar-se às vagas anunciadas. Um número esmagador de candidatos externos igualmente entra no *site* e está igualmente a candidatar-se aos empregos e a criar o seu perfil. Até agora, a Comissão está operar um sistema paralelo onde os anúncios de emprego são disponíveis tanto no website principal AUC como no banco de dados do recrutamento electrónico. O sistema paralelo assegurará que todos os candidatos possíveis possam candidatar-se às vagas usando qualquer dos dois *sites*.

e) Reformas Estruturais da Comissão e dos Órgãos da União

i. A Comissão

480. Deve ser recordado que a estrutura da Comissão foi adoptada em 2003. Nessa altura, não se poderia prever o volume e a diversidade dos programas, das responsabilidades e das actividades da Comissão. Em reconhecimento da necessidade de remodelar a estrutura da Comissão e dotá-la de recursos humanos adicionais, o Conselho Executivo, desde 2005, aprovou por várias vezes estruturas adicionais da Comissão. Contudo, estes ajustes, embora tenham providenciado os recursos humanos necessários, foram um para parcela e não abordaram as reformas estruturais da Comissão de uma forma abrangente. A Comissão, por isso, levou a cabo uma revisão abrangente da sua estrutura em 2009. Consequentemente, foi criado um grupo de trabalho especial presidido pelo Vice-Presidente para realizar esta tarefa. Após consultas intensivas com todos os Departamentos, Escritórios e Unidades, a Comissão preparou e submeteu ao Subcomité do CRP sobre Reformas Estruturais uma proposta de racionalização da estrutura em algumas áreas-chave e a criação de novos postos afins. Em Janeiro de 2011, o Conselho Executivo adoptou a Decisão EX.CL/Dec 602 (XVIII) que aprovou a criação de 123 novos postos a ser implementados durante um período de cinco anos. Em Julho de 2011, o Conselho, através sua Decisão EX.CL/Dec.646 (XVIII) criou uma Divisão da Gestão de Parcerias Estratégicas no Gabinete do Presidente e proveu-o com 12 novos postos. Estes ajustes proporcionarão capacidades adicionais à Comissão para fazer face aos desafios que enfrenta.

ii. Os Órgãos da União

481. Durante o período em análise, a Comissão fez consultas intensivas com todos os Órgãos e Instituições da União, a saber; a NEPAD, o PAP, o Tribunal, o MARP, a AFREC e o Conselho sobre a Corrupção e preparou propostas para análise do Subcomité CRP sobre Estruturas. Deve se observar que todos estes Órgãos, com a excepção do Tribunal, estão a funcionar com estruturas *ad hoc*; daí a necessidade de acelerar a análise destas propostas.

2. PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

a) Contabilidade e Responsabilidade Financeira Geral

482. A actual Comissão herdou enormes desafios relativamente aos fundos desaparecidos e um atraso na apresentação de relatórios. Um grande número de ordens de cobrança dos parceiros de desenvolvimento teve de ser solucionado. Entretanto, até à data, foram feitas melhorias significativas nos sistemas de apresentação de relatórios contabilísticos e financeiros em conformidade com as normas internacionais. Agora pretende-se mover em direcção à adopção integral das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS), que irá melhorar cada vez mais a qualidade dos relatórios financeiros.

483. Foram tomadas determinadas medidas para melhorar a integridade dos dados e solução dos atrasos das operações financeiras, especialmente as que envolvem fundos de parceiros, alguns dos quais são desde 2000. Um volume significativo de fundos passados desaparecidos foi agora esclarecido e racionalizado. Têm igualmente sido tomadas medidas para assegurar que as demonstrações financeiras sejam preparadas sem atrasos significativos.

484. A introdução do sistema SAP – EPR em 2009 contribuiu em grande medida para esta melhoria geral na gestão financeira. O SAP está agora totalmente operacional na sede e em alguns Escritórios Regionais e de Ligação. Estão em curso planos para o lançamento do sistema nos restantes Escritórios para maximizar os benefícios do sistema.

b) Uma Gestão Mais Eficaz dos Fundos dos Parceiros

485. Os trabalhos nessa área destinam-se a ter um sistema de planeamento, orçamentação e contabilidade interno eficaz, bem como, um diálogo eficaz com os parceiros externos, como forma de garantir o fluxo normal de recursos para apoiar os programas da Comissão. Nesse sentido, os Departamentos são apoiados eficazmente por responsáveis por planeamento no desenvolvimento de programas e planos para a utilização dos fundos dos parceiros. A Direcção de Planeamento Estratégico foi reorganizada para coordenar a melhor gestão dos fundos dos parceiros. A Divisão de Mobilização de Recursos da mesma Direcção foi reforçada e foram nomeados funcionários responsáveis para gerir os vários fundos dos parceiros. Foi criada a Divisão de Fundos dos Parceiros na PBFA, que coordena com os funcionários responsáveis pela mobilização de recursos. Nesse sentido, melhorou significativamente a prestação de contas e apresentação de relatórios sobre os fundos dos parceiros.

c) Gestão dos Fundos de Paz e Segurança

486. Tendo em conta os desafios especiais na gestão dos fundos de paz, em termos de complexidade das operações e o volume dos fundos envolvidos, foram desenvolvidas e estão em funcionamento Orientações Financeiras e Administrativas para as Operações de Manutenção da Paz (por exemplo, AMISOM) e Escritórios de Ligação. Esses manuais têm em conta as lições aprendidas na implementação das

operações anteriores, como a AMIS. Isso reduziu substancialmente os riscos financeiros anteriormente enfrentados na utilização dos fundos dos parceiros nesse sector.

d) Trabalhar para os Acordos de Contribuição

487. Para cumprir o seu crescente mandato, a Comissão mobiliza recursos de parceiros para complementar os disponibilizados pelos Estados-membros. O sucesso na gestão desses recursos é condicionado pela existência de sistemas administrativos e financeiros que cumpram na generalidade com as Normas Internacionais aceites. A Comissão, por sua vez, está empenhada em garantir que os fundos dos parceiros sejam recebidos em consonância com os princípios da Declaração de Paris, incluindo principalmente o princípio da eficácia através da apropriação dos programas e a previsibilidade do financiamento. As consultas com os parceiros a este respeito resultaram no estabelecimento do Acordo de Financiamento Conjunto (JFA) ao qual vários parceiros são agora signatários.

e) Programação e Orçamentação com base nos Resultados

488. O Orçamento para o Exercício de 2012 foi adoptado a 12 de Dezembro de 2011, por uma Sessão Extraordinária do Conselho Executivo. A aprovação do orçamento, neste momento, antes do início do exercício, foi significativa e histórica visto que marcou um passo importante na reforma do ciclo de planeamento e orçamentação na União. A aprovação do orçamento neste momento proporciona um avanço necessário para reunir e consolidar os recursos e para a elaboração dos necessários planos de trabalho dos departamentos e individuais para a execução atempada e eficaz do orçamento. Por este e outros motivos, é intenção apresentar subseqüentes orçamentos anuais da União durante a Cimeira de Junho do exercício anterior ao específico para aprovação. O orçamento que foi apresentado e aprovado por uma Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, que por si representou uma grande mudança de paradigma em termos de processo de orçamento e de qualidade e conteúdo técnico do documento de orçamento. O orçamento para o exercício de 2012 foi elaborado por meio de um intenso processo inclusivo que envolveu todos os Departamentos. Tem havido uma mudança da orçamentação de actividades para uma com base em resultados, vinculando os objectivos aos resultados. Isto levou a uma maior concentração de recursos, maior transparência e eficiência. O processo de revisão do orçamento levado a cabo pelo CRP e seus Subcomités de Programas e Conferências, de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras foi sem precedentes em termos de tempo investido, rigor e interrogatório da perspectiva do alcance de resultados e do impacto.

489. Continuarão a ser envidados esforços no sentido de melhorar a qualidade, conteúdo e apresentação do orçamento. Estão a ser desenvolvidas propostas para um movimento no sentido da orçamentação plurianual. Além de reduzir o tempo do pessoal e os custos incidentais associados, a orçamentação plurianual irá, entre outras coisas, garantir uma maior previsibilidade na disponibilidade e utilização de recursos bem como melhoria na implementação dos planos estratégicos de longo e médio prazo.

3. OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

a) **Aquisição**

490. O destaque para a melhoria dos serviços de aquisição tem sido na capacitação do pessoal para se tornar mais produtivo no seu trabalho, através de serviços de alta qualidade e inovadoras ao cliente, e garantindo que os limitados fundos da Comissão sejam utilizados economicamente para fins aprovados e que se destinam. Isso foi possível através da implementação do Plano Anual de Aquisição. Tem igualmente havido maior colaboração e trabalho em equipa entre os funcionários para manter a sinergia e garantir que as actividades de aquisição sejam consistentes com o Regulamento Financeiro e Procedimentos de Aquisição Aprovados. O ciclo de aquisições foi reduzido significativamente.

b) **Manutenção e desenvolvimento imobiliário**

491. Para além de gerir as infra-estruturas existentes, apoio técnico e interacção foram prestados para os processos de aprovação e supervisão relacionados com a concepção e construção dos grandes projectos da Comissão em curso.

i. Complexo de Conferências e Escritórios da UA

492. 95% de todo o projecto está concluído e estão a ser tomadas medidas para inaugurar o Complexo e realizar a Cimeira da Conferência de Janeiro de 2012 nas novas instalações. A disponibilização de escritórios e a mudança para o novo Complexo deverá iniciar após a sua entrada em serviço e a inauguração pela Conferência.

ii. Edifício da Paz e Segurança da UA

493. Todos os trabalhos preliminares de concepção e o caderno de encargos foram concluídos com êxito. Os trabalhos de construção já iniciaram. A construção está prevista para ser concluída no início de 2013.

iii. Projecto da Aldeia Africana e Instalações Residenciais para o Vice-presidente e Comissários

494. Depois de obter uma concessão de 215.000 metros quadrados de terreno do governo etíope, todas as parcelas foram protegidas e o trabalho de vedação temporária foi concluído. Foi lançado um Concurso, convidando participantes de todo o continente africano e os vencedores para fazer os projectos detalhados de construção foram seleccionados. Com base nos projectos seleccionados, a produção dos trabalhos dos projectos detalhados deverá iniciar no início de 2012.

iv. Trabalhos de Renovação e Melhoria

495. Foram iniciadas diferentes obras de manutenção, modificação e alteração de espaços de escritórios, com vista a melhorar as instalações existentes. Realizaram-se obras de manutenção programadas e sob demanda para garantir o abastecimento normal de todos os utilitários. Foi feita, de forma adequada, a manutenção de todos os

sistemas electromecânicos. Durante o período em análise foi realizada a fiscalização geral dos serviços de limpeza e manutenção, incluindo a recolha de lixo, melhoria e manutenção dos jardins. Foram concluídas as grandes obras de modernização do terceiro andar no Edifício C da Sede da Comissão. Foram igualmente feitas actualizações dos sistemas de telefone existentes e outras obras diversas de manutenção.

c) Gestão de Informação e Tecnologias

496. A prestação de serviços de TIC centrou-se na disponibilização de soluções e serviços de TI de alta qualidade, inovadores, centrados no usuário e rentáveis que irão capacitar funcionários a tornarem-se mais produtivos nas suas actividades diárias, independentemente da sua localização geográfica. A Comissão considera a utilização de instalações e serviços de TIC como um meio para economizar tempo e dinheiro, bem como para o aumento dos processos de produtividade, gestão e monitorização. Assim, a Comissão continuará a incentivar e a impulsionar a utilização de TIC em todos os Escritórios.

497. Os principais resultados incluíram:

- O funcionamento automatizado dos Serviços de Finanças, RH e de gestão de Armazéns por meio do aplicativo ERP (SAP) melhorou consideravelmente a gestão e a monitorização do fluxo de trabalho. Foram igualmente desenvolvidos internamente aplicativos para diferentes Departamentos reforçar as actividades operacionais na facilitação de um fluxo de trabalho para uma prestação de serviços eficiente e rápida;
- A construção de um Centro de Dados que disponibiliza uma infra-estrutura de rede mais fiável e segura com um tempo de inactividade mínimo e alta disponibilidade de serviços, uma rede alargada que é acessível ao pessoal no escritório, e em viagem e convidados em visita à Comissão;
- Todos os escritórios de representação e regionais da CUA e as CERs estão ligados à sede da CUA através de uma rede privada de satélite que permitiu que os serviços em execução na Sede sejam alargados para esses Escritórios. Esses incluem aplicativos corporativos (SAP, e-mail etc.), comunicação de voz (linhas de telefone de extensão) e videoconferência;
- Os níveis de segurança foram aperfeiçoados para proteger as informações na rede da Comissão contra potenciais intrusos, internos e externos;
- Foi desenvolvido um roteiro de TIC para os próximos cinco anos, para acomodar as futuras demandas da organização e para lidar com as crescentes exigências e tecnologias emergentes.

d) Protecção e Segurança

498. O Serviço de Protecção e Segurança continuou a tomar medidas para reforçar a protecção das instalações e propriedade da Comissão, bem como aos funcionários e seus dependentes em suas casas. Foi implementado e está em funcionamento um sistema de sentinelas. Uma linha telefónica gratuita para os funcionários está aberta e em uso permanente. As localizações das residências dos altos funcionários da Comissão foram projectadas para fins de emergência. Agentes de segurança são distribuídos nos três edifícios de escritórios satélites alugados pela Comissão para prestar a mesma cobertura de segurança semelhante à que é prestada aos funcionários na Sede. São emitidas actualizações mensais para todos os funcionários no sentido de mantê-los informados sobre a actual situação de segurança em Adis Abeba. Um procedimento de Certificação foi iniciado, em colaboração com a Polícia Federal Forense e Departamento de Investigação Criminal, para os funcionários que contratam de empregados domésticos nas suas residências.

e) Outros Serviços Administrativos

i. Gestão de Registos

499. Foi lançado um projecto para informatizar todo o sistema de registo. No âmbito deste projecto, o sistema de gestão de registos da Comissão, que é actualmente à base de papel e gerido manualmente, seja automatizado e todos os registos, desde a criação até o arquivo, sejam em formato electrónico. Foram preparadas as Políticas de Gestão de Registos, incluindo o Manual de Retenção. Está em execução a aquisição dos equipamentos, tais como servidores, dispositivos de armazenamento e *scanners* digitais, que são necessários para a digitalização dos registos em papel. Espera-se que o Novo Sistema de Gestão de Registos Electrónicos da UA seja lançado em alguns Departamentos seleccionados até ao primeiro trimestre de 2012. Será posteriormente alargado para cobrir outros Departamentos e Escritórios de Representação e Regionais. Os funcionários, tanto na Sede como nos Escritórios de Representação/Regionais devem receber formação necessária na utilização do novo sistema, destinado a tornar eficiente a gestão de registos na UA e em conformidade com as normas internacionais.

ii. Programa de Melhoria Contínua

500. Este programa teve início em 2009 e tem o objectivo de eliminar o desperdício, aumentando a produtividade e alcance da melhoria contínua sustentável nas actividades e processos direccionados da Comissão. O destaque tem sido na redução do desperdício para a eficiência operacional e excelência organizacional através da melhoria física do local de trabalho; melhoria de processos; melhoria de política; e o envolvimento de pessoas. Foi concluída a primeira fase do Programa, que foi iniciado em 2009. O destaque, nessa fase, foi sobre quatro Departamentos principais da Comissão, ou seja, Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Programação, Orçamento, Contabilidade e Finanças; Serviços de Conferências; e

Serviços de Saúde. A segunda fase do Programa irá implementar uma série de recomendações de melhoria de processos da primeira fase e alargar o Programa para todos os outros Departamentos e Escritórios da Comissão, incluindo os escritórios de campo.

4. **GESTÃO DE CONFERÊNCIAS E PUBLICAÇÕES**

a) **Melhoria das Ferramentas e Métodos de Trabalho**

501. Nos últimos anos, a Comissão iniciou um ambicioso programa de modernização das ferramentas e métodos de trabalho dos Serviços de Conferência. A introdução de um sistema de fluxo de trabalho e a utilização de ferramentas de tradução informatizadas ajudaram a acelerar e a melhorar a eficiência e a qualidade da tradução. Há uma melhor coordenação das reuniões bem como planeamento e gestão de eventos. A introdução de CDs reduziu a utilização do papel e preservação do meio ambiente. Além disso, a criação de uma página web com base no servidor permitiu a todos os usuários de documentos de Conferências a extrair facilmente os documentos de trabalho e todas as Decisões da Conferência e do Conselho Executivo. Relativamente aos sistemas de interpretação, foi instalada uma base de Software de gravação áudio digital com capacidade de até oito canais de interpretação. Este sistema de gravação moderna está a funcionar em rede e permite à Comissão gravar as reuniões e estabelecer um sistema de arquivo áudio digital. Foram igualmente introduzidas novas Políticas. Foram preparadas orientações sobre a gestão de documentos. Está a ser compilada um Banco de Terminologia da UA, para padronizar todos os documentos.

b) **Recrutamento de Pessoal *Freelance***

502. Para garantir maior transparência no recrutamento de pessoal *Freelance* e alargar a sua base de dados do pessoal *Freelance*, abriu-se uma página web para potenciais candidatos. A base de dados é actualizada regularmente com base em avaliações e novas entradas. Por outro lado e para garantir que os custos das reuniões sejam reduzidos e capazes de disponibilizar funcionários em um curto prazo, foi desenvolvida uma política para permitir que o recrutamento do pessoal numa base mensal e rotativa. A Comissão estabeleceu recentemente uma Equipa de Trabalho cujos termos de referência foram os de elaborar recomendações para melhorar a gestão do pessoal *Freelance*.

c) **Formação do Pessoal e Aprendizagem Cooperativa**

503. A capacitação através da modernização dos métodos de trabalho tem sido o centro principal. Os funcionários foram formados nas suas respectivas áreas de competência, melhorando o seu desempenho e interagindo e partilhando experiências sobre as melhores práticas com seus homólogos e colegas de outras organizações internacionais.

5. SERVIÇOS DE SAÚDE

504. O centro de saúde da CUA levou a cabo importantes projectos de desenvolvimento orientados para o reforço da prestação efectiva de cuidados de saúde aos funcionários da CUA e das missões diplomáticas acreditadas junto da União Africana. As principais melhorias incluem a instalação de novos equipamentos de Radio Imagens e Odontológicos, já em funcionamento. O laboratório está agora melhor equipado e é capaz de realizar análises de 97% dos testes básicos de laboratório. O equipamento de telemedicina foi instalado e em funcionamento. Já iniciaram as Consultas de telemedicina. O sistema de registos médicos electrónicos foi instalado e está agora em fase de conclusão. A gestão de resíduos hospitalares gerados foi melhorada, com a instalação de um incinerador com tecnologia de última geração. Houve formação de melhoria contínua das capacidades do pessoal do Centro. O fornecimento de medicamentos tem sido feito a níveis adequados, graças a um planeamento atempado adequado e melhoria dos procedimentos de aquisição. Existe agora um serviço de 24 horas no Centro.

6. ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

a) Gabinete de Apoio ao Secretariado Conjunto (JSSO)

505. Comissão da União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento destacaram a importância da cooperação entre as três instituições para dar o máximo apoio aos esforços de desenvolvimento no continente. Para aprofundar a sua parceria, os principais executivos da CUA, do BAD e da UNECA decidiram reforçar o Secretariado Conjunto, estabelecendo um Gabinete de Apoio ao Secretariado Conjunto (JSSO) para coordenar os seus trabalhos e supervisionar a implementação das suas decisões. O Secretariado Conjunto irá reforçar a partilha de conhecimentos e promover maiores ligações institucionais e programas entre os Departamentos e Divisões nas três instituições em benefício de África.

b) Diálogo com os Parceiros Estratégicos

506. O Diálogo com Parceiros Estratégicos foi introduzido em Dezembro de 2009, como um fórum anual para reunir as instituições pan-africanas e os Parceiros Estratégicos de África para debater sobre questões relativas ao crescente papel de África nas questões globais. Foi igualmente um marco significativo na mudança de paradigma nas relações entre a África e os seus Parceiros Internacionais das tradicionais relações doador - destinatário para um compromisso de benefício mútuo entre África e as instituições pan-africanas, por um lado, e os Parceiros da Comunidade Internacional parceiro, por outro, como parceiros colaboradores sobre importantes questões de interesse global.

c) Implementação do Programa Decenal de Capacitação da ONU-UA

507. Recorde-se que, durante a sua última sessão, o Conselho Executivo tomou nota, pela primeira vez, de um relatório apresentado pela Comissão sobre a implementação do Programa Decenal de Capacitação da ONU-UA [TYCBP]. Embora reconheça o contributo que o TYCBP pode dar para o reforço das capacidades da UA para cumprir o seu mandato, o Conselho congratulou-se com os esforços em curso para elaborar uma programa de trabalho de capacitação para a CUA, NPCA e as CERs, conforme solicitado pela 11ª Sessão do Mecanismo Regional de Coordenação (MRC) realizada em Novembro de 2010. Nesse sentido, solicitou à Comissão a apresentar regularmente um relatório sobre a implementação do TYCBP, com destaque nos resultados e objectivos concretos.

508. Como um primeiro passo importante para a elaboração do programa de trabalho de capacitação acima mencionado, foi organizado um retiro a pedido da Comissão e sob a égide do Secretariado Conjunto do MRC. Estiveram presentes representantes da maioria dos Departamentos e Divisões da Comissão, representantes da NPCA, MAAP e das CERs, por um lado, e os representantes do Sistema das Nações Unidas, por outro. O seu objectivo foi o de familiarizar os participantes com as questões envolvidas na elaboração do programa, e, portanto, lançar as bases para a sua elaboração real, através de um processo de compromisso entre uma equipa de consultores [trabalhando em conjunto com a UA e a ONU] com os gestores de programas dos departamentos da Comissão, quanto às suas necessidades de capacitação.

509. O referido exercício de avaliação de necessidades dos departamentos que se seguiu foi realizado de acordo com o princípio da apropriação da UA da implementação do TYCBP e foi, deste modo, baseado em geral no plano estratégico, bem como nos planos de trabalho e prioridades dos departamentos. Isso foi uma ruptura com o passado, dando, conforme o fez, uma oportunidade para a própria Comissão identificar as suas necessidades de capacitação. O resultado do exercício de avaliação das necessidades foi um relatório, que se previa constituir a base de um programa de apoio a ser instituído pela ONU para os esforços de capacitação da UA.

510. A 12ª Sessão do MRC que teve lugar em Adis Abeba, em Novembro de 2011, aprovou o relatório e solicitou às Agências do sistema das Nações Unidas, que são agrupados em *clusters*, a integrar plenamente os resultados da avaliação das necessidades nos seus planos de trabalho, com base nas solicitações da UA. O MRC reiterou igualmente que o programa de trabalho deve ser alargado a todos os membros da família UA, incluindo a NPCA, MAAP, Órgãos da UA e CERs; e que esta segunda fase do exercício de avaliação das necessidades deverá estar concluída em Novembro de 2012.

7. COORDENAÇÃO INTERDEPARTAMENTAL

511. O Gabinete do Secretário-Geral da Comissão (OSGC) tem levado a cabo as suas actividades como o ponto focal da Comissão no exercício das suas atribuições como Secretariado da União. Recorde-se que o Gabinete:

- i. Funciona como o Secretariado das reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA, em particular o CRP, o Conselho Executivo e a Conferência, através da elaboração de projectos de agenda, coordenação da apresentação de documentos relevantes pelos departamentos em causa, e elaboração de relatórios para as reuniões dos referidos órgãos;
- ii. Apoia a liderança da Comissão e os referidos Órgãos na planificação e realização das suas respectivas reuniões;
- iii. Fornece todas as informações necessárias que servem como um ponto de acesso aos Estados-membros, aos outros órgãos da UA, às CERs e aos parceiros da UA;
- iv. Assiste o Presidente da Comissão a monitorizar e assegurar a implementação das decisões dos Órgãos Deliberativos da União;
- v. Presta assessoria técnica a todas as estruturas da Comissão sobre a forma como os documentos de trabalho, projectos de decisões e recomendações são elaborados, com vista a assegurar documentos de qualidade e coerentes de acordo com as normas estabelecidas e de uma forma orientada para resultados e acções;
- vi. Funciona como uma memória institucional para a Comissão e outros Órgãos da UA.

512. No cumprimento das suas responsabilidades, o OSGC facilita o acesso a todas as Decisões e Documentos Estratégicos por todos os usuários, e publica a cada semestre o Jornal Oficial da União que abarca todas as Decisões de todos os Órgãos da UA, e assegura a sua ampla divulgação a nível dos Estados-membros, Órgãos da UA e outros Intervenientes.

513. O OSGC continua a prestar apoio às reuniões semanais da Comissão que permitem a liderança da Comissão coordenar e harmonizar os esforços empreendidos por todos os Departamentos e Escritórios com vista a cumprirem os seus respectivos mandatos de forma coerente e organizada. Desde Abril de 2008, a Comissão realizou até a data mais de 155 reuniões que forneceram orientação política e estratégica para todas as suas estruturas. Estas directrizes são amplamente divulgadas numa base semanal a todo o pessoal da Sede e Escritórios Regionais/de Representação e Escritórios de Campo através de comunicados sobre as várias decisões tomadas pela Comissão e acções de acompanhamento necessárias nesta matéria.

514. O Gabinete tem facilitado a realização de reuniões regulares interdepartamentais da Comissão, onde questões relevantes são abordadas para assegurar abordagens comuns relativas a questões técnicas tais como organização e prestação de serviços às reuniões dos órgãos deliberativos, bem como o cumprimento das directrizes e normas para a apresentação de documentos oficiais, etc.

515. Supervisiona a planificação, organização e prestação de serviços a todas as conferências e reuniões principais da UA, bem como a mobilização de contribuições de todos os Departamentos relevantes e Prestadores de Serviços, estabelecendo ao mesmo tempo ligações horizontais para uma boa coordenação das actividades e implementação oportuna das decisões;

516. Apesar de alguns esforços terem sido feitos nos últimos anos, este Gabinete ainda enfrenta uma forte escassez de pessoal, e precisa de ser apoiado com uma estrutura adequada e de apoio financeiro proporcional para cumprir efectivamente o seu mandato. Foram apresentadas propostas ao Subcomité de Reformas Estruturais neste sentido, mas devido a restrições financeiras, as necessidades não foram satisfeitas de forma adequada. Actualmente há uma necessidade crítica de criar uma segunda Divisão para tratar de questões de coordenação interna, além da já existente que trata das relações com os Estados-membros, Órgãos Deliberativos da UA (PRC e seus Subcomités, Conselho Executivo e Conferência), outros Órgãos, CERs e Parceiros.

8. PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

a) Planificação, Monitorização e Avaliação

i. Reformulação e Desenvolvimento do AMERT

517. A mudança da planificação e orçamentação baseadas em actividades para uma planificação orientada para resultados levada a cabo pela Direcção da CUA em 2009 levou à reformulação e subsequente reelaboração do Instrumento Africano de Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios (AMERT). O AMERT é um instrumento de monitorização, avaliação e elaboração de relatórios informático que é usado para apresentar propostas de projectos e acompanhar a sua implementação. Foi desenvolvido internamente e não requer licença para torná-lo operacional. A primeira versão do AMERT está operacional desde Março de 2009. Os usuários designados do AMERT serão formados na sua aplicação a partir de Janeiro de 2012.

ii. Workshops de Formação em Planificação, Orçamentação, Monitorização e Avaliação a nível da CUA

518. No seu esforço para incorporar a abordagem de planificação, orçamentação e elaboração de relatórios baseada em resultados, a Comissão levou a cabo uma série de sessões de formação para o pessoal da Sede, Escritórios Regionais/de Representação e Técnicos, bem como outros Órgãos da UA. O objectivo era permitir que fossem capazes de se ajustar às exigências de uma gestão baseada em resultados, bem como permitir uma maior apropriação e responsabilização.

519. Não obstante os resultados alcançados acima, desafios permanecem, tais como:

- Má qualidade dos relatórios de monitorização e avaliação dos Departamentos.

- Planificação excessiva de projectos pelos Departamentos, o que resulta em taxas baixas de execução orçamental pelos Departamentos.
- Não submissão de relatórios por parte dos Departamentos e Secções.

520. Para ultrapassar estes desafios, prevê-se a tomada das medidas seguintes:

- i) A Direcção da CUA iria introduzir um mecanismo para assegurar a apresentação atempada de relatórios pelos Departamentos da CUA e Escritórios Regionais, incluindo a opção de ligar a libertação de fundos aprovados com a elaboração de relatórios de monitorização e avaliação.
- ii) Acelerar a introdução da Gestão Baseada em Resultados (RBM) na CUA. A introdução da RBM ajudaria a criar um entendimento comum dos principais conceitos de implementação de programas e projectos tais como objectivos, realizações, resultados a alcançar, metas, resultados, etc.
- iii) Reforço da capacidade dos Escritórios de Representação/Regionais nas áreas de gestão de Programas.
- iv) Formação contínua dos Funcionários da CUA na Sede e nos Escritórios Regionais.

b) Gestão do Conhecimento

521. No seu esforço para melhorar a gestão do conhecimento (que inclui a Unidade de Biblioteca e Arquivos), a Comissão criou e instalou um Portal baseado na web que transformará gradualmente a CUA numa Organização de criação de Conhecimento. O Portal está agora totalmente operacional, e formação adequada através de vários cursos relevantes tem sido dada ao pessoal em todos os Escritórios de Representação e Regionais. O sistema de Gestão do Conhecimento foi concluído e está pronto para ser utilizado na Sede e nos Escritórios Externos. Há, portanto, necessidade de financiamento adicional para facilitar a execução dessas actividades.

522. A Biblioteca da CUA adquiriu mil volumes de livros num valor superior a 32,000.00 \$EU e subscreveu a 150 revistas, a um custo total de 65.000,00 \$EU. Os livros adquiridos e revistas subscritas são em resposta às solicitações recebidas dos funcionários e estão em vários formatos, tais como livros impressos e revistas, CD-ROMs, PDF, etc. Um Acordo de Parceria foi assinado com a Biblioteca da Universidade da África do Sul para partilhar recursos e serviços. De referir que a Biblioteca serviu mais de 5000 usuários registados. Além disso, mais de 2000 registos foram processados.

523. A base de dados da Biblioteca tem como hospedeiro os EUA com vista a melhorar o acesso a partir de qualquer parte do mundo. A Biblioteca está igualmente

em processo de aquisição de vários equipamentos necessários para a Biblioteca actual e a nova, que será estabelecida no novo edifício.

c) Pesquisa e Análise de Políticas

524. De acordo com o seu mandato para fornecer serviços de pesquisa e análise de políticas de alta qualidade para apoiar a reflexão estratégica global e o processo de planificação, a Comissão deu início ao exercício de criação de uma base de dados dos Centros de Excelência Africanos no domínio da Pesquisa, Análise e formulação de políticas com vista à criação e reforço dos vínculos entre a CUA e Centros de renome em África. Isto irá aumentar a interacção entre a CUA e as redes de pesquisa para se manterem a par das agendas de investigação, bem como para projectar e implementar um programa direccionado de pesquisa e análise de políticas. Neste sentido, a Comissão contratou um consultor para conceber uma Estratégia de Pesquisa e Análise de Políticas que irá orientar os serviços de pesquisa na Comissão.

d) Cooperação Internacional e Mobilização de Recursos

525. A maior conquista foi a consolidação dos fundos dos parceiros bilaterais (Notavelmente o DFID, Suécia, Dinamarca, Holanda, Espanha, Noruega e GIZ) sob um fundo comum designado Fundo Conjunto dos Parceiros (JPF). Os parceiros que cooperam com a Comissão no âmbito desta modalidade assinaram um Acordo-Quadro de Responsabilização Mútua, como negociado entre todas as partes envolvidas relacionadas com os dois Acordos de Programa Conjuntos (APP) de 2011. A cooperação com outros doadores principais, ou seja, a União Europeia (UE) e o Fundo Africano de Reforço de Capacidades (ACBF), permanece ainda ao abrigo de acordos específicos conjuntos individuais.

526. A consolidação desses fundos de parceiros reduziu em grande medida a gestão de crises, embora algumas dificuldades sejam ainda enfrentadas. Serão envidados esforços nesta área para reforçar estes quadros/modalidades de cooperação de modo a facilitar a gestão diária dos programas.

9. ACTIVIDADES DE AUDITORIA

527. O papel do Gabinete de Auditoria Interna (OIA) é fornecer serviços de controlo e consultoria, principalmente para a direcção da Comissão. O Gabinete apoia igualmente a Direcção Sénior no cumprimento efectivo das suas responsabilidades, fornecendo-lhes serviços em termos de análise, avaliação, bem como conselhos e recomendações sobre as actividades avaliadas.

528. De acordo com o Artigo 70º do Regulamento Financeiro da UA, o OIA tem mandato para avaliar as transacções/actividades da Comissão, a fim de determinar se estão em conformidade com o Regulamento Financeiro e o Estatuto e Regulamento dos Funcionários, decisões dos Órgãos Deliberativos da UA e outras instruções administrativas emitidas regularmente.

529. De referir igualmente que o mandato do OIA foi expandido para fazer a auditoria das contas de outros Órgãos da UA na sequência da decisão do Conselho Executivo (EX.CL/Dec.455 (XIV)) de Janeiro de 2009.

530. Durante o período de 2008 a 2011, o OIA levou a cabo vários projectos de auditoria no que diz respeito a dados financeiros, cumprimento de normas, funcionamento/desempenho, bem como auditoria de TI e investigações. O Gabinete prestou igualmente serviços de consultoria e assessoria a pedido da Direcção relacionados com a melhoria dos sistemas de controlo interno e aplicação das boas práticas.

531. Durante o período de 2008 a 2011, o OIA projectou e assegurou aprovação para a realização de 149 projectos de auditoria e concluiu 126, dos quais 36 foram levados a cabo mediante solicitações feitas pela direcção fora do plano de auditoria anual aprovado. A tabela abaixo destaca a realização anual pelo OIA de projectos de auditoria planificados e não planificados.

	2008		2009		2010		2011	
	Planificado	Realizado	Planificado	Realizado	Planificado	Realizado	Planificado	Realiz (Jan-Nov)
Projectos de auditoria	45	22	33	19	35	28	36	21
Taxa de execução	49%		54%		80%		58%	
Auditorias não planificadas realizadas	13		7		9		7 (até Novembro de 2011)	

532. Na sequência dos exercícios de auditoria levados a cabo durante o período de 2008 a 2011, as operações e actividades da Comissão tem vindo a melhorar uma vez que a Direcção continua a melhorar o controlo interno da gestão financeira, incluindo a gestão dos fundos de parceiros. Algumas melhorias incluem o seguinte:

- i) A criação, pela Direcção, do Comité de Avaliação de Auditoria e Implementação (ARIC) e do seu grupo de trabalho foi um passo encorajador para o acompanhamento da implementação das recomendações de auditoria;
- ii) O compromisso da Direcção de agir em casos de fraude;
- iii) A Direcção aprovou todos os relatórios de auditoria interna submetidos e instruiu os Gabinetes auditados em causa a implementar as recomendações do OIA.

533. Estas acções resultaram na melhoria das actividades de controlo interno na Sede, Órgãos, Escritórios de Representação e Regionais, bem como nas missões de campo.

534. O OIA levou a cabo igualmente a implementação de dois (2) sistemas de software de auditoria, com o apoio da Direcção, o Sistema de Informação de Auditoria, que extrai dados dos módulos SAP, e o Sistema de Gestão de Auditoria, como uma ferramenta para os processos de auditoria, incluindo a preparação de planos anuais de auditoria.

535. Um *workshop* de capacitação para a Direcção Sénior sobre Gestão de Riscos e Boa Governação foi realizado e contou com os órgãos de Direcção Sénior e a Mesa do Subcomité do CRP para Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras. O *workshop* apresentou recomendações que levarão à criação de grupos de trabalho para trabalhar na criação da função de gestão de risco na Comissão, bem como analisar alguns aspectos de práticas de boa governação. Isto irá melhorar ainda mais as operações da Comissão uma vez que a gestão de risco e a boa governação são elementos do mecanismo de controlo numa organização.

536. Entre os principais desafios a serem abordados, o enfoque será dado aos aspectos seguintes:

- a. **Projecto de Carta de Auditoria Interna** – A Comissão está em processo de finalização deste documento importante que será submetido para aprovação pelos Órgãos deliberativos competentes, conforme as recomendações pertinentes do Conselho de Auditores Externos da UA e outros Auditores sob a égide dos Parceiros, de modo a cumprir com as *Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna*;
- b. **Função Formal de Gestão de Risco** – O OIA tem vindo a elaborar o seu plano anual e a realizar auditorias com base em avaliações individuais de risco dos projectos de auditoria. A criação de um Grupo de Trabalho para orientar a implementação de um sistema de gestão de risco está a ser analisada;
- c. **Implementação das Recomendações de Auditoria** – O Comité de Avaliação de Auditoria e Implementação (ARIC), criado pela Direcção, tratou até agora da implementação da maioria das recomendações de auditoria, particularmente aquelas que envolvem actos de fraude. Esforços serão intensificados para assegurar a implementação oportuna de todas as recomendações;
- d. **Atraso na Obtenção de Respostas da Direcção** – O OIA vem enfrentando desafios na obtenção de respostas da Direcção dentro do prazo exigido de 15 dias **após** a emissão de Projectos de Relatórios. Esforços serão feitos para assegurar uma resposta atempada de todos os Serviços em causa.

V. CONCLUSÃO

537. Este relatório apresenta, de uma forma exaustiva, as actividades realizadas pela Comissão depois da Cimeira de Malabo, em Julho de 2011. Sendo igualmente o último

relatório do seu mandato, que iniciou a 28 de Abril de 2008, a Comissão pretendeu esboçar o quadro geral das realizações feitas durante o seu mandato, os desafios e os constrangimentos que enfrentou assim como as perspectivas para o futuro da União, que a Comissão teve a grande honra e o privilégio de servir durante estes últimos quatro anos.

538. Esta é a bela ocasião da Comissão que eu conduzo para, uma vez mais, render uma firme homenagem a todos os dirigentes dos Estados-membros que nos confiaram este imenso privilégio de servir o Continente, na direcção da Comissão da União Africana. Uma União que tem cada vez mais peso nos fóruns internacionais. Uma União cujos pontos de vista e posições soam cada vez mais alto no processo de tomada de decisão sobre os assuntos que dizem respeito a África e ao mundo em geral, mesmo que queiramos ter uma grande determinação e a consciência de que se trata de uma grande luta de todos os tempos para mudar alguns hábitos herdados do passado, de tal modo que a África, a nossa mãe África, possa trazer soluções africanas para os problemas africanos e ter uma palavra a dizer no processo mundial de tomada de decisão, ao invés de todas as outras regiões do mundo. Restaurar a dignidade e o orgulho da África, longe de qualquer afro-pessimismo redutor, tirar plenamente benefício das múltiplas potencialidades e das grandes vantagens de África, tanto ao nível do seu potencial humano e demográfico como ao nível dos seus imensos recursos naturais e estratégicos, promover os valores comuns em matéria da boa governação democrática, solidariedade e segurança humanas, testemunhos de uma maior coesão das nossas sociedades em paz e estabilidade, rumo a um desenvolvimento harmonioso, eis as principais pedras angulares sobre as quais a Comissão se baseou durante o seu mandato, em estreita coordenação com todos os Estados-membros e todas as partes interessadas, não somente para aprofundar o debate e construir um consenso geral sobre o caminho a seguir, mas também com a determinação de iniciar acções concretas que visam a realização gradual da nobre Visão da União, rumo a uma África unida, integrada, próspera e solidária.

539. No âmbito da consolidação da paz e estabilidade no Continente, a Comissão empenhou-se na realização dos objectivos do Ano da Paz «2010», proclamado pela Conferência. A Comissão, em concertação com o Conselho de Paz e Segurança e outras partes interessadas, tais como as Comunidades Económicas Regionais, juntos envidaram esforços para que esta proclamação histórica se traduza em acções concretas no terreno, quer ao nível da operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança no Continente, da prevenção e facilitação da resolução de conflitos, do apoio ao programa de fronteiras, da luta contra o terrorismo e outros flagelos, quer ao nível do tráfico de seres humanos, da droga e do desarmamento.

540. O ano de 2001 foi particularmente difícil, com novos desafios tais como as revoluções e os levantamentos populares na África do Norte, para os quais era necessário prever novas abordagens, zelando para que a legalidade constitucional esteja de acordo com a legitimidade popular. A este propósito, congratulo-me com o facto de que a União Africana, com todos os Estados-membros, dentro de um espírito de coesão e de consenso abrangente, tenha desenvolvido uma doutrina pragmática que toma em consideração estas evoluções, o que permitiu a busca de soluções

idóneas para fazer o acompanhamento dos Estados-membros envolvidos, rumo a uma transição constitucional e democrática harmoniosa. É também importante realçar os grandes esforços envidados pela União durante os últimos anos, designadamente através do reforço da AMISOM, no apoio ao povo somali, tendo em vista a restauração da paz e do Estado de direito no seu país devastado pela guerra há mais de 20 anos. Uma menção especial deve também ser feita ao envolvimento decisivo da União Africana nos esforços que visam estabilizar a situação na região de Darfour, no Sudão, e facilitar as relações de boa vizinhança entre o Sudão e o Sudão do Sul, sem esquecer o reforço da presença da União Africana em outras zonas de conflitos e de crises no Continente, tal como o relatório faz referência em grande medida.

541. É sintomático que, na esteira do Ano da Paz, a Comissão tenha igualmente proclamado 2012 como o Ano dos Valores Comuns, no final do debate do tema sobre os Valores Comuns, em Janeiro de 2011. Intensificamos os nossos esforços com vista à obtenção de ratificações, pelos Estados-membros, de instrumentos pertinentes tais como a Carta Africana da Democracia, Governação e Direitos Humanos, a Carta Africana sobre os Valores e os Princípios da Função Pública, a Carta Africana da Juventude, a Carta da Renascença da Cultura Africana, a Declaração Solene da Igualdade de Géneros bem como outros instrumentos. Iniciamos também várias acções no terreno, a fim de traduzir estes nobres princípios em factos, tais como a assistência eleitoral e a observação das eleições, seminários de formação de jovens e mulheres assim como outras iniciativas, tendo em vista fazer o acompanhamento dos esforços dos Estados-membros na implementação de vários instrumentos, com o envolvimento de todos os actores locais.

542. Nos domínios da integração e do desenvolvimento, o relatório faz a avaliação das acções empreendidas para a realização de projectos-pilotos da União, em linha com a implementação do Plano Estratégico 2009/2012, concebido pela Comissão e submetido à adopção da Conferência, seis meses após a sua entrada em funções, em Abril de 2008. Congratulam-nos pelo facto de que projectos concretos estão em processo de implementação, tais como o lançamento e o início das actividades das três primeiras Faculdades da Universidade Pan-africana, o lançamento de Centros de Excelência para a formação profissional e a troca de programas académicos e bolsas de estudo, a finalização dos estudos de pré-viabilidade dos corredores de transportes rodoviários Dakar/Ndjamena/Djibuti e Djibuti/Libreville, a boa condução de estudos sobre projectos de interconexão ferroviária e energética assim como outros projectos de infra-estruturas, tais como pontes, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, os intercâmbios científicos e tecnológicos, a campanha para a redução acelerada da mortalidade materna (CARMA), que mobiliza vários Estados-membros, o programa de luta contra VIH/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças infecciosas, para o qual gostaríamos de revitalizar o Observatório Africano do SIDA (AWA), através da integração de outros aspectos da Declaração da Cimeira de Abuja de 2011, designadamente a tuberculose e a malária, a reforma das instituições de apoio em África, as acções de apoio à juventude bem como outras acções de desenvolvimento e de cooperação entre os Estados-membros. O tema da presente Conferência «Promover o Comércio Intra-africano» vem no momento apropriado para sensibilizar todos os actores no seio dos Estados-membros, durante todo o ano de

2012, pois este tema será discutido durante as duas Cimeiras de 2012, sobre a necessidade de reforçar as trocas comerciais e criar os mecanismos necessários para o efeito e, ao mesmo tempo, aumentar a contribuição de África no comércio mundial.

543. Uma vez mais, gostaria de realçar que a União Africana, na sua preocupação de fazer face a vários desafios que são da sua responsabilidade, desenvolveu e adoptou, mais do que qualquer outra organização regional de integração, vários instrumentos e planos estratégicos em todos os sectores da actividade humana e de cooperação continental, o que é uma conquista formidável susceptível de criar a teia dos nossos valores comuns. Uma vez que a Comissão é um instrumento de promoção da concretização destes compromissos, é importante que todos os Estados-membros não apenas ratifiquem os documentos adoptados pela União, mas também e sobretudo tomem as medidas necessárias para a sua apropriação e a sua incorporação em toda a respectiva legislação nacional. Com efeito, é chegado momento para passarmos da retórica à acção, tendo em vista a concretização de todas estas boas disposições que, por vezes, permanecem *letra morta*, por falta de meios adequados e da mobilização de todos os actores em torno da implementação das nossas decisões. A este propósito e tal como sempre o sublinhamos, devemos redobrar esforços dentro de nós mesmos para, ao invés de aguardarmos pela ajuda externa, tal como infelizmente tem sido o caso em determinadas situações, mobilizarmos todos os nossos recursos internos e a nossa determinação de promover, num espírito de solidariedade entre países, regiões e ao nível continental, o desenvolvimento integral da pessoa humana em todas as suas dimensões: através de infra-estruturas e energia, educação, saúde, protecção dos direitos humanos, com particular ênfase nos grupos mais vulneráveis, realização dos ODM, dentre os quais a irradicação da fome e da pobreza, a luta contra a corrupção, o terrorismo, a droga e a criminalidade transnacional assim como outros males das nossas sociedades.

544. Todos estes desafios nos interpelam e todos os nossos Estados-membros devem tomar acções colectivas e individuais firmes na formulação e na implementação de estratégias comuns para fazer face aos referidos desafios, de uma maneira eficaz, e assegurar um futuro brilhante para as novas gerações, dentro de um contexto cada vez marcado pela globalização. Com efeito, é importante sempre recordar que o nosso Continente dispõe de enormes recursos, com todas as vantagens dignas de apreço, cuja população jovem está em pleno crescimento, com uma geografia majestosa, uma história de solidariedade e de grandes valores humanos, um desempenho económico, cuja média demonstra uma grande vitalidade comparativa em relação a outras regiões do mundo, apesar de ainda não termos feito uma avaliação precisa do impacto da actual crise económica e financeira mundial. Repito que a África pode e deve ocupar um lugar importante na gestão dos assuntos do mundo, se ela estiver unida e falar em uma única voz. Já o demonstramos em Copenhaga, Cancun e Durban durante as negociações sobre as alterações climáticas. Podemos prová-lo também no quadro de outras negociações internacionais, sendo nosso dever e nossa vocação contribuir para o aperfeiçoamento do mundo no futuro, um mundo mais equitativo e solidário, sob a égide de uma governação democrática mundial, na qual a África terá o seu lugar, não apenas no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas também terá uma

palavra a dizer e dar uma contribuição de qualidade em outros fóruns de decisão sobre questões de importância estratégica, tais como a OMC, os G8/G20, e muitas outras.

545. No que diz respeito à Comissão, estaremos sempre atentos às preocupações dos Estados-membros e, uma vez mais, comprometemo-nos a privilegiar a cultura de resultados, da boa administração interna e da gestão atenta e responsável dos modestos recursos da Organização, através da plena utilização dos instrumentos pertinentes de transparência e da obrigação de prestação de contas. Estabelecemos uma cooperação frutuosa com os outros órgãos, em particular o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), com o qual nos comprometemos a melhorar os métodos de trabalho bem como as nossas abordagens na solução de todos os problemas encontrados, tendo em vista a realização conjunta, de uma maneira harmoniosa e judiciosa, dos programas e actividades inscritos no Plano Estratégico 2009-2012 e mais além e, de uma maneira geral, os objectivos do Acto Constitutivo da União Africana.

546. Tenho a esperança de que o presente relatório merecerá uma análise atenta dos Estados-membros, para que a União possa tomar decisões consequentes em relação aos desafios enfrentados. Neste contexto, tenho a honra de recordar a questão fatigante do financiamento da União Africana para a qual, até ao presente, soluções apropriadas tardam a ser encontradas, não obstante os esforços envidados sobre esta matéria. Com efeito e de uma maneira insistente, afigura-se importante efectuar reformas ao actual sistema de financiamento, se pretendermos que a União atinja, num futuro próximo, os seus objectivos fundamentais. É difícil continuar a depender, para cerca de 75% de contribuições, de 5 dos 54 Estados-membros da União, no que respeita ao seu funcionamento. Nunca podemos continuar a depender dos parceiros de desenvolvimento em mais de 85% para o nosso orçamento de programas, o que expõe necessariamente a União a problemas evidentes de apropriação dos seus programas. Devemos pensar em conjunto sobre a criação de um novo sistema de financiamento mais fiável e duradouro. Aguardamos brevemente pelas conclusões do Painel de Eminentes Personalidades, dirigido pelo Presidente Olusegun Obasanjo, antigo Chefe de Estado da Nigéria, que foi criado na sequência da decisão da Conferência de Janeiro de 2011, a fim de encontrar pistas de soluções para este problema crucial. Não me restam dúvidas que a Conferência encontrará, em momento oportuno, as vias e os meios de pôr à disposição da União os recursos adequados para a realização dos objectivos da integração continental e da consolidação da paz, estabilidade, desenvolvimento e cooperação em todo o Continente.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report of the chairperson on the activities of the commission covering the period July to December 2011

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4122>

Downloaded from African Union Common Repository